

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

LUCAS DE CASTRO ITAPOAN DA COSTA

HOMENS DO MAR: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES/PESCADORES NA PESCA
ARTESANAL EM PASSO DE TORRES/SC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
Coorientador: Prof. Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C837h Costa, Lucas de Castro Itapoan da.
Homens do mar : experiências de
trabalhadores/pescadores na pesca artesanal em Passo
de Torres/SC / Lucas de Castro Itapoan da Costa. -
2026.

154 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo
Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2026.

Orientação: João Henrique Zanelatto.

Coorientação: Dimas de Oliveira Estevam.

1. Pescadores - Passo de Torres (RS). 2. Pesca
artesanal - Passo de Torres (RS). 3. Colônias de
pescadores. 4. Desenvolvimento econômico. I. Título.

CDD 23. ed. 639.2098164


Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Lucas de Castro Itapoan da Costa

**HOMENS DO MAR: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES/PESCADORES NA PESCA
ARTESANAL EM PASSO DE TORRES/SC**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre(a) em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

BANCA EXAMINADORA


Documento assinado digitalmente
 **JOAO HENRIQUE ZANELATTO**
Data: 17/04/2026 09:55:10-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Presidente e Orientador – UNESC)


**FRANCISCO|
SEVILLANO|
CALERO**

Prof. Dr. Francisco Sevillano Calero
(Membro – Universidad de Alicante)

Firmado digitalmente
por FRANCISCO|
SEVILLANO|CALERO
Fecha: 2026.04.15
19:19:38 +02'00'

Documento assinado digitalmente
 **DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM**
Data: 17/04/2026 10:22:03-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Dimas Oliveira Estevam
(Coorientador – UNESC)


Documento assinado digitalmente
 **ALCIDES GOULARTI FILHO**
Data: 17/04/2026 09:29:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Alcides Goulart Filho
(Membro – UNESC)

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS DE CASTRO ITAPOAN DA COSTA**
Data: 15/04/2026 17:37:21-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Lucas de Castro Itapoan da Costa
(Discente)

Criciúma, 12 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **ISMAEL GONCALVES ALVES**
Data: 17/04/2026 10:40:50-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves
Coordenador Adjunto do PPGDS – UNESC

Dedico este trabalho à memória dos pescadores que perderam suas vidas trabalhando em Passo de Torres.

AGRADECIMENTOS

Tenho para mim que todo professor e pesquisador é, antes de tudo, um exibido. Não por luxúria ao expor suas questões majoritariamente intelectuais, mas sim por geralmente achar que sempre haverá alguém para ouvir o que se tem a dizer. Portanto, começo meus agradecimentos reconhecendo a certa arrogância que envolve produzir e escrever um trabalho esperando que alguém vá ter interesse em ler e, mais que isso, esperando que potencialmente tenha impacto na vida dos sujeitos que inspiraram essa pesquisa.

Sou sincero ao destacar que, tanto quanto os possíveis leitores, eu espero ser cada vez mais crítico a este trabalho pois, assim sendo, isso representaria a maturidade acadêmica e profissional que espero aprimorar no decorrer de minha trajetória. Dito isso, futuramente espero torcer o nariz e questionar muito do que envolve essa publicação que é parte parcial de minha obtenção do título de mestre, não pela sua importância e intenção que é parte indissociável do meu interesse pelo tema, mas sim pelo aperfeiçoamento profissional que espero ter no decorrer desse processo.

Convidando os leitores a serem tão críticos quanto eu a este trabalho, reforço a necessidade e relevância dessa pesquisa, que só foi possível graças ao tempo e generosidade de pescadores que, em um contexto de tanta vulnerabilidade, receberam a mim e a minha proposta de pesquisa com simpatia e interesse. Desde a manifestação que despertou minha curiosidade no ano de 2023, até o compartilhamento de memórias e sentimentos tão particulares no decorrer da pesquisa, sem esses trabalhadores esse trabalho não seria possível. Minha gratidão a eles.

Agradeço ao Prof. Dr. João Henrique Zanelatto, do qual tive privilégio de conhecer ainda na graduação em História (2019). Suas aulas e aprendizados me inspiraram a iniciar na pesquisa científica e, mais que isso, a ser um professor melhor. Suas sugestões e apontamentos sempre foram acompanhadas de humildade, compreensão e, principalmente, respeito, algo que penso ser essencial para o convívio humano e para a prosperidade do ambiente científico. Agradeço, portanto, pelo conhecimento compartilhado, pelo tempo, pela paciência e pela amizade que construímos no decorrer desses anos.

Agradeço aos professores Dra. Michele Gonçalves Cardoso e Dr. Ismael Gonçalves Alves que também estão presentes em minha trajetória desde a graduação. Suas aulas durante a pós-graduação sempre privilegiaram o diálogo e reflexão sobre questões tão fundamentais para a sociedade, isso alimentou ainda mais minha admiração por esses profissionais competentes que tenho para mim como pessoas queridas.

Agradeço também aos professores Dimas de Oliveira Estevam, Alcides Goularti Filho e Francisco Sevillano Calero, por aceitarem compor a banca de qualificação e defesa desta pesquisa. Seus apontamentos e sugestões durante a qualificação contribuíram para o amadurecimento teórico e estrutural de nosso trabalho.

Destaco também meu agradecimento para a secretária Luciana Ávila de Medeiros, que sempre auxiliou e ajudou com gentileza e disposição todos(as) os(as) alunos(as) do programa.

Agradeço também meus colegas Carlos Eduardo Gomes e Mateus Minatto, dos quais a amizade que criamos no decorrer das disciplinas do programa proporcionou desde debates acadêmicos até momentos de descontração fundamentais, corroborando para a leveza e bem estar no decorrer do processo.

Agradeço ao meu querido amigo Gregor Clezar Borges, que me acompanha desde os tempos da escola, nossa amizade sempre foi acompanhada de apoio, incentivo e admiração, algo fundamental em minha trajetória pessoal e profissional.

Não poderia deixar de agradecer também a minha família, seu amor e carinho são a base do que sou e a principal motivação para sempre procurar ser uma pessoa melhor.

Por fim, agradeço as políticas públicas de incentivo a educação e a ciência, especialmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES¹, por terem me concedido uma bolsa durante esses dois anos de mestrado.

¹ O presente trabalho, foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

“Os fatos não podem ‘falar’ enquanto não tiverem sido interrogados.”
(E. P. Thompson)

RESUMO

Esta dissertação analisa as experiências de trabalho dos pescadores artesanais embarcados no município de Passo de Torres, Santa Catarina, caracterizando o perfil desses trabalhadores. O estudo investiga como se processam as relações laborais e sociais dessa categoria, marcada por uma histórica vulnerabilidade socioeconômica e pela crescente precarização do ofício no contexto capitalista contemporâneo. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se na História Oral, utilizando entrevistas com pescadores e representantes da Colônia de Pescadores Z-18, além de observação direta intensiva — incluindo saídas a campo em embarcações de emalhe — e análise de dados quantitativos do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). Teoricamente, o trabalho ancora-se no conceito de "experiência" de E. P. Thompson, buscando compreender como as pressões do ser social agem sobre a consciência dos trabalhadores, e na análise das relações de poder e hegemonia. No primeiro capítulo, contextualiza-se o desenvolvimento da pesca em Passo de Torres, evidenciando como a atividade foi fundamental para a construção da identidade local antes mesmo da emancipação política do município. Analisa-se o papel da Colônia Z-18, identificando que, embora possua relevância histórica como mediadora de políticas públicas e direitos, a instituição apresenta fragilidades em sua representatividade atual perante a classe. O segundo capítulo foca na subjetividade dos "homens do mar", revelando uma categoria heterogênea que opera em uma "zona cinzenta" entre a pesca artesanal e a industrial. Os resultados apontam para uma banalização da informalidade e do uso de substâncias entorpecentes como mecanismos de adaptação às duras jornadas em alto-mar, onde a ausência de registros profissionais adequados vulnerabiliza o trabalhador diante de riscos de invalidez e acidentes. O terceiro capítulo caracteriza o perfil do pescador passotorrense, composto majoritariamente por indivíduos com baixo nível de instrução formal e renda variável. Discute-se o impacto da incorporação tecnológica que, se por um lado amplia a segurança, por outro facilita o acesso de mão de obra desqualificada, favorecendo o interesse de empresários em detrimento da transmissão dos saberes tradicionais. A pesquisa destaca, ainda, a relação conflituosa com a legislação ambiental e a centralidade da "questão da barra" do rio Mampituba — local de recorrentes naufrágios fatais — como o principal símbolo da negligência estatal e da luta coletiva da categoria. Conclui-se que a experiência de classe desses trabalhadores é forjada na tensão entre a tradição do ofício e a precarização neoliberal, exigindo o reconhecimento de sua identidade para além das fronteiras do mercado.

Palavras-chave: pesca artesanal; experiência; trabalho; Passo de Torres, desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the work experiences of artisanal fishermen working on boats in the municipality of Passo de Torres, Santa Catarina, characterizing the profile of these workers. The study investigates how labor and social relations are processed within this category, which is marked by historical socioeconomic vulnerability and increasing job precarity within the contemporary capitalist context. Methodologically, the research is grounded in Oral History, utilizing semi-structured interviews with fishers and representatives from the Z-18 Fishermen's Colony, alongside intensive direct observation — including field trips on gillnet fishing vessels — and quantitative data analysis from the General Registry of Fishing Activity (RGP). Theoretically, the work is anchored in E. P. Thompson's concept of "experience," seeking to understand how the pressures of social being act upon the workers' consciousness, as well as in the analysis of power relations and hegemony. The first chapter contextualizes the development of fishing in Passo de Torres, highlighting how the activity was fundamental to the construction of local identity even before the municipality's political emancipation. It analyzes the role of the Z-18 Colony, identifying that, although it holds historical relevance as a mediator of public policies and rights, the institution shows weaknesses in its current representativeness of the class. The second chapter focuses on the subjectivity of the "men of the sea," revealing a heterogeneous category operating in a "gray zone" between artisanal and industrial fishing. The results point to a normalization of informality and the use of narcotics as adaptation mechanisms to the harsh shifts at high sea, where the lack of proper professional registration leaves workers vulnerable to risks of disability and accidents. The third chapter characterizes the profile of the Passo de Torres fisher, mostly composed of individuals with low formal education and variable income. It discusses the impact of technological incorporation which, while increasing safety, facilitates the access of unskilled labor, favoring business interests over the transmission of traditional knowledge. Furthermore, the research highlights the conflicting relationship with environmental legislation and the centrality of the Mampituba River bar issue — a site of recurring fatal shipwrecks — as the primary symbol of state neglect and the category's collective struggle. It concludes that the class experience of these workers is forged in the tension between the tradition of the craft and neoliberal precarity, demanding the recognition of their identity beyond market boundaries.

Keywords: artisanal fishing; experience; labor; Passo de Torres; socioeconomic development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pescadores dormindo durante percurso.....	15
Figura 2 – Mapa da área de estudo	20
Figura 3 – Fotografia aérea da divisão entre os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina pelo rio Mampituba.	34
Figura 4 – “Cação-Anjo” (Squatina Squatina)	39
Figura 5 – Representação da rede de emalhe	42
Figura 6 – Representação da rede de cerco	43
Figura 7 – Colônia de Pescadores Z-18 em Passo de Torres/SC	52
Figura 8 – Fundação da colônia no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina	54
Figura 9 – Imagem de Nossa Senhora Aparecida com terço em um barco local	72
Figura 10 – Pescadores desmalhando peixes puxados por guincho mecânico.....	113
Figura 11 – Mapa da área de atuação comum dos pescadores embarcados de Passo de Torres	115
Figura 12 – Formação de assoreamento na barra do Mampituba.....	126
Figura 13 – Manifestação dos pescadores pelo prolongamento da barra.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor de Transformação Industrial (VTI) de produtos de pescado em Santa Catarina na última década.	36
Tabela 2 – Aumento populacional de Passo de Torres.....	40
Tabela 3 – Faixa etária dos pescadores em Passo de Torres	137
Tabela 4 – Nível de escolaridade dos pescadores em Passo de Torres	138
Tabela 5 – Faixa de renda dos pescadores em Passo de Torres	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção na indústria de produtos de pescado.....	35
Gráfico 2 – Pesca artesanal: captura por municípios 2023 (em toneladas).....	38
Gráfico 3 – Sexo dos/as pescadores/as em Passo de Torres segundo o Painel Unificado do RGP	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A PESCA EM PASSO DE TORRES: DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE A CONSTITUIÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES	33
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E RELEVÂNCIA DA ATIVIDADE NO MUNICÍPIO	
1.2 A COLÔNIA DE PESCADORES Z-18: ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO, LUTA E SOCIABILIDADE DOS TRABALHADORES DO MAR	52
2 TRABALHADORES DO MAR: A EXPERIÊNCIA DOS PESCADORES EMBARCADOS EM PASSO DE TORRES	70
2.1 UMA CATEGORIA HETEROGÊNEA: OS LAÇOS ESTREITOS E INFORMAIS ENTRE A PESCA ARTESANAL E INDUSTRIAL NA REGIÃO.....	73
2.2 A BANALIZAÇÃO DA INFORMALIDADE	78
2.3 A RELAÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES E SUA COLÔNIA.....	84
2.4 A MUDANÇA DA LÓGICA DO OFÍCIO ENTRE AS GERAÇÕES DE PESCADORES.....	88
3 MAR, TERRA E MAR: RELAÇÕES SOCIAIS E RESISTÊNCIA DE CLASSE NO MUNICÍPIO	108
3.1 A INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA NA PESCA ARTESANAL	109
3.2 A RELAÇÃO COMPLEXA ENTRE OS PESCADORES E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....	118
3.3 BARRA DO MAMPITUBA: DA EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA ATÉ A REIVINDICAÇÃO COLETIVA	124
3.4 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO PESCADOR PASSOTORRENSE.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	150

INTRODUÇÃO

Ainda era noite no sábado do dia 25 de janeiro de 2025, tão cedo que as horas de descanso não foram suficientemente profundas para despertar qualquer sono ou preguiça em mim às três horas da madrugada. O motivo deste ato crepuscular foi a minha primeira ida a campo junto a um grupo de pescadores em sua empreitada rotineira. Acompanhei o mestre de um barco de malha, desde sua saída de casa até o fim do dia de trabalho.

O mestre, que é o líder responsável pelas decisões, organização da atividade e pela pilotagem do barco, começa o dia com a naturalidade de quem está acostumado a levantar antes do sol. Quando questionei sobre seu café da manhã ele respondeu prontamente: “cigarro e café”, ao passo que percebendo minha surpresa se justificou falando que não sente fome no período matutino. Cigarro e café sem açúcar em jejum para começar o árduo dia de trabalho.

Antes das quatro horas já estávamos na embarcação que fica amarrada em uma marina de uma das “firmas” de pesca em Passo de Torres/SC. Essas “firmas”, que são empresas que ficam as margens do Mampituba são locais registrados em pessoa jurídica pelos donos de embarcações. O barco de malha do qual estava acompanhando, por exemplo, é de uma dessas empresas, propriedade de uma pessoa terceira àquele grupo de pescadores. Por conta disso, o dono da empresa e da embarcação recebe parte considerável do valor da captura realizada, isso caso ela ocorra.

Passamos por dentro de três embarcações, pulando de uma para outra até chegar no barco que eles iriam utilizar. Chinelo, bermuda tãctel e sem camisa, essa era a vestimenta do mestre da embarcação que preparava o barco enquanto o restante da equipe não chegava. As primeiras ações realizadas foram verificar óleo do motor, ligar as luzes da embarcação, ligar o GPS para definir as rotas e o destino e organizar equipamentos em geral.

Poucos minutos depois o restante da tripulação chegou. Todos homens de média idade, mais velhos inclusive que o mestre daquela empreitada. A equipe, que originalmente deveria ser composta por cinco pescadores, estava desfalcada de um pescador, portanto, a tripulação foi formada por quatro pescadores e por mim, pesquisador e marinheiro de primeira viagem.

Entre os pescadores notei algo que me chamou atenção: um a um dos que chegaram reclamaram do sono, inclusive o mestre, dos quais relatavam dificuldade em dormir e insônia. Segundo o mestre da embarcação, independentemente do horário em que vá dormir, ele levanta antes do amanhecer, atribuindo o hábito ao costume do ofício.

Eram 4h30 quando saímos pelo Mampituba em direção a barra. Um dos momentos mais tensos é a saída; devido aos bancos de areia na entrada da barra, a embarcação deve navegar

próxima às pedras dos molhes de Torres/RS. Além disso, as ondas na entrada do mar tornam esse processo ainda mais delicado. Era um dia de mar calmo e a saída foi tranquila, antes das cinco horas já estávamos no mar.

No sistema de pesca com rede de emalhe, os pescadores deixam as redes por um tempo para depois irem buscar. No caso em questão, as redes haviam sido colocadas dois dias antes em uma região mais ao sul, por volta de trinta e cinco quilômetros. O caminho até lá levou 2h30 a mais ou menos 7kt².

A embarcação apesar de pequena era dotada de convés e casaria. A casaria diminuta reforça o valor de cada espaço disponível no barco, já que nessa embarcação específica ela é ao mesmo tempo alojamento, cozinha e cabine de comando/pilotagem.

Dois dos quatro pescadores aproveitaram o percurso para deitar e dormir nas camas da casaria, uma espécie de beliche com quatro lugares pequenos o suficiente para eu questionar se alguém de fato caberia deitado ali. Não só couberam como fizeram parecer o lugar mais confortável possível para dormir.

Figura 1 – Pescadores dormindo durante percurso



Fonte: autoria própria (2025)

² Nó é a medida da milha náutica por hora que utiliza a sigla Kt.

Desconsiderando algumas questões que o trabalho irá abordar no decorrer dos capítulos, como a higiene questionável dos alojamentos, o que mais me chamou atenção foi o barulho alto e constante do motor da embarcação. Esses barcos funcionam com motores a combustão, que ficam na casa de máquinas - nessa embarcação em questão, embaixo da casaria - do qual se tem acesso por um alçapão no chão. O som do motor é alto o suficiente para poluir todo ambiente sonoro da casaria e convés, o que proporciona um diálogo constante baseado em alto tom, o que me fez pensar na questão da saúde auditiva desses trabalhadores, que já se mostram acostumados com aquele som alto e ininterrupto a ponto de dormirem com a tranquilidade de um silêncio absoluto e de conversarem em tom de alarde com naturalidade.

A essa altura, já com o advento da aurora, me sentia enjoado e tonto. O mestre percebendo isso me convidou para sentar em um banco improvisado dentro da casaria ao lado dele, próximo a ponto de precisar fechar as pernas para que minha perna não encostasse no timão. Procurou me tranquilizar dizendo que o enjoo é completamente normal para quem não está acostumado com o mar, além disso, disse que eu tinha sorte, pois era um dia de mar calmo. Em seu relato – com claras intenções de confortar meu ego – disse que em seu primeiro ano como pescador passava mal com frequência, a ponto de normalizar a realização do ofício sobre constante vômito e tontura. Disse que passou tanto trabalho que chegou a cogitar desistir, mas continuou.

Podemos fazer duas considerações sobre esse relato: 1) a boa intenção e postura de líder com a tripulação, mesmo que o integrante em questão sequer fosse um colega de ofício; 2) o enorme potencial de insalubridade em que esses trabalhadores estão sujeitos, das quais, como no exemplo, tenham que colocar seu corpo a prova para sustentar as condições impostas pelo ofício.

A viagem até o local de retirada das redes foi lenta e, desconsiderando o som constante do motor, silenciosa. O mestre foi pilotando todo caminho e me pediu por vezes para assumir o timão. Essa embarcação não tem piloto automático, portanto requer o controle de alguém a todo momento. Me questionei se eu deveria, ou melhor, se legalmente eu poderia assumir essa responsabilidade, mesmo que de maneira breve. Porém, no mar, naquele curto espaço dividido entre cinco homens em coalizção por um objetivo comum, não tive dúvidas em atender o que me fosse requisitado sem me desvincular do olhar acadêmico necessário.

Se óleo diesel era o combustível do barco, cigarro e café foram os daqueles homens. Me recordo de ver somente um bebendo água, o restante, principalmente o mestre, matavam sua sede com térmicas inteiras de café.

No local de retirada começou o trabalho. Aqueles que dormiam já haviam levantado e todos começaram a colocar macacões de pesca e botas de borracha para realizarem o trabalho. A atividade se inicia com a localização da bandeira da boia da rede disposta, facilmente localizada por pontos de marcação no GPS. A partir daí começa o trabalho manual, com a retirada da rede pelo guincho que fica na proa do barco e que vai girando e puxando a rede de emalhe com os peixes capturados para o convés. A rede que vai sendo retirada vai tendo os peixes nela capturados desemalhados manualmente, e essa mesma rede depois de desemalhada vai sendo puxada por cima do barco e organizada atrás da embarcação para que já esteja pronta para ser realocada em mar novamente.

O trabalho foi dividido em duas duplas. Dois ficaram na frente, um controlando e puxando a rede e outro desmalhando³ os peixes da rede. Os outros dois ficaram na parte de trás da embarcação puxando e organizando a rede limpa de captura para que ficasse pronta para novo lançamento. O mestre do barco participou da atividade, sendo ele o responsável por desemalhar os peixes capturados.

Ao todo foram retiradas duas redes colocadas em lugares estratégicos, uma mais distante da costa e outra mais próxima. Essas redes juntas dão 4,7 milhas de extensão, cerca de 7,5 quilômetros de rede de captura. Fiquei surpreso com a extensão da rede e mais ainda em saber que aquele tamanho de barco pode inclusive, segundo o mestre, carregar ainda mais extensão de rede.

Durante toda essa atividade, que durou por volta de seis horas de trabalho constante, eu estava vomitando e completamente enjoado. Aquelas camas pequenas, com higiene contestável e aspecto claustrofóbico já não pareciam serem mais tão pequenas e sujas e, quando dei por mim, já estava na horizontal em uma delas confortável como em um berço no balanço do mar. Sou alto, mas me fiz caber, pois a essa altura já era difícil permanecer em pé por conta do enjoo.

Depois de retiradas e recolocadas em mar as duas redes, começou o retorno para casa. Durante o percurso os pescadores, com exceção do mestre, foram limpando os peixes que estavam todos jogados no convés do barco antes de armazená-los embaixo do convés. O mestre explicou que os peixes são vendidos limpos, e que cada espécie tem um tipo de limpeza para seu preço em quilo, enquanto algumas tem a cabeça retirada, outras apenas as entranhas limpas. Já eram 16h quando pude enxergar os morros da praia da guarita em Torres/RS. Estávamos finalmente – para mim - perto de casa. Quando estávamos próximos a barra, o mestre deu meia

³ O desmalho é a ação de desprender o peixe capturado das redes de malha.

volta. Segundo ele, havia recebido a informação de que estava tendo fiscalização da capitania dos portos com lanchas da marinha na entrada do Mampituba.

Quando questionei se tinha alguma irregularidade no barco o mestre sorriu. Disse que era mais para evitar alguma pendência, pois por não ser seu barco não sabia como estava a documentação, e que sequer estava com os papéis ali. Considerando que não vi sequer um colete naquele barco, com toda certeza haveriam pendências.

As 17h entramos na barra, era o fim da empreitada. Assim foi meu primeiro contato direto com esses trabalhadores em seu ofício, e se queria respostas, acabei retornando com mais perguntas. Fato é que estar perto e vivenciar, mesmo que um pouco, a rotina desses homens, me despertou para uma realidade de trabalho que nunca havia presenciado antes.

O trabalho em mar é provido de particularidades e complexidades que extrapolam qualquer outro âmbito do mundo dos trabalhos. As relações entre esses sujeitos, as condições a bordo, a incerteza, a sorte, as superstições e, principalmente, o fator natural da relação com o mar, vento, lua e sol, fazem com que estudar a memória e relações trabalhistas desses indivíduos seja um misto da pesquisa em desenvolvimento socioeconômico com a própria compreensão das potencialidades e limites da nossa espécie.

A pesca é uma das relações homem-natureza mais duradouras da humanidade. Em todo percurso de nossa espécie e em todas regiões em que se fixou, o *homo sapiens* tratou de desenvolver técnicas específicas para a captura de peixes e demais animais marinhos para seu consumo. Essas técnicas, bem como essa relação entre os humanos e as águas, se modificam de acordo com a espécie alvo, tipo de água, ferramentas e materiais disponíveis, bem como as singularidades cabíveis às variadas culturas humanas e as atuais conjunturas da sociedade moderna, como leis ambientais e as fronteiras regionais e suas respectivas legislações.

Como ação permanente e fundamental de nossa espécie, a pesca se modificou com o passar dos séculos. Desde subsistência até o comércio, esse elemento que gera alimento, renda e lucro a nossa espécie, no presente se traduz em uma ação de fragmentada permanência nas atividades humanas, transpassando tais barreiras e estabelecendo assim novas lógicas dentro do que se configura como o ofício da pescaria. Nossa discussão centra nessas transformações e processos que envolvem os fatores deste ofício, isto é, os pescadores e pescadoras do município de Passo de Torres, portanto, busca trazer à tona as experiências destes trabalhadores e os processos ocorridos a partir das relações impostas dentro do contexto capitalista. Assim como é dinâmico o exercício que envolvem a manutenção da pesca em geral, são dinâmicas as experiências humanas advindas deste processo.

A partir dessa concepção, levantamos os seguintes questionamentos: Como se processam as relações de trabalho na pesca artesanal em Passo de Torres? Como os trabalhadores da pesca artesanal de Passo de Torres vivenciavam no seu cotidiano, as duras condições de trabalho na atividade pesqueira realizadas em alto mar? Quais hierarquias existiam nas atividades da pesca artesanal em Passo de Torres? Elas provocavam tensões, conflitos entre os trabalhadores da pesca? Como eram as relações entre pesca artesanal e industrial? Como se processavam as relações sociais (família, amigos, comunidade, identidade...) dos trabalhadores da pesca quando não estão em alto mar?

Para responder esses questionamentos a pesquisa tem como objetivo principal analisar as experiências dos trabalhadores da pesca artesanal no município de Passo de Torres no trabalho em alto mar, bem como, as relações sociais (família, amigos, comunidade identidade...) ocorridas fora do espaço fabril/mar/barcos. Para isso, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) Contextualizar o desenvolvimento das atividades pesqueiras - pesca artesanal e pesca industrial - ocorridas em Passo de Torres; b) Identificar as experiências dos trabalhadores da pesca artesanal de passo de torres; bem como, as hierarquias nas relações de trabalho presentes na atividade e as relações trabalhistas das quais estão inseridos; e c) Caracterizar o perfil dos trabalhadores da pesca artesanal de Passo de Torres (idade, média salarial, gênero, tipo de atividade realizada no barco...); além disso, evidenciar como a categoria se relaciona com as dinâmicas características da pesca na região, como a incorporação de tecnologias, a questão ambiental e a questão da barra.

Com base nisso, nosso recorte temporal inicia-se no ano de 1985 com a fundação da Colônia de Pescadores Z-18 de Passo de Torres, reconhecendo que esta instituição é um marco relevante para os pescadores do município no que se refere a sua representação perante processos, reivindicações, assistência profissional e social, formações, bem como também local para se discutir estratégias e manter a fiscalização da atividade no município. Além disso, a constituição de 1988 equiparou as colônias de pescadores à categoria de sindicato, o que reforça o protagonismo dessas instituições no que se diz ao amparo à categoria.

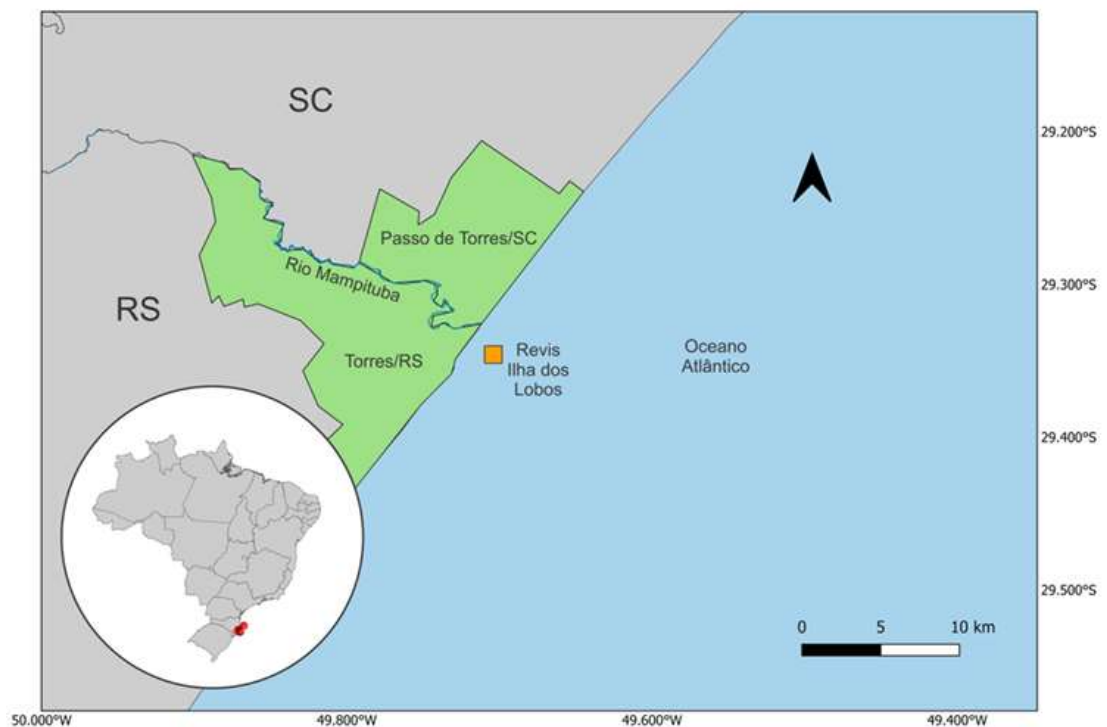
Nosso recorte delimita-se até o ano de 2023, pois é também o ano de retomada do Ministério de Pesca e Aquicultura, acontecimento que estabelece o fim de um ciclo sem um ministério específico para o setor, que havia sido extinto em 2015 e, no governo passado, tinha status de secretaria. O novo ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, em seu discurso⁴

⁴BRANDÃO, Marcelo. **André de Paula assume o Ministério da Pesca e Aquicultura**. [S. l.], 03 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/andre-de-paula-assume-o-ministerio-da-pesca-e-aquicultura>. Acesso em: 28 out. 2024.

de posse disse: “O novo ministério sinaliza o apoio ao desenvolvimento mais amplo da pesca artesanal, da aquicultura e da pesca industrial, cujo equilíbrio entre produção de alimentos saudáveis, geração de renda e trabalho, participação e justiça socioambiental devem caminhar juntos”. Fato é que a retomada do ministério sinaliza uma maior expectativa para o setor, para as questões ambientais e para os trabalhadores da pesca, sejam artesanais ou industriais.

Se tratando da figura do pescador para a cidade, o monumento ao pescador, localizado no centro da cidade de Passo de Torres, evidencia a importância cultural e econômica desses trabalhadores para o município. O jovem município, que teve sua emancipação política-administrativa em 1993, tem uma forte relação com a pesca muito antes de sua emancipação. Privilegiada no litoral sul catarinense, banhada tanto pelo oceano Atlântico como pelo rio Mampituba, Passo de Torres tem seu território disposto à prática da pesca, que se desenvolveu com o passar dos anos e ajudou no desenvolvimento econômico, social e político da cidade, se tornando um dos símbolos culturais do município.

Figura 2 – Mapa da área de estudo



Fonte: Gama (2023)

No dia 13 de junho de 2023, em uma terça feira, ocorreu no Passo de Torres uma manifestação⁵ dos pescadores, com participação desses trabalhadores, comunidade e autoridade locais. A manifestação pedia a abertura e expansão dos molhes do rio Mampituba, uma reivindicação antiga por parte dos pescadores da cidade. Apesar de ser uma reivindicação antiga, a manifestação ocorreu como resposta ao acidente⁶ com vítima fatal ocorrido no mês anterior ao do ato, no dia 22 de maio daquele ano, quando um barco encalhou e virou nos molhes ao tentar entrar rio adentro, o que culminou na morte de um pescador.

No período em que esta pesquisa estava ainda em fase de organização/orientação dentro do programa, mais especificamente no dia 4 de setembro de 2024, ocorreram dois naufrágios de embarcações que tentavam retornar do mar para o Mampituba⁷. Este acidente decorreu, dentre outras questões, por conta dos bancos de areia que se formam na abertura da barra, algo que resultou na morte de um pescador, fatalidade que denota algumas questões: Os trabalhadores passotorrenses estão sujeitos a uma situação frágil de segurança que supera as tensões desafiadoras rotineiras da atividade pois, não somente a empreitada em mar é possivelmente danosa, mas o próprio retorno – a metros de casa – pode ser fatal por conta da questão da barra; além disso, o esforço em pesquisar tais experiências se reforça, tendo que o acidente escancara a clara precarização das condições de trabalho em que estes sujeitos estão submetidos, o que é parte das intenções deste trabalho.

O risco de acidentes é algo inerentemente ligado a pesca embarcada, os trabalhadores estão em constante risco de saúde e até mesmo de vida. Se tratando de Passo de Torres, a atividade pesqueira se dedica, a priori, à pesca artesanal, o que legalmente falando indica que a maioria – senão todos – pescadores são autônomos, e dependem do resultado em mar para seu sustento, não tendo salário fixo. Além disso, apesar de existir um registro legal de pesca artesanal ligada ao governo federal – Registro Geral de Pesca (RGP) – que regulamenta a pesca artesanal, provendo direitos e deveres, alguns pescadores sequer tem a carteira de pesca

⁵ PASSO DE TORRES (Santa Catarina). Prefeitura. Manifestação pela abertura e extensão dos Molhes de Passo de Torres para acesso das embarcações ao Rio Mampituba. *In: Manifestação pela abertura e extensão dos Molhes de Passo de Torres para acesso das embarcações ao Rio Mampituba*. [S. l.], 14 jun. 2023. Disponível em: <https://passodetorres.sc.gov.br/manifestacao-pela-abertura-e-extensao-dos-molhes-de-passo-de-torres-para-acesso-das-embarcacoes-ao-rio-mampituba/>. Acesso em: 21 set. 2023.

⁶ MILMAN, Guilherme. **Pescador morre afogado após embarcação virar em Torres**: Homem de 46 anos se acidentou enquanto acessava a barra do Rio Mampituba. [S. l.], 22 maio 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/05/pescador-morre-afogado-apos-embarcacao-virar-em-torres-clhzm2bnn004101656toqnnhk.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

⁷ SOUZA, José. **Acidente com embarcações de pesca em banco de areia em Torres deixa uma vítima desaparecida**. [S. l.], 5 set. 2024. Disponível em: <https://terra.com.br/noticias/acidente-com-embarcacoes-de-pesca-em-banco-de-areia-em-torres-deixa-uma-vitima-desaparecida,8197b7f67b35feac99df84b41c05ec1ej316ruow.html>. Acesso em: 27 out. 2024.

artesanal e/ou autorização para pesca embarcada, portanto, muitos estão em situações irregulares⁸, o que lhes tornam mais vulneráveis ainda às mazelas possíveis do ofício.

Essa falta de registro adequado corrobora para uma precarização da profissão que por si só já é provida de variados riscos e problemáticas que poderíamos destacar não só no âmbito da prática, mas também da assistência necessária em casos de invalidez, aposentadoria, benefício de seguro, entre outras questões. Aliado a isso, a frequência de acidentes denota que a falta de recursos e auxílio aos pescadores podem lhes deixar a mercê da própria sorte, e isso engloba tanto os regularizados como também os trabalhadores sem registro.

Um acidente recente exemplifica esse problema, também em 2023, um jovem caiu de uma embarcação e foi declarado desaparecido. O pescador tinha vinte anos, e era sua segunda viagem. Segundo apuração dos jornais⁹ locais, o jovem caiu da embarcação em movimento e ninguém notou, só percebendo sua ausência posteriormente quando já era tarde para lhe encontrar em mar. Segundo a colônia de pescadores do município, o jovem não tinha registro nem carteira de pesca.

Em contato com a colônia de pescadores em julho de 2023, a secretária da colônia respondeu algumas perguntas relativas a pesca na região, bem como questionamentos e dúvidas sobre a história de pescadores locais. Em uma das perguntas, relacionada a questão dos tamanhos dos barcos, a secretária afirmou que não é raro que barcos ultrapassem 20 de Arqueação Bruta (AB)¹⁰, limite de tamanho das embarcações para a pesca artesanal, acima disso são só permitidas embarcações em situação industrial, isto é, barcos com pescadores profissionais da categoria industrial dentro das normas trabalhistas da CLT.

Se as capacidades reais das embarcações estão irregulares, os parâmetros para se apontar os riscos da passagem pela barra podem estar subestimados, pois nessas circunstâncias os barcos têm mais volume e, portanto, mais chance de encalhe e de acidentes.

Os pescadores de Passo de Torres são trabalhadores do mar, vivem e sustentam a si e a sua família a partir de sua mão de obra no ofício da pesca. Trabalham à mercê da natureza e de suas intempéries, mas não só isso, à mercê também da negligência do estado e de setores da sociedade que corroboram para a precarização da profissão:

⁸ Segundo dados do Registro Geral da Pesca (RGP) da Secretaria de Aquicultura e Pesca, existem no Brasil aproximadamente 1 milhão de pescadores e pescadoras artesanais no país, porém, levando em consideração a alta taxa de irregularidades cadastrais, é relevante apontar que esse dado pode estar consideravelmente subestimado.

⁹ DE SOUZA, Valmoci. **Jovem de Passo de Torres está desaparecido no mar há 6 dias**: Era a segunda viagem do jovem João Vitor, 20 anos na mesma embarcação. [S. l.], 9 jul. 2023. Disponível em: <https://jornalnortesul.com.br/jovem-de-passo-de-torres-esta-desaparecido-no-mar-ha-6-dias/>. Acesso em: 21 set. 2023.

¹⁰ A arqueação bruta (AB) é uma medida calculada com base no volume dos espaços fechados da embarcação.

A discrepância entre o valor pago aos pescadores e o preço praticado pelas peixarias locais e principalmente pelos mercados da capital do Estado, reflete a exploração econômica a que os pescadores são submetidos. Os rendimentos dos pescadores, durante o período de safra, dependem exclusivamente da quantidade de pescado capturado. Conforme se verificou, nenhum pescador recebe um salário mínimo ou qualquer outra compensação caso a pescaria não alcance o teto mínimo para cobrir seus gastos mensais. (Moreno; Tavares; Danilewicz; Ott; Machado, 2009, p. 137)

Além dos riscos da própria prática da pesca a sua saúde e a sua vida, o pescador ainda tem que lidar com talvez um dos riscos que mais esclarecem a precarização do ofício na região: a dependência desses trabalhadores a uma condição de trabalho onde não se tem nenhuma segurança e/ou estabilidade financeira. A rotina em alto mar é, portanto, necessária a manutenção de sua própria existência em uma sociedade capitalista, do qual prevê custos inerentes as relações sociais, de moradia e de alimentação. São nessas condições que as experiências de classe são formadas, através do compartilhamento dessas experiências na vivência desses trabalhadores em suas empreitadas no mar.

O trabalho do pescador artesanal se efetiva a partir da relação inerente com a natureza. É dela que os meios para sua subsistência são providos, entretanto, como aponta Antunes (2025), essa relação metabólica entre o ser humano e a natureza são alteradas conforme a lógica do capital vigora, isto é, as necessidades capitalistas de produção mudam a lógica do trabalho em convergência com uma precarização cada vez maior dos meios de trabalho.

Essa lógica neoliberal, que muda a relação ser humano-natureza, faz com que as relações de subsistência dos trabalhadores sofram alterações fundamentais para a configuração do ofício. Portanto, as relações da pesca ultrapassam a fronteira ser humano-natureza, colocando esses trabalhadores também em uma lógica ser humano-capital.

Essas relações entre trabalhadores/pescadores com o trabalho/pesca, apresentam uma amplitude relevante de experiências complexas a serem levadas em consideração para a compreensão dessa classe em Passo de Torres. Esses trabalhadores vivenciam experiências que ultrapassam a prática do ofício em mar, abrangendo esferas sociais externas – direta ou indiretamente – que também estão ligadas às necessidades do capital; suas relações com pares do ofício e suas relações sociais e trabalhistas em terra também são experiências que complementam essa relevância.

As experiências vivenciadas por esses pescadores em seu ofício levam à percepção e reconhecimento dessas experiências, que por sua vez efetivam o processo de consciência de classe. Essas experiências são contínuas e inevitáveis, fazendo pressão para essa consciência social e, portanto, sendo promotora das mudanças históricas enquanto objeto de

autorreconhecimento fundamental para a ação social. É a partir das experiências desses trabalhadores, homens e mulheres reais, que o processo de construção histórico social se faz, isto é, a ação humana é em geral transformadora da sociedade e, em particular, transformadora das relações sociais e trabalhistas dos pescadores de Passo de Torres:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não o faz sem pensamento; surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e pensam sobre o que acontece a si e ao seu mundo. (...). Pois não é possível conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem pode o ser social reproduzir a si mesmo, um único dia, sem o pensamento. Queremos com isso dizer que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a uma experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de exercer pressões sobre a consciência social existente, propor novas interrogações e proporcionar grande parte do material que é o objeto dos exercícios intelectuais mais elaborados. (Thompson, 2021, p. 29)

São dinâmicos os processos que proporcionam complexas modificações na experiência desses trabalhadores, o que corrobora para o pensamento constante de sua realidade tendo em vista os desafios que a compõe. Portanto, esse material fruto das experiências modificadas desses trabalhadores do qual Thompson se refere é parte matriz desse trabalho, isto é, as mesmas pressões que recaem sobre a consciência dos trabalhadores dessa categoria são as que, em um sentido amplo de classe, recaem sobre os demais sujeitos, sem excluir – evidentemente – nós pesquisadores.

Compreender o sentido de classe que Thompson apresenta é proporcionar um pensamento que se baseia na ideia de uma experiência compartilhada, independentemente da categoria ou da especificidade de trabalho foco. Essa perspectiva contribui evidenciando questões fundamentais e complexas dos mundos do trabalho em um programa de pós-graduação em desenvolvimento socioeconômico de caráter interdisciplinar.

Ainda sobre desenvolvimento socioeconômico, a lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, conhecida como “lei da pesca”, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, nela são apresentadas as principais normas, definições e objetivo que a lei prevê. Logo no primeiro artigo da lei, no item IV, ela apresenta que um dos objetivos da lei é “o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.” (Brasil, 2009).

A busca pelo desenvolvimento socioeconômico é, portanto, uma medida que a própria legislação brasileira vislumbra, tanto para os trabalhadores como também para suas respectivas comunidades. Cabe então o reconhecimento que o estudo e caracterização dos pescadores de Passo de Torres levanta os principais desafios enfrentados pela classe na região, concebendo

isso como de relevante impacto não só na vida desses trabalhadores, mas para o município como um todo.

A escolha por pesquisar a temática se baseia a partir de noções que ultrapassam o desejo acadêmico propriamente dito. Minha formação de licenciatura em História me aproximou de variados campos das ciências humanas e sociais aplicadas, entre eles, os mundos do trabalho.

Enquanto morador do município de Passo de Torres, o contato com o objeto de estudo surgiu da percepção dos processos e ocorrências relativas à questão dos pescadores da região. O número de acidentes, minhas relações pessoais, as histórias “boca a boca”, conversas informais bem como certos movimentos por parte destes trabalhadores, acabaram despertando o interesse por compreender o tema, em um primeiro momento de maneira pessoal e, a partir da ligação entre minha formação e as evidências preliminares e hipotéticas elaboradas, também acadêmica.

A partir disso externei meu interesse por estudar o tema com o professor doutor João Henrique Zanelatto e também com outros professores quando ainda estava na última fase da graduação. Portanto, essa pesquisa surge da mistura entre interesses acadêmicos, pessoais e, também, de justiça social.

Para a realização deste trabalho, nos apropriamos dos conceitos de experiência e classe do historiador Edward Palmer Thompson, levando em consideração então que a classe de pescadores artesanais é um fenômeno histórico e está diretamente ligada às relações humanas, isto é, o conjunto de experiências comuns fazem com que esses trabalhadores reconheçam sua identidade e valorizem sua tradição que está, geralmente, ligada as formas de produção das quais esses homens e mulheres nasceram e/ou são involuntariamente colocados (Thompson, 2004). É a partir dessa apropriação do conceito de experiência histórica de Edward Thompson que sustentamos a relevância de nossa pesquisa, concebendo-a como contributiva para o conhecimento histórico acadêmico e, principalmente, como contribuição para a comunidade objeto deste trabalho: os homens e mulheres trabalhadores da pesca em Passo de Torres.

Para complementar o aporte teórico escolhido, nos apropriamos também do conceito de hegemonia de Antonio Gramsci e de ação política e movimentos sociais de Sidney Tarrow. Essa escolha se dá pois entendemos que o paralelo entre esses autores nos permite uma análise mais ampla sobre os processos e disputas ocorridos no espaço de trabalho da categoria estudada, isto é, dão fôlego para uma compreensão dos processos sociais e dos embates políticos das quais esses sujeitos estão inseridos, reconhecendo assim a dinâmica da pesca em Passo de Torres como um processo de disputa de poderes e narrativas que envolvem desde a afirmação de uma identidade como, também, a força do capital em detrimento da força humana de trabalho.

Se tratando da metodologia de pesquisa, as fontes utilizadas foram múltiplas, utilizando tanto fontes da documentação indireta, documentação direta e, principalmente, da observação direta intensiva. No que se refere a observação direta intensiva, utilizaremos/utilizamos da história oral como método para realização de entrevistas semiestruturadas em campo, que estará presente em todos capítulos deste trabalho, mas especialmente no segundo, buscamos identificar o perfil destes trabalhadores.

As principais fontes bibliográficas utilizadas para suprir o fôlego das entrevistas foram obras mais técnicas como o *Manual de História Oral* de Verena Alberti e *História oral: desafios para o século XXI*, organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. O roteiro das entrevistas foi adaptado de acordo com o perfil dos pescadores e demais entrevistados, levando em consideração que antes da realização da entrevista ocorreu uma aproximação e diálogo prévio com o entrevistado, com intenção de explicar a proposta do estudo e identificar possíveis direções para se tomar durante o andamento da entrevista. Cabe destacar que durante as entrevistas, quando necessário, foram realizadas perguntas sem definição prévia, seguindo o caminho de ideias que o diálogo irá abrir como também permitindo que os sujeitos(as) se sintam à vontade para abordar temas que fogem ao roteiro.

No que se refere ao aporte teórico sobre história oral, apoiamo-nos principalmente nos estudos de Lucilia de Almeida Neves Delgado. Com exceção do presidente da colônia, que por ocupar um cargo representativo é uma pessoa pública, definimos com os entrevistados a adoção de nomes fictícios, preservando a identidade dos sujeitos(as) que participaram da pesquisa, algo fundamental em um contexto de constantes disputas e reivindicações por parte desses trabalhadores. Além de seus nomes, outros indivíduos eventualmente citados e/ou embarcações – nomes próprios em geral – terão sua identidade preservada para evitar a eventual ligação aos sujeitos a partir de suas narrativas.

A partir da apropriação das discussões apresentadas por Lucilia de Almeida Neves Delgado em conjunto com a apropriação do conceito de experiência thompsoniano, a escolha pela metodologia da história oral foi baseada na compreensão de que trazer à tona a memória desses trabalhadores através da oralidade é relevante para uma compreensão mais completa da classe na região com base em um conhecimento histórico:

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa até o tempo de vida individual. Por meio de relatos de experiências familiares, de crônicas que registram o cotidiano, de tradições, de histórias contadas através de gerações e de inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se o tempo presente, e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se,

fundem-se e se constituem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico. (Delgado, 2006, p. 40-41)

A história oral surge então como a ferramenta ideal para a intenção deste trabalho, que inclui trazer à luz as experiências desses trabalhadores bem como caracterizar a classe na região. Sobre essa caracterização, a concepção de uma consciência de classe é parte integrante desta ação, portanto, a experiência compartilhada e a formação de uma memória coletiva são partes indissociáveis deste processo. Delgado afirma que “Dessa forma, História e memória, enredadas na trama da reconstituição temporal e espacial, contribuem para a consolidação da consciência de pertencimento ou de não-pertencimento dos sujeitos históricos a organizações, grupos, instituições, etnias, países.” (Delgado, 2006, p. 46), partindo disso, nossas entrevistas se desdobram a partir de cinco personagens inseridos nesse contexto: o presidente da colônia e quatro pescadores, dos quais aprofundaremos as narrativas em paralelo com as demais fontes.

Realizamos/realizaremos também, pesquisas nos documentos da Colônia de Pescadores Z-18 em Passo de Torres bem como outras fontes de documentações pessoais, como fotografias, processos jurídicos, notícias e demais registros. Além desses documentos físicos, informações e notícias online também foram utilizadas como fonte, levando em consideração que o meio digital é também um foco informativo no que se refere a mídia e a organização desses grupos, como redes sociais e demais sites utilizados por esses trabalhadores.

A seleção dos entrevistados se deu por meio de duas formas: 1) as redes pessoais, que proporcionam relações com pessoas conhecidas – meio familiar, amigos - que são do meio e experenciam os processos relacionados ao trabalho da pesca; e 2) o efeito “bola de neve” advindo desses contatos, que por serem do meio efetuaram indicação/sugestão de outros indivíduos que pudessem/podem contribuir com suas experiências para o estudo.

O modelo de entrevista escolhido foi o da “entrevista temática”, que se baseia em testemunhos de experiências vivenciadas pelos participantes. Esse tipo de entrevista busca reconhecer elementos, informações, interpretações e versões sobre temas específicos (Delgado, 2006), como no caso, a categoria de pescadores de Passo de Torres.

O biólogo e doutor em genética e biologia molecular Paulo Henrique Ott, professor adjunto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), se apresenta como um dos pesquisadores que mais produzem material científico sobre o tema da pesca na região da bacia do Mampituba e do mar entre Torres/RS e Passo de Torres/SC. Ele é também fundador e pesquisador do Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (GEMARS), uma organização não governamental de pesquisa fundada em 1991. Apesar de sua discussão

ser pautada principalmente na questão ambiental, seus trabalhos reconhecem a questão social inerente a essa discussão e foram de grande valia para a produção deste trabalho.

A dissertação de Renata Montalvão Gama buscou caracterizar a pesca e a situação dos estoques pesqueiros a partir da percepção da comunidade pescadora local. O trabalho intitulado *Caracterização da pesca e situação dos estoques pesqueiros a partir da percepção dos pescadores de Passo de Torres/SC e Torres/RS, sul do Brasil* serviu como fonte bibliográfica para esta pesquisa, tendo em vista que diversas discussões apresentadas pela autora estão em convergência com os objetivos de nosso estudo e, em certa medida, tem intenções semelhantes, pois Gama caracterizou a atividade pesqueira na comunidade a partir da percepção dos pescadores, buscando um perfil dos entrevistados e também suas características profissionais, como artefatos utilizados, espécies alvo e problemas enfrentados na pesca.

É relevante destacar que apesar da contribuição do trabalho de Renata Montalvão Gama, nossas pesquisas se diferem na intenção foco. Além das evidentes diferenças teóricas cabíveis a dois programas de pós-graduação de temas distintos e de universidades distintas, enquanto a pesquisadora tem como principal objetivo buscar alternativas de gestão e manejo mais apropriadas para cada lugar, nossa pesquisa objetiva as relações trabalhistas e de classe, isto é, nosso objeto foco são os próprios trabalhadores e os processos advindos de suas relações. Isso justifica, entre outros fatores, a nossa escolha pela utilização da história oral, já que como processo social ativo, a memória desses sujeitos tem como ponto de partida a vida em sociedade na qual se inscrevem as experiências individuais (Delgado, 2006).

Embora a pesquisa tenha como objeto principal os trabalhadores da pesca em Passo de Torres, é possível fazer diversos apontamentos e paralelos com outras comunidades pesqueiras de Santa Catarina como do sul do país em geral, reconhecendo que existem semelhanças nos desafios e nas relações entre essas populações costeiras que vivem da pesca artesanal. Abrindo a discussão sobre o tema, é relevante elucidar discussões que já foram e/ou estão sendo discutidas na academia.

O artigo *Considerações acerca da pesca artesanal realizada no Brasil à luz do materialismo histórico-dialético*, de Luísa Gonçalo Dai Prá e Adriana D'Agostini, apresenta considerações relevantes acerca do impacto das expropriações sobre os pescadores artesanais e a relevância da consciência de classe para lidar com os desafios impostos a esses trabalhadores. Algumas dessas considerações levantam possíveis contrastes com a realidade da classe em Passo de Torres.

No artigo citado, as autoras ressaltam que o dinamismo da pesca é marcado pela fluidez da natureza bem como das diferenças sócio-históricas próprias de cada região, que por conta

dessas diferenças geográficas, podem assumir contornos e especificidades em cada localidade (Dai Prá; D’Dagostini, 2023). Porém, em paralelo com as ideias de Capellesso (2010), as autoras apresentam que esse dinamismo não é só marcado por essas características geográficas, sociais ou culturais, o setor vem sendo profundamente alterado pela introdução da tecnologia.

Como já mencionado neste trabalho, a relação metabólica entre ser humano-natureza é modificada a partir de sua relação com o capital, isto é, as demandas do capital impõem relações terceiras a essa rotina que estão ligadas à lógica da necessidade de mercado. Dito isso, é relevante destacar que a própria introdução dessas tecnologias na forma produtiva da pesca artesanal sintetiza parte dessas mudanças atribuídas à lógica do capital.

Sendo mais específico com o caso que aqui nos interessa, isto é, os pescadores de Passo de Torres, podemos então considerar a seguinte hipótese: a própria reivindicação do prolongamento da barra do Mampituba pode ser, então, fruto das mudanças estruturais e tecnológicas incorporadas ao ofício da pesca artesanal na região. Portanto, essa reivindicação parte da consciência desses trabalhadores em propor mudanças em decorrência das experiências negativas nessa relação contínua com os molhes do Mampituba.

Apesar de ser uma reivindicação já histórica para os pescadores passotorrenses, é relevante destacar que a hipótese já mencionada desses barcos – que são cada vez maiores – ultrapassarem o limite de Arqueação Bruta permitida por lei para pesca artesanal, reforça a problemática dessas mudanças atribuídas a uma lógica de mercado que precariza o ofício desses trabalhadores.

Essas mudanças como incorporação de motores, capacidade dos barcos e tecnologias de navegação, estão atreladas a submissão que a pesca artesanal apresenta diante à pesca de larga escala industrial (Diegues, 1999). Essas dinâmicas mudam as relações desses trabalhadores entre os pares e entre os próprios meios de ofício, fazendo com que suas experiências sejam variáveis, isto é, mudem de acordo com as necessidades de permanência e existência em um mercado que precariza cada vez mais os meios artesanais em prol da produção industrial (Dai Prá; D’Dagostini, 2023). No caso de Passo de Torres, é perceptível as mudanças impostas à pesca artesanal para que sua permanência no mercado seja viável, mesmo que isso custe a vida desses trabalhadores¹¹.

¹¹ Pescador passotorrense morre em alto-mar ao cair de embarcação que saiu de Passo de Torres em direção ao sul. RIBEIRO, Adriano. **Pescador morre após cair de embarcação no Litoral Norte**: Acidente ocorreu em alto-mar na altura de Balneário Quintão, município de Palmares do Sul. [S. l.], 18 out. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/pescador-morre-apos-cair-de-embarcacao-no-litoral-norte.8e62cb5d26f16f3a21072af9d45c9c5b9csnbjg7.html>. Acesso em: 10 jun. 2024

Outra consideração relevante apresentada pelas autoras no artigo é as dificuldades da manutenção da pesca artesanal diante de todas problemáticas decorrentes da precarização do ofício (Dai Prá; D’Dagostini, 2023). Os desafios relacionados a competição com as grandes indústrias pesqueiras acabam não só dificultando o trabalho dos pescadores mais velhos, como também afastando os pescadores mais novos do ofício, ameaçando a reprodução social da pesca artesanal (Walter et al., 2018).

Ao citar o caso da pesca da tainha em Florianópolis, as autoras reforçam que a pesca artesanal requer de seus trabalhadores certas habilidades e conhecimentos que juntos formam uma gama de sabedoria ligada a experiência desses trabalhadores, como estratégias e técnicas fundamentais para garantir o sucesso da empreitada (Dai Prá; D’Dagostini, 2023).

Levando em consideração esses conhecimentos cabíveis aos pescadores mais velhos e a precarização do ofício, levantamos outra consideração em paralelo com a pesca em Passo de Torres: a ameaça da reprodução da pesca artesanal a partir da falta de continuidade do ofício pode, então, vulnerabilizar ainda mais os novos pescadores que decidirem assumir o ofício sem uma determinada transmissão de conhecimentos atrelados a uma sabedoria da classe. Isto é, o dinamismo imposto pelas necessidades constantes de adaptação ao mercado unido à precarização do ofício, faz com que exista um afastamento de transmissão geracional do ofício – que é também uma arte – permitindo que trabalhadores terceiros – sem preparo prévio e/ou hereditário – assumam o trabalho em mar e enfrentem mais riscos. Podemos chegar nessa hipótese considerando que no ano de 2023 das quatro vítimas de acidentes fatais, três eram trabalhadores sem cadastro na colônia e/ou carteira para pesca profissional embarcada.

Todas essas complexidades levantadas sintetizam o panorama defendido pelas autoras, isto é, essas mudanças substanciais no modo de trabalho desses pescadores artesanais os colocam em alto-mar em verdadeiros barcos-fábrica, aliado a todos recursos tecnológicos que compõe esse cenário (Dai Prá; D’Dagostini, 2023). Levando em consideração essa configuração de barcos-fábrica, podemos levantar diversos questionamentos acerca das relações nestas embarcações e a possível volatilidade de experiências que juntas caracterizam a pesca artesanal nos dias atuais.

No que se refere a distribuição do conteúdo, o trabalho está dividido em três capítulos: a) A pesca em Passo de Torres: do desenvolvimento da atividade a constituição da colônia de pescadores; b) Trabalhadores do Mar: a experiência dos pescadores embarcados em Passo de Torres; e c) Mar, terra e mar: relações sociais e resistência dos pescadores artesanais no município.

O primeiro capítulo apresenta um panorama geral das atividades pesqueiras na região, contextualizando o tema e abordando as principais questões que demonstram a relevância da atividade no município. Para isso, apresentou-se o contexto histórico do ofício na região e sua relação com a cultura e tradição local. São apresentados também índices e dados que elucidam a representatividade econômica da atividade em Passo de Torres e que contribuem para a compreensão de uma concomitância entre o desenvolvimento do município e o desenvolvimento da pesca local.

Ainda no primeiro capítulo buscamos apresentar as principais questões legais envolvendo a pesca artesanal e industrial, fazendo paralelo com a realidade passotorrense no que se refere as atribuições e incorporação da legislação pesqueira. Portanto, é apresentado as principais leis que fazem parte do cotidiano pesqueiro bem como as relações trabalhistas previstas.

Por fim, destacamos também a fundação da colônia de pescadores Z-18 de Passo de Torres, apresentando um breve histórico de fundação e também de sua atuação na região. Aqui buscamos compreender o contexto de fundação da instituição; o papel e a atuação da colônia; e as relações dos trabalhadores com a colônia.

No segundo capítulo as narrativas advindas das entrevistas tomam o protagonismo das linhas, identificando as experiências desses trabalhadores. Nesse capítulo somos apresentados aos sujeitos que juntos somam a principal fonte deste trabalho, isto é, as experiências e memórias da categoria na região. Através do paralelo com a apropriação dos conceitos estudados, buscamos identificar nas entrevistas as narrativas que marcam não somente a vida dos sujeitos, mas, também, que auxiliam a compreendermos os processos pertencentes a dinâmica da pesca na região.

Conhecemos diferentes perspectivas de homens inseridos em um mesmo contexto, porém, de diferentes formas. Foi possível identificar coalizão em certas narrativas como também rompimentos e distanciamentos em alguns aspectos, algo que, como o capítulo aprofunda, faz parte de um processo de transformação do perfil da categoria. Entendemos essa transformação como algo que está indissociavelmente ligado as transformações da própria lógica da pesca na região, que é provida de complexidades e contrariedades que proporcionam, no nosso entender, uma caracterização heterogênea do pescador passotorrense.

Evidenciamos a partir das entrevistas as interpretações desses sujeitos sobre sua própria categoria, como percebem e vislumbram não só o presente, mas, também, o futuro da pesca na região. Esse processo se dá pela compreensão desses indivíduos sobre os desafios perante a

continuidade do ofício na região bem como, também, de problemáticas sobre a própria modalidade de pesca exercida.

Entendemos tais interpretações como diretamente ligadas a suas experiências e, partindo desse pressuposto, buscamos traçar os paralelos entre as narrativas e demais fontes para ao mesmo tempo reconhecer a memória desses trabalhadores e compreender a dinâmica da pesca na região.

No terceiro e último capítulo destacamos a incorporação das tecnologias dentro da pesca embarcada artesanal, onde problematizamos como essa incorporação potencialmente modifica as relações de trabalho desses sujeitos. Junto a isso, buscamos também evidenciar a complexa relação entre os pescadores e a questão ambiental, onde reconhecemos um conflito de narrativas entre a categoria e o Estado.

Em um contexto onde a dinâmica da pesca na região impõe uma lógica heterogênea de informalidades e processos entre esses homens e seu ofício, há o compartilhamento de experiência desses homens perante a questão da barra, onde esse processo se apresenta como principal elemento de uma resistência coletiva. Destacamos isso pois, mesmo que de formas diferentes e em contextos diferentes, as pressões que recaem sobre os trabalhadores têm uma mesma origem, leia-se, mesmo que sua representação seja ressignificada de acordo com os processos singulares a cada realidade desses homens, é nesse contexto de compartilhamento de experiências que a consciência de classe toma fôlego.

Por fim, buscamos fazer uma caracterização dos pescadores de Passo de Torres. A caracterização do perfil desses trabalhadores se dá, em certa medida, do indissociável fôlego, pois – como veremos – trata-se de uma complexa gama de informalidades que dificultam e limitam esse processo. Em nosso entendimento, todavia, é exatamente por conta dessa complexidade que tal esforço se faz tão necessário, já que a busca por essa compreensão se sustenta em uma realidade de precarização onde trabalhadores ficam a mercê de condições que ameaçam sua saúde, suas vidas e, em um sentido mais amplo, sua forma de existência.

1 A PESCA EM PASSO DE TORRES: DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE A CONSTITUIÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES

Neste capítulo iremos situar a pesca artesanal em Passo de Torres/SC, fazendo a apresentação de um panorama histórico da atividade no município bem como de informações relacionadas à atividade no que se refere a dados econômicos e estatísticos. Além disso, iremos apresentar a constituição da colônia de pescadores Z-18, abordando desde os desafios de sua fundação em 1985 até o presente, onde foi realizado uma entrevista com o atual presidente da colônia.

Para isso dividimos o capítulo em duas partes. A primeira, denominada “contexto histórico e relevância da atividade no município”, visa introduzir à discussão acerca da pesca e dos pescadores na região. É nessa parte inicial que abordaremos aspectos históricos, geográficos, econômicos, políticos e sociais que estão em torno da atividade pesqueira da cidade. Além disso, fazemos um estado da arte apresentando discussões que envolvem desde aspectos relacionados diretamente ao Passo de Torres bem como de trabalhos sobre pesca artesanal em outros locais que são cabíveis de relevantes paralelos, levando em consideração a aproximação de alguns aspectos da realidade de pescadores artesanais que apesar de serem de outras localidades, são de uma mesma categoria.

Na segunda parte “A Colônia de pescadores Z-18: espaço de organização, luta e sociabilidade dos trabalhadores do mar”, buscamos apresentar brevemente a trajetória da colônia desde sua fundação até o presente, reconhecendo, também, a relevância e o papel da entidade como instituição de representação para os pescadores e pescadoras de Passo de Torres.

É também nesse subcapítulo que apresentamos a entrevista realizada com o então presidente da colônia de pescadores Z-18 de Passo de Torres, que objetivou reconhecer a perspectiva da colônia em relação aos processos e relações que envolvem os trabalhadores da pesca com a realidade do ofício no município.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E RELEVÂNCIA DA ATIVIDADE NO MUNICÍPIO

Passo de Torres tem na pesca uma de suas principais atividades econômicas, posto esse dividido com a agropecuária e o turismo (Cardoso & Haimovici, 2011). Sobre o turismo, é relevante destacar que parcela considerável desse turismo é, também, derivado de atividades ligadas à pesca, como a gastronomia local e o próprio comércio dos peixes, característica

tradicional da Avenida Beira Rio da cidade, que é provida de uma quantidade expressiva de peixarias que movimentam a região e a passagem pela ponte RS-SC durante o verão. É tradicional na região ir até Passo de Torres para comprar um “peixe fresco”.

Embora nosso objeto de estudo seja especificamente a comunidade de Passo de Torres e a Colônia de Pescadores Z-18 sediada no município, é importante definir também que, apesar de serem municípios e estados diferentes, existe um processo heterogêneo entre a pesca praticada em Torres/RS e Passo de Torres/SC. As duas cidades dividem o mesmo rio e o mesmo mar, são, portanto, os mesmos locais de entrada e saída das embarcações durante as empreitadas, fato que corrobora para um contato próximo onde os pescadores dividem artefatos e embarcações. É, portanto, uma comunidade provida de duas colônias, a Colônia de Pescadores Z-7 em Torres/RS e a Colônia de Pescadores Z-18 de Passo de Torres/SC (Kellermann et al., 2020). Tal definição é fundamental para compreender as relações desses sujeitos que estão inseridos em uma mesma realidade e que compartilham experiências rotineiras.

Figura 3 – Fotografia aérea da divisão entre os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina pelo rio Mampituba.



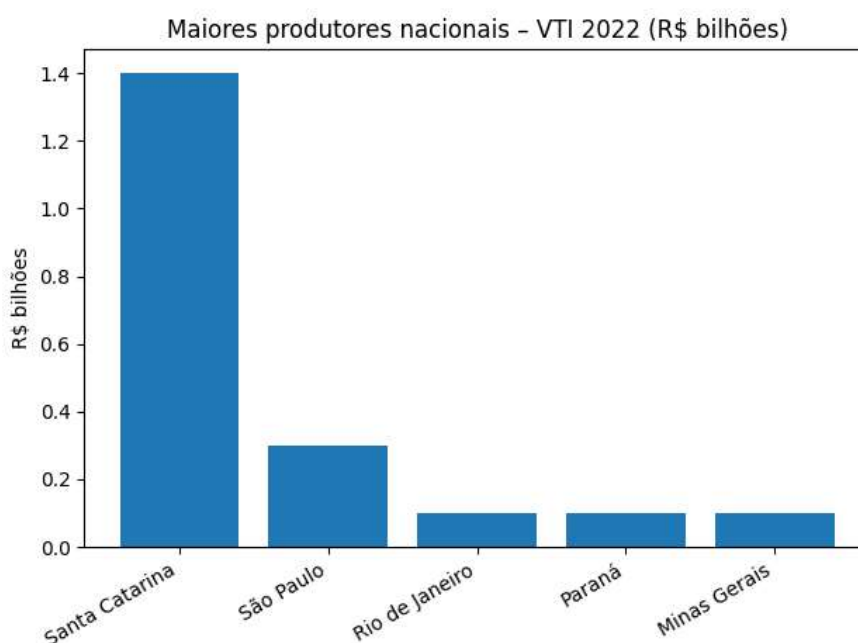
Fonte: Adaptado de Vagner Machado (2025)

Um exemplo disso é que pescadores das duas cidades compartilham a mesma colônia, como é o caso da Colônia de Pescadores Z-18 de Passo de Torres/SC. São pescadores gaúchos

e catarinenses que residem nos dois municípios, mas que tornam essa fronteira invisível ao olhar da camaradagem de ofício e, portanto, a uma identidade de categoria. Um exemplo disso é durante os questionários realizados em sua pesquisa, Renata Montalvão Gama apresenta que dos 24 pescadores que responderam perguntas relacionadas à algum vínculo com colônias de pescadores, apenas 1 (3,8%) citou a Colônia de Pescadores Z-7 de Torres/RS, sendo que a grande maioria (n=21; 80,8%) é associada à Colônia de Pescadores Z-18, mesmo que os entrevistados pela pesquisadora residiam em Passo de Torres/SC (n=14; 53,8%), Torres/RS (n=10; 38,5%), Canoas/RS (n=1; 3,8%) e Rio Grande/RS (n=1; 3,8%) (Gama, 2023). Esses dados demonstram o protagonismo do pequeno município catarinense no que se refere a pesca na região, em concordância com a relação histórica de Passo de Torres/SC com a pesca.

Segundo dados da Secretaria de Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (2021), o estado se consolidou como o principal polo pesqueiro do país. Além disso, na última década houve um grande desenvolvimento da indústria pesqueira no estado, com foco nas indústrias do vale do Itajaí. Conforme os dados da Facisc (2025), Santa Catarina é líder nacional na manufatura de pescados, respondendo por 44% da produção total e sendo líder no Valor de Transformação Industrial (VTI) de produtos de pescado em 2022, com R\$ 1,4 bilhões (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produção na indústria de produtos de pescado



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da Facisc (2025)

Esse dado recente exemplifica a consolidação de Santa Catarina no mercado nacional da pesca. Destacamos que este número (44%) se refere especificamente à manufatura e não apenas à captura bruta, onde SC também lidera, mas com margens diferentes dependendo da espécie. Todavia, fazendo uma série histórica dos últimos 10 anos, observamos que há uma trajetória sólida até chegarmos no panorama atual catarinense:

Tabela 1 –Valor de Transformação Industrial (VTI) de produtos de pescado em Santa Catarina na última década.

Ano	VTI (em R\$ Milhões)	Observação / Contexto
2014	720	Período de estabilidade pós-crise de estoques de sardinha.
2015	750	Início do foco em exportação de subprodutos.
2016	790	Crise econômica nacional retarda o crescimento industrial.
2017	840	Recuperação do consumo interno.
2018	910	Expansão das plantas de atum em Itajaí.
2019	980	Modernização tecnológica das linhas de enlatados.
2020	1.100	Alta demanda por conservas durante a pandemia.
2021	1.250	Forte valorização do preço do pescado processado.
2022	1.411	Recorde histórico consolidado (Fonte: FACISC/IBGE).
2023	~ 1.540*	Estimativa baseada no crescimento de 7,3% da produção.
2024	~ 1.680*	Projeção com base no faturamento bruto de R\$ 4,08 bi.

Fonte: Elaborado com base em dados da FACISC (2025), FIESC (2023) e IBGE (2022).

Fato que corrobora para esse desenvolvimento é a consolidação de uma organização produtiva às margens do Rio Itajaí-Açu, onde as embarcações desembarcam o peixe capturado diretamente no cais dessas indústrias, fazendo com que a matéria-prima seja direcionada prontamente para as unidades de beneficiamento. Essa organização proporciona uma agilidade produtiva que faz com que o pescado seja transformado rapidamente, trata-se de uma verticalização de produção que envolve a captura, beneficiamento e comercialização. Por fim, levando em consideração a proximidade dessas indústrias a Rodovia BR-101, o escoamento via terrestre da produção para os grandes centros urbanos é potencializado (dos Santos, 2025).

O geógrafo Gilson Leonel dos Santos (2025) apresenta que a ascensão de Santa Catarina como principal polo pesqueiro se dá pela união de fatores naturais da região Sudeste e Sul junto aos processos econômicos, corroborando para uma acumulação do capital no setor pesqueiro. Entre os fatores naturais se destacam a extensa plataforma continental, que potencializa as técnicas de arrasto, mas também outros fatores, como a temperatura das águas, à salinidade e à direção das correntes que complementam os fatores espaciais naturais característicos da região. Além das condições climático-oceanográficas que interferem nas águas do litoral catarinense,

a presença de diferentes ecossistemas costeiros ao longo da faixa litorânea, como manguezais, baías, enseadas, estuários são essenciais para a reprodução das espécies marinhas nos mares catarinenses (dos Santos, 2025).

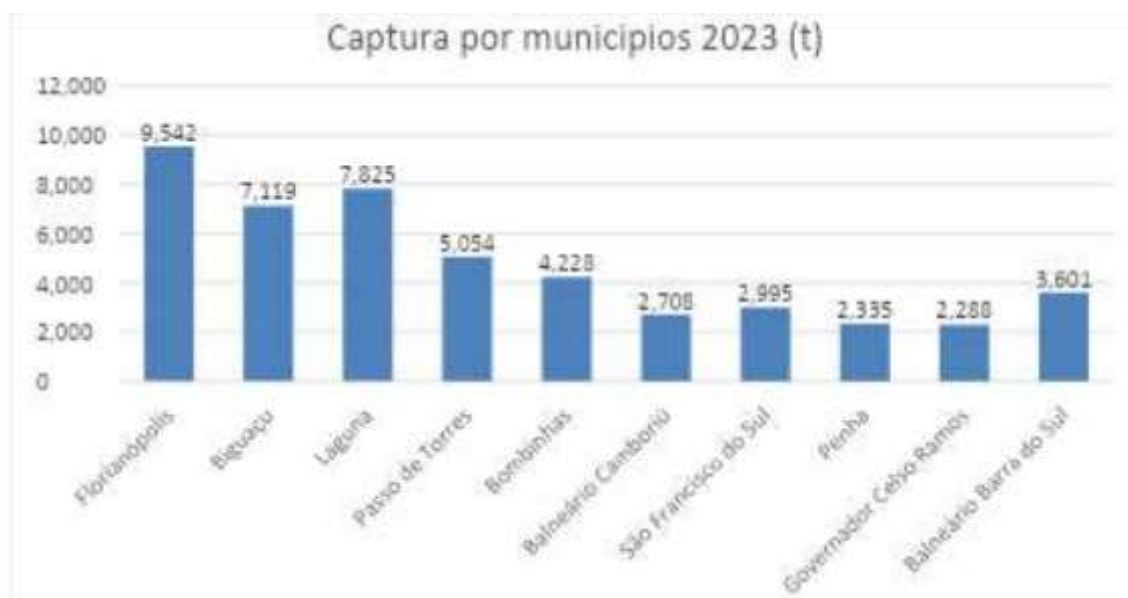
Em um breve panorama da trajetória da pesca catarinense, é relevante destacar que as mesmas condições naturais que fortalecem a indústria pesqueira de Santa Catarina, foram as condições que proporcionaram a presença da pesca nas águas do estado muito antes sequer dos portugueses desembarcarem nas terras que hoje chamamos de Brasil. A pesca está presente desde os chamados “povos sambaquis”, isto é, povos originários que já eram exímios pescadores a milhares de anos atrás e que deixaram parte do registro desse hábito nas grandes quantidades de ossadas de peixes nos montes pré-históricos encontrados no litoral brasileiro e, em particular, no litoral de Santa Catarina (dos Santos, 2025).

Apesar do relevante desenvolvimento da indústria pesqueira, levando em consideração que nossa pesquisa busca trabalhar com os trabalhadores inseridos em um contexto – em tese – de pesca profissional artesanal, é fundamental reforçar que no estado a pesca artesanal ainda é responsável por parte relevante da captura dos peixes. Segundo dados do Observatório Agro Catarinense, da Epagri, em 2023 Santa Catarina teve uma produção/captura de 146 mil toneladas de pescado, algo que consolida a posição do Estado como maior produtor nacional. Destaca-se que dessa quantidade de pescado, 44,2% foram produzidas pela pesca artesanal, enquanto a pesca industrial produziu 55,8%.

Dessa fatia considerável de produção advinda da pesca artesanal, segundo os dados da Epagri (2022), estão inseridos 42 mil pescadores artesanais distribuídos pelos 35 municípios ao longo da costa. Em 2023 a pesca artesanal foi responsável pela produção de 64.601 toneladas, o que demonstra uma grande relevância produtiva. Se tratando dos desafios que a pesca artesanal enfrenta, em especial em Passo de Torres, podemos questionar ainda o quão esse número pode estar subestimado, isto é, tanto o número de trabalhadores artesanais como, também, os números de produção, já que, como veremos no decorrer do trabalho, a informalidade é parte indissociável da pesca no município estudado.

Santa Catarina foi o estado com a maior produção de pescado proveniente da pesca extrativista marinha em 2010 e 2011, e Passo de Torres fica em sexto lugar entre 35 municípios catarinenses nas descargas totais de pescado da pesca artesanal no triênio de 2017 a 2019 (Gama, 2023). Esses dados demonstram o potencial pesqueiro da região e a relevância econômica proporcionado pela atividade, o que reforça a necessidade em compreender as relações e processos que as envolvem. Em 2023, o município ficou em quarto lugar entre a captura da pesca artesanal nos municípios do Estado (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Pesca artesanal: captura por municípios 2023 (em toneladas)



Fonte: Gilson Leonel dos Santos (2025)

Considerando que Santa Catarina é o Estado que lidera a produção de pescado e produtos industriais derivados, e que em 2023 a pesca artesanal foi responsável por 44,2% da produção total, a produção artesanal do Estado supera sozinha a quantidade total de outros estados, dada a proporção total da captura advinda dessa modalidade profissional. Tendo isso como base, o fato de Passo de Torres estar em quarto lugar dentro desse panorama coloca o município como um dos maiores produtores de pescado do país. Se esses dados, por um lado, apresentam a força da pesca artesanal na região, por outro permite levantar hipóteses para questionar essa configuração, leia-se, o alto índice de captura no município pode não só ser uma evidência da força artesanal como, também, um indício de irregularidades quanto aos meios de produção desse pescado na região.

Um ponto de problematização, que será aprofundado no terceiro capítulo deste trabalho, é a questão das espécies capturadas. Segundo os dados do relatório PMAP (2023/2024), as principais espécies capturadas pela pesca artesanal foram a Corvina, a Tainha e o camarão-sete-barbas. Quando levamos em consideração o município de Passo de Torres, é relevante destacar que a captura de linguado e cação estão fortemente presentes no dia a dia da pesca, sendo “cação” o termo pejorativo para qualquer espécie de tubarão e/ou arraia proveniente de captura de baixa e média escala na região. Essas espécies de “cação” têm sua captura proibida, mas na prática, fazem parte da dinâmica da pesca passotorrense.

Essa configuração não busca desconsiderar os dados quantitativos apresentados, todavia, é relevante destacar que a ampla complexidade envolvendo o ofício da pesca artesanal nos permite levar em consideração a hipótese de que os dados não tem fôlego total para suprir particularidades presentes em cada comunidade pesqueira, como a de Passo de Torres. Em um sentido amplo, essas informações suprimidas são uma evidência das variadas irregularidades que compõe o panorama que iremos aprofundar.

Figura 4 – “Cação-Anjo” (Squatina Squatina)



Fonte: autoria própria (2025)

O município tem uma população de 12.897 pessoas (IBGE, 2022), população essa que cresce consideravelmente a cada ano, tomando como base os dados do IBGE de 2019 a estimativa da população era de 8.823, a cidade teve um aumento de 46,17% em população residente entre 2019 e 2022. Além disso, é relevante destacar que em períodos de veraneio a população do município facilmente triplica por tempo significativo por conta do turismo litorâneo.

Tabela 2 – Aumento populacional de Passo de Torres.

Ano	Tipo de dado	População (habitantes)	Fonte/Observação
1991	Censo	2.737	Primeiro censo desde a criação do município (não havia município antes de 1991)
2000	Censo	4.400	Censo Demográfico IBGE
2010	Censo	6.627	Censo Demográfico IBGE
2018	Estimativa	8.594	Estimativa IBGE
2019	Estimativa	8.823	Estimativa IBGE
2020	Estimativa	9.048	Estimativa IBGE
2021	Estimativa	9.269	Estimativa IBGE
2022	Censo	12.897	Censo Demográfico do IBGE
2025	Estimativa	14.859	Estimativa projetada pelo IBGE para 2025

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2025).

Outra característica marcante da comunidade pesqueira em questão é a estreita fronteira entre pesca artesanal e pesca industrial. Essa afirmação decorre por conta de alguns fatores como a legislação e definição relativas a cada modalidade de pesca comercial. De acordo com a Lei nº 11.959 de junho de 2009, que regula a pesca e atividades pesqueiras no Brasil, a pesca artesanal é:

[...] quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (Lei nº11.959 de 2009, p.4).

Por sua vez, a pesca industrial é classificada como:

[...] quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial”. (Lei nº11.959 de 2009, p.4).

O que ocorre em Passo de Torres é que as definições jurídicas de cada modalidade se misturam se levamos em consideração a maneira de organização desses trabalhadores, bem como suas ferramentas e embarcações, e o objetivo final de suas empreitadas. É observado que muitos trabalhadores trabalham em regime “artesanal”, isto é, de forma autônoma, para embarcações maiores que pernoitam em mar e que retornam com toneladas de peixe, fugindo, portanto, de uma lógica “artesanal” e/ou de economia familiar.

Portanto, muito trabalhadores classificados como artesanais e com carteira de pesca artesanal podem estar em um regime comercial de caráter industrial, colocando-os em uma situação de trabalho irregular e precarizada. Além disso, a categorização artesanal influencia em questões trabalhistas como seguro defeso, temos então o problemático panorama de: esses trabalhadores podem estar recebendo benefícios de uma condição que não lhes compete ao passo que lhes está sendo negado outros benefícios e seguranças trabalhistas garantidas por lei em um regime industrial.

As possíveis irregularidades com o tamanho e volume das embarcações já citadas aqui podem proporcionar um reforço para essa irregularidade, tendo em vista que barcos classificados como artesanais podem estar capturando peixes em escalas industriais com mão de obra “artesanal”.

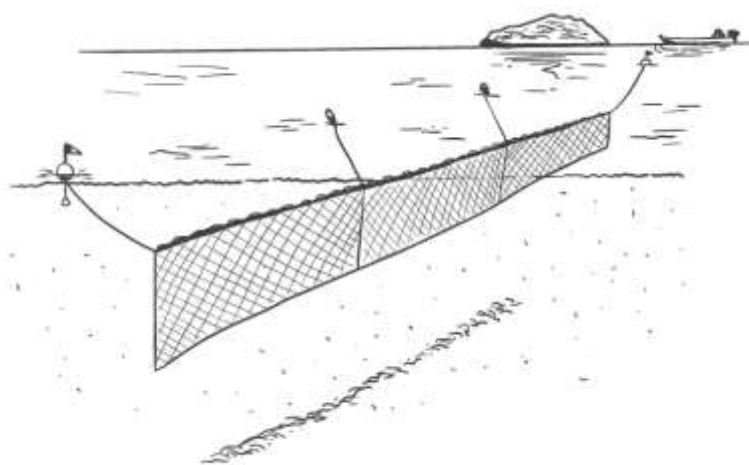
De acordo com a percepção dos próprios pescadores da região, a maioria considera a pesca artesanal como sendo majoritária em paralelo a industrial (Gama, 2023). Apesar disso, uma minoria de pescadores considera a presença da pesca industrial como sendo maior, reconhece-se, portanto, uma falta de uma unanimidade por parte dos próprios pescadores, fato que é justificado por se tratar das percepções dos próprios trabalhadores em relação ao tema, com base em diferenças como destino do pescado, embarcação, área de pesca, quantidade de pescado capturado, quantidade de artefatos, dinâmica da pesca, firma registrada, aposentadoria, quantidade de barcos por pessoa (Gama, 2023).

A interpretação por parte do resultado das respostas dos entrevistados nos permite cruzar os dados já apresentados aqui sobre a relevância da pesca de Passo de Torres dentro do panorama catarinense, e é relevante levantar o seguinte questionamento: seria a pesca artesanal, considerada a maioria por parte dos pescadores, capaz de suprir o potencial de captura realizada entre o triênio de 2017-2019 que colocou o município em 6º lugar dentre 35 de Santa Catarina? Os dados e as percepções desses trabalhadores reforçam a necessidade de se compreender as relações e processos trabalhistas existentes em Passo de Torres/SC.

A respeito dos métodos de captura embarcada observados na região, se destacam as redes de emalhe e as redes de cerco. As redes de emalhe, também chamadas de redes de espera,

se enquadram em uma categoria de pesca passiva, onde a captura do pescado se faz a partir da retenção das espécies alvo nas malhas da rede que é posta de forma estratégica no mar. Esse tipo de rede tem em sua construção tralhas¹² com boias e lastros¹³ que sustentam o pano da rede. Existem dois tipos de rede de emalhe, de superfície e de fundo. No caso de superfície, as redes apresentam boias junto às tralhas para sua flutuação e, portanto, não são fundeadas. No caso de fundo, as redes permanecem fundeadas durante a realização da pesca.

Figura 5 – Representação da rede de emalhe



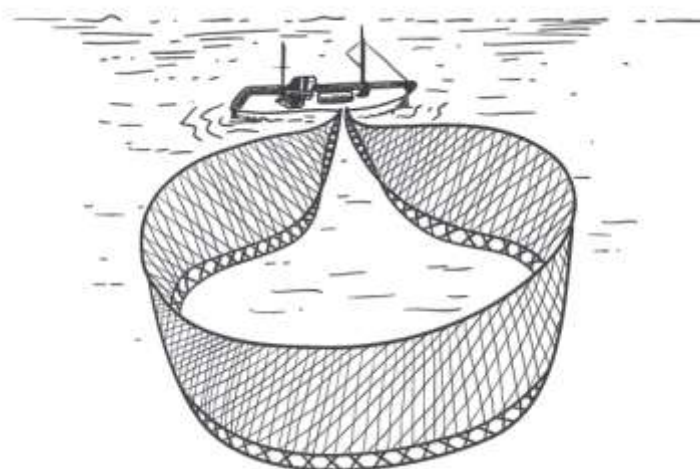
Fonte: Brasil (2017)

O método de cerco, também chamado de traineira, utiliza uma grande rede de cerco para cercar os cardumes das espécies alvo. Essa captura, assim como o método de emalhe, pode variar de profundidade, sendo realizado tanto na superfície como de maneira afundada, com a profundidade variando de acordo com a estratégia necessária para maior sucesso na captura. A operação consiste em um cercamento do cardume com a rede de cerco, que funciona como uma espécie de “bolsa” que vai sendo fechada e, assim, retém o pescado.

¹² Fio que remata a rede de pesca.

¹³ Pesos colocados nas redes para que elas permaneçam afundadas na pesca de fundo.

Figura 6 – Representação da rede de cerco



Fonte: Brasil (2017)

Apesar da presença dos dois métodos de pesca na região, o método de emalhe é o predominante, tendo sua utilização muito acima da rede de cerco. Esse método é o mais utilizado no litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e sua predominância se dá, entre outros fatores, pela variedade adaptativa do método a prática dos pescadores, onde existem um grande número de tipos e tamanho de redes de emalhe, adaptados tanto a espécie alvo que se deseja capturar, como também pelo local e meios de produção. A rede de emalhe pode ser utilizada tanto por pequenas embarcações, como canoas e botes, como por embarcações maiores que pernoitam no mar e que podem se distanciar mais do local de origem (Gama, 2023). Além disso, é relevante destacar que estamos levando em consideração a pesca embarcada, pois a utilização de redes de emalhe sequer precisa de embarcações para sua realização, o que facilita ainda mais sua popularidade entre os pescadores que atuam no rio e praias da região de forma desembarcada.

Ainda sobre a utilização das redes de emalhe, na pesquisa de Gama os entrevistados foram questionados sobre seu conhecimento acerca da legislação específica para esse método no sudeste e sul do país:

A maioria dos entrevistados conhecia, ao menos, uma legislação relacionada à pesca, sendo a mais citada a Portaria do Ministério do Meio Ambiente No. 445 de 2014. Os pescadores foram questionados especificamente sobre a Instrução Normativa Interministerial (INI) do MPA/MMA No. 12 de 2012, que é a instrução que regulamenta a pesca de emalhe no sudeste e sul do Brasil. A maioria a conhecia, embora não soubesse mencionar especificamente o nome ou número. Além disso, a maioria informou que essa INI influencia a pesca de forma negativa. Sobre a criação de novas áreas marinhas protegidas nos estados de SC e RS, a maioria se mostrou contrária. A maior parte dos pescadores nunca foram abordados sobre manejo

pesqueiro, o que certamente reduz o potencial de cumprimento e aprimoramento da legislação pesqueira, assim como a adoção de outras medidas de ordenamento da pesca na região. (Gama, 2023, p. 96)

O fato de os pescadores serem, em sua maioria, contra as novas áreas marinhas sob proteção em SC e RS nos revela a necessidade de uma maior conscientização como também compreensão da realidade desses trabalhadores. Além disso, é relevante destacar que ainda que sejam contrários a essas novas normas, a maior parte sequer foi abordada sobre seu manejo, circunstância que evidencia um potencial considerável de falta de cumprimento da legislação pesqueira. Essa situação reforça a complexidade legal que se encontra a pesca na região, que varia desde questões ambientais como também cadastrais e trabalhistas, o que no fim é parte de um processo concomitante de precarização dos recursos pesqueiros e da qualidade de vida dos indivíduos inseridos na operação deste ofício.

Se tratando da história do município, antes de sua emancipação política-administrativa, a chamada comunidade de Passo de Torres era pertencente ao município de São João do Sul. Fontes prévias a própria emancipação já apresentavam que Passo de Torres se destacava como a maior comunidade pesqueira da região da bacia inferior do Mampituba, sendo o maior núcleo de pescadores à margem do Mampituba. Em 1968 a localidade já agrupava em torno de 500 pessoas das quais 205 viviam exclusivamente da pesca (Bertoletti; Bertoletti; Puhl, 1983).

Apesar de datado, o trabalho apresenta dados que reforçam a relação da história da cidade concomitante à história dos pescadores. Além disso, os dados citados demonstram que quase metade da população era dedicada a pesca, entretanto, se levarmos em consideração todas atividades comerciais derivadas da pesca - como comércio do peixe, manutenção de barcos, vendas de ferramentas cabíveis ao ofício, etc. – esse número poderia ser ainda maior.

O trabalho ainda esclarece um dos acontecimentos chave para o desenvolvimento da pesca e da economia da comunidade de Passo de Torres: a construção da barra do Mampituba. A fixação da barra promoveu uma mudança exponencial no desenvolvimento da pesca da região, proporcionando melhor acesso ao mar, como também técnicas e embarcações que antes não eram possíveis de serem alcançadas:

A fixação da barra concluída em 08/09/73, multiplicou as equipes de embarcações que, de 6 simples canoas em 1960, e de 12 embarcações motorizadas em 1968, passou para 22 em 1975, com capacidade de 1 a 6 toneladas, o que aumentou consideravelmente a tonelagem global de pesca, mas diminuiu a captura per capita. Essa redução pesqueira unitária se atribui ao fato de se restringirem exclusivamente à área situada entre a orla marítima até o Recife das torres e cercanias. Contribuem, ainda, no sentido negativo, as grandes empresas pesqueiras que utilizam barcos maiores e aparelhagem sofisticada e redes de malhas pequenas, promovendo pesca predatória em locais de menos de 3 milhas costeiras, eliminando a multiplicação de

matrizes novas e, conseqüentemente, diminuindo drasticamente a estocagem de pescado. (Bertoletti; Bertoletti; Puhl, 1983, p. 4)

Além disso, é interessante analisar que logo no início de sua fixação, já se manifestavam as declarações da necessidade de prolongar a barra do Mampituba:

Para desfazer esta problemática negativista seria necessário prolongar os molhes, mar a dentro, a fim de se formar, através da correnteza do canal, uma lâmina d'água mais profunda e permitir, assim, acesso de embarcações equipadas maiores que pudessem atingir o alto mar para conseguir pescarias mais rendosas. (Bertoletti; Bertoletti; Puhl, 1983, p. 4)

Assim, retornamos as reivindicações da manifestação dos pescadores em 13 de junho de 2023. Quando levamos em consideração o período de produção do trabalho citado, é relevante perceber que o prolongamento dos molhes é uma problemática que nasce junto a própria barra. Além disso, chama atenção que já se tinha, no período em questão, uma preocupação em relação as embarcações e os molhes e, quando observamos o presente, as embarcações atuais são maiores e mais robustas que as do período de fixação da barra e da produção da pesquisa citada, o que reforça ainda mais a emergência do tema.

No artigo *Caracterização tecnológica, social, econômica e ecológica da atividade pesqueira sediada em Passo de Torres, Santa Catarina, Brasil*, os pesquisadores traçam um breve panorama sobre os aspectos da pesca e dos pescadores do município. O trabalho, diferente do citado anteriormente, é uma pesquisa mais atual e, apesar disso, também levanta e defende a questão do prolongamento da barra do Mampituba:

Em Passo de Torres, as características da barra do Rio Mampituba, de pouca profundidade do canal e alta instabilidade dos bancos de areia, são o fator limitante para o aumento do tamanho dos barcos e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma frota industrial maior sediada no município. Essa realidade poderia mudar com a realização de obras de aprofundamento do canal da barra do rio Mampituba. (Cardoso; Haimovici, 2023, p. 285)

O prolongamento da barra se apresenta como um tema permanente na vida dos pescadores de Passo de Torres e na história econômica da cidade. Os autores vão além, defendem que a limitação da barra não é apenas um problema para a realidade atual da pesca, mais que isso, é uma limitação que poderia mudar não só a realidade econômica do município, tendo potencial para influenciar uma grande parte da pesca do sul do país.

Se os molhes permitissem a entrada de embarcações maiores, o município teria potencial de sediar uma considerável frota de embarcações industriais, sendo um polo de pesca

industrial mais bem localizado quando comparado a Laguna ou Itajaí, por estar mais próximo as zonas pesqueiras do Rio Grande do Sul, fato esse que reduziria tempo e gasto considerável de transporte. Além disso, em comparação com Rio Grande/RS, Passo de Torres está mais próximo de Laguna e Itajaí, principais compradores de pescado no sul do país, o que também reduziria os custos de transporte em terra e de carga tributária interestadual, tendo, portanto, uma posição potencialmente estratégica economicamente (Cardoso; Haimovici, 2023).

O artigo *A Visão dos Pescadores sobre a Importância da Participação dos Botos na Pesca Artesanal de Tarrafa em Dois Estuários do Sul do Brasil*, de Yasmin Camargo Gonçalves e Paulo Henrique Ott, em convergência com o artigo citado anteriormente, apresenta a importância da transmissão de conhecimentos para a manutenção da pesca artesanal, levando em consideração que a pesca artesanal é, também, mais do que um ofício econômico, sendo provida de um valor cultural que deve ser preservado (Gonçalves; Ott, 2022).

Dentre as mais variadas técnicas de pesca artesanal desenvolvida no sul do país – de maior ou menor escala produtiva – os autores apresentam o caso singular da técnica da pesca com tarrafas em colaboração com botos. A técnica de tarrafa, diferentemente da citada anteriormente nos casos de barcos-fábrica, é majoritariamente de subsistência, onde essa característica faz com que a pesca de tarrafas colaborativa com botos *Tursiops truncatus* seja um raro fenômeno conhecido no mundo (Gonçalves; Ott, 2022).

Além de ser um fenômeno raro no mundo todo, dentro do território brasileiro esse fenômeno ocorre somente em alguns estuários da região sul, mais especificamente em Laguna, Santa Catarina; no rio Mampituba, divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e também em Tramandaí, no Rio Grande do Sul (Gonçalves; Ott, 2022). Essa atividade requer uma interação que envolve o conhecimento específico por parte dos pescadores bem como o conhecimento do comportamento do animal que participa dessa pesca cooperativa, sendo, portanto, uma técnica com um forte enraizamento cultural (Gonçalves; Ott, 2022).

O caso citado é um bom exemplo da complexidade das quais as técnicas artesanais são providas e também o nível de ameaça que essas técnicas sofrem quando levamos em consideração a pressão da lógica industrial. Apesar de ser uma técnica que é predominantemente para subsistência, os autores apresentam que no caso do Mampituba – local que nos interessa no caso dos pescadores passotorrenses – a pesca com boto está diminuta em comparação com esses dois locais de registro, o que demonstra um risco real para seu desaparecimento:

Em contraste com o cenário do estuário do rio Tramandaí, dentre os pescadores que apontaram a ocorrência da espécie no Mampituba (70%), a maioria (42,8%) afirmou haver um único boto que entra no estuário e realiza a pesca cooperativa ($DP \pm 3,4$; $n=14$). Conforme relatos de alguns pescadores, esse boto seria uma fêmea que entra no estuário e realiza a pesca cooperativa, enquanto o seu filhote aguarda fora do estuário até que ela encerre a atividade. Os dados de observação *in loco* desse trabalho também sugerem que um único boto estava utilizando o canal durante o período de estudo, uma vez que não foi avistado mais de um indivíduo simultaneamente no interior do estuário. Durante a coleta de dados, foram avistados ainda alguns indivíduos fora do canal, enquanto um boto, aparentemente adulto, entrava no estuário para realizar a pesca cooperativa, corroborando os relatos fornecidos pelos pescadores. (Gonçalves; Ott, 2022, p. 135).

Os dados coletados apresentam uma dezena de botos que fazem essa atividade em Tramandaí e, como citado, apenas um único animal que faz essa atividade no Mampituba, na divisa dos municípios de Torres e Passo de Torres. Esse dado preocupa, pois, demonstra a fragilidade dessa tradição em um dos poucos locais do Brasil e do mundo.

As motivações para a presença diminuta dessa prática cooperativa no Mampituba é, para os autores, uma conjuntura de fatores que vão desde a potencial diminuição das espécies alvo na região frutua da pesca predatória, como a tainha, até questões ligadas a morfologia das margens estudadas, onde formação rochosa característica das margens do Mampituba dificulta a prática cooperativa (Gonçalves; Ott, 2022). Entretanto, corroborando para isso, é relevante destacar que a dificuldade de manutenção da pesca artesanal e transmissão do conhecimento de categoria possivelmente são, também, fatores que potencializam esse cenário.

Independentemente da técnica empregada fica evidenciado os desafios da permanência da pesca artesanal, seja em maior escala com as embarcações que ficam dias em mar, ou em menor escala como o caso dos pescadores de tarrafa. Essas dificuldades e desafios encontrados em ambas as técnicas artesanais corroboram para uma experiência compartilhada entre esses trabalhadores, superando as diferenças específicas de cada técnica com a consciência de classe desses trabalhadores.

Reforçando parte dessa consciência, é relevante destacar que mesmo os pescadores que não utilizam a técnica da pesca cooperativa reconhecem a sua importância:

Outro dado bastante interessante é que a importância dos botos para os pescadores não está relacionada apenas com a pesca cooperativa, uma vez que 70% dos pescadores de tarrafa de ambos os estuários indicaram que o boto é importante para “algo além da pesca”. Os pescadores do estuário do rio Tramandaí citaram que, além da pesca, os botos seriam importantes também para o “turismo”, “natureza”, “beleza cênica”, “ecologia”, e “relação homem-boto” (Figura 5). No estuário do rio Mampituba, as respostas dos pescadores foram similares àquelas dos pescadores de Tramandaí, e incluíram “natureza”, “turismo”, “relação homem-boto”, “ecologia” e “beleza cênica” (Figura 5). (Gonçalves; Ott, 2022, p. 137).

Esse reconhecimento “além da pesca” se traduz nas experiências modificadas desses trabalhadores a partir de seus pensamentos e reconhecimentos sobre os processos que ocorrem a sua volta, no dia-a-dia da empreitada e também no cotidiano extraprofissional. Como aponta Thompson (2021), essas experiências exercem influência nesses trabalhadores e, portanto, são determinantes para interrogações complexas como por exemplo o reconhecimento do amplo valor da técnica cooperativa. Essa noção se traduz também em um reconhecimento de classe, isto é, na percepção do valor da técnica utilizada por pares mesmo quando o próprio indivíduo não faz uso desta.

No artigo *pesca artesanal entre crises econômicas e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC)*, de Adinor José Capellesso e Ademir Antonio Cazella, os autores apresentam os desafios e estratégias para a reprodução social da pesca artesanal do litoral Centro-Sul de Santa Catarina. O trabalho tem não apenas uma aproximação geográfica com a comunidade pescadora de Passo de Torres, mas também, uma aproximação de elementos também reconhecidos no caso passotorrense.

O estudo de caso das lagoas do artigo corresponde a lagoa de Garopaba, Ibiraquera e Mirim. Essas lagoas são reconhecidas regionalmente pela produção de camarões, entretanto, como os autores apresentam, nos últimos anos a importância econômica desse crustáceo vem diminuindo devida a falta de estabilidade desse recurso, fruto da sobrepesca industrial e de problemas ambientais (Capellesso; Cazella, 2011). A pressão da produção industrial, assim como em Passo de Torres, acaba influenciando no trabalho e nas relações humano-natureza desses trabalhadores.

No caso do artigo, a sobre pesca industrial de camarão no oceano influencia diretamente na quantidade de desova nas lagoas, o que resulta na instabilidade da produção de camarões nas lagoas (Capellesso; Cazella, 2011). Isso se apresenta como um problema socioambiental quando ao mesmo tempo que ameaça a quantidade de produção desse animal, ameaça também o ofício dos pescadores artesanais que pescam o crustáceo nessa região. Além disso os autores apresentam outra problemática derivada dessa situação:

Sobre a gestão dos recursos, os pescadores entrevistados nas Lagoas de Garopaba e de Ibiraquera apontaram como principal problema a falta de fiscalização, já que vários pescadores utilizam tarrafas com malha menor do que a regulamentada (três centímetros nó-a-nó), capturando o camarão em estágios de crescimento menores. Isso impede um tamanho maior e, conseqüentemente, a obtenção de melhores preços. Na Lagoa do Mirim, os pescadores relataram o uso do berimbau, arte de pesca proibida no local. Já em relação ao aviãozinho, denunciam a redução na malha dessa rede, que também implica na captura de camarões de menor tamanho. O aviãozinho também atrai alevinos de peixes e siris juvenis, sendo que alguns pescadores não os devolvem à lagoa – “separam em casa”. (Capellesso; Cazella, 2011, p. 20).

A irregularidade da pesca se faz presente, colaborando, portanto, com os problemas ambientais. Entretanto, é relevante problematizarmos o uso desses recursos proibidos, não direcionando somente o trabalhador como algoz do crustáceo, isto é, considerar a possibilidade de que essas irregularidades são um esforço para que – mesmo de que forma ilegal – esses pescadores consigam capturar os animais que proveem seu sustento e, portanto, que são fundamentais para a manutenção de sua família e da própria prática da pesca artesanal.

A pressão da pesca industrial se apresenta então como limitadora de recursos, mas não só isso, além de dificultar a produção artesanal, ela possivelmente criminaliza os trabalhadores vulnerabilizados que acabam utilizando ferramentas ilegais para a captura de espécies. É relevante destacar que essa hipótese não visa vitimizar ou isentar os pescadores que utilizam essas técnicas irregulares, entretanto, destacar essa possibilidade é mais um esforço para o reconhecimento dos desafios da manutenção social da pesca artesanal, uma vez que o uso desses recursos clandestinos se dá – majoritariamente - pela falta de captura de determinada espécie. Corroborando com essa possibilidade, cabe fazer o paralelo com o caso dos pescadores em Passo de Torres, que como já apresentado neste texto, segundo a afirmação da própria colônia de pescadores de Passo de Torres, não são raros os casos de irregularidades cadastrais sobre a real capacidade das embarcações que acessam o Mampituba.

Segundos os autores, os entrevistados da pesquisa ainda reforçam que tais práticas são atribuídas a pescadores novatos que “não sabem pescar” (Capellesso; Cazella, 2011). Esse apontamento, reflexo da deficiência da transmissão da pesca artesanal, apresenta uma hipótese: a dificuldade da transmissão de conhecimentos e da manutenção social da pesca artesanal não é somente um risco para os pescadores, mas, também, um risco para o meio ambiente, onde a disputa desleal unida com a falta de experiência pode influenciar práticas irregulares.

Essa problemática se apresenta como uma “bola de neve” de problemas, onde se percebe um ciclo que envolve: a) excesso de esforço industrial; b) dificuldades derivadas desse excesso, como a baixa produção; c) abandono da atividade e/ou utilização de recursos irregulares. Tal panorama exemplifica a complexidade das dificuldades da pesca artesanal.

Ainda no mesmo artigo, os autores apresentam que o “seguro defeso” é um recurso valioso segundo os pescadores da Lagoa do Mirim, onde essa política pública providencia um salário mínimo mensal para os pescadores durante os períodos de reprodução de determinadas espécies, diminuindo assim o abandono da atividade (Capellesso; Cazella, 2011). Porém, fazendo paralelo com o caso passotorrense, onde a irregularidade cadastral é considerável dado as apurações com a colônia de pescadores, é relevante destacar que os pescadores sem registro,

isto é, em condições irregulares, não tem direito de receber o recurso, sendo mais uma questão que compõe o quadro complexo e extenso de problemas.

A situação do pescador artesanal induz o abandono de sua atuação nesse setor, o que primeiro se reflete na escolha de seus filhos a seguirem outras atividades. Essas adversidades que afastam os interesses dos jovens também atingem os pescadores mais experientes que abandonam parcialmente a pesca, tendo outras atividades econômicas, ou até mesmo chegando ao total abandono, quando as adversidades do ofício superam suas expectativas lhes fazendo seguir outra atividade econômica (Capellesso; Cazella, 2011).

Ainda sobre o abandono do ofício, cabe lembrar também que a pesca artesanal está muito além de uma atividade econômica, é um ofício artesanal com grande carga cultural e que segue uma tradição de conhecimentos e experiências consolidadas com anos de trabalho e de relações humanas com a natureza. Portanto, a falta de condições de se manter nessa atividade não é somente um problema no que se refere a questão econômica desses trabalhadores e suas famílias, é também uma afronta ao seu estilo de vida, algo que está enraizado nesse processo de tradição e que lhe confere sentido à vida (Capellesso; Cazella, 2011).

Em sua dissertação Gama procurou entender a tradição da pesca nas famílias dos entrevistados de Passo de Torres/SC e Torres/RS através de questionamentos sobre a prática da atividade pelos pais e avós. Em seus resultados ficou constatado que a maioria desses trabalhadores eram filhos de pescadores e metade dos que responderam eram netos de pescadores (Gama, 2023). Entretanto, em paralelo com os desafios sobre a manutenção da pesca discutidos até aqui, os resultados apurados por Gama demonstram que no que se refere as próximas gerações os dados apresentam outra realidade:

Por outro lado, dos 26 entrevistados, 20 (76,9%) informaram que os filhos(as) não pescavam, dois (7,7%) informaram que os filhos(as) não realizavam mais essa atividade, três (11,5%) tinham filhos pescadores, e um (3,8%) não tinha filho(a). Quando os pescadores que tinham filhos que não trabalhavam na pesca (n=22; 20 que nunca atuaram na atividade e dois ex-pescadores) foram questionados se gostariam que os filhos trabalhassem como pescadores, a maioria afirmou que não (n=14; 63,6%), seis (27,3%) falaram que sim e dois (9,1%) não responderam. Os três entrevistados que tinham filhos pescadores foram questionados sobre a opinião em relação à pesca como profissão dos filhos. Um (33,33%) informou que achava positivo, um (33,33%) disse que não aconselha a profissão para os netos e um (33,33%) informou que o filho não estudou e por isso precisaria trabalhar na pesca. (Gama, 2023, p. 27)

A pesca, como os dados apontam, é vista pela maioria como um caminho que não se deseja ao filho, e que, caso ocorra, é motivo de lamento e de frustração profissional. Isso ocorre, pois, as experiências desses trabalhadores se traduzem em uma dura realidade de realização e

de permanência em seu trabalho, fazendo com que os riscos e desafios sejam interpretados como motivo para colocar um ofício artesanal tão fundamental à título de subemprego. É compreensível, afinal, quem gostaria de ver o filho se arriscando e correndo riscos insalubres como doenças, dilacerações e até mesmo morte?

Os trabalhadores ainda tem que lidar com outras relações externas que também são uma ameaça para: 1) a própria existência e manutenção da pesca artesanal; e 2) a sobrevivência e permanência desses pescadores em seus locais de moradia. Uma dessas relações externas é a especulação imobiliária da qual a região litorânea é ativamente afetada.

A especulação imobiliária faz com que esses trabalhadores do mar, que vivem perto dele, tenham que se adaptar as imposições do mercado imobiliário, onde a pressão imobiliária faz com que esses trabalhadores tenham que se decidir entre continuar trabalhando em um ofício precarizado ou em vender sua moradia/terreno para migrar para outras regiões (Diegues, 1983). Essa pressão é contínua e permanente, sendo uma continuidade do mesmo processo de expansão capitalista que interfere diretamente em suas relações de trabalho, influenciando, também, a vida privada desses pescadores. É relevante destacar que em caso de trabalhadores que vivem de aluguel essa problemática ganha ainda mais complexidade.

Podemos trazer um exemplo desse processo dentro da realidade dos pescadores em Passo de Torres pois, como já dito anteriormente neste trabalho, a prefeitura de Passo de Torres afirma que a principal fonte econômica da cidade é o turismo. É o turismo também o principal motivo da especulação imobiliária em toda faixa litorânea do território.

Ainda sobre a manutenção da pesca artesanal, a reprodução social do ofício é uma forma de resistência perante a pressão que a lógica industrial tem sobre a pesca artesanal. Para essa manutenção, a transmissão dos saberes e experiências é parte fundamental desse processo de resistência e continuidade do ofício artesanal:

Nesse sentido, o conhecimento de um pescador experiente vai muito além do saber-fazer, ele se traduz em sabedoria, sabedoria sobre como, onde e quando utilizar um apetrecho de pesca e sabedoria sobre o ritmo e os ciclos dos organismos que o cercam. Essa sabedoria vai além da própria experiência de pesca, ela é adquirida através do contato com os mais velhos, indo pescar em conjunto, ouvindo e aprendendo. (Dai Prá; D'Dagostini, 2023, p. 15)

As autoras caracterizam essas transmissões como algo que ultrapassa o campo laborativo do ofício, levando em consideração que parte dessa transmissão de experiências é carregada com toda carga da realidade do ofício, isto é, suas dificuldades, angústias e desafios,

sentimentos que juntos se traduzem em uma denúncia dessa realidade proporcionando assim uma resistência (Dai Prá; D’Dagostini, 2023).

Um exemplo dessa práxis é a manifestação dos pescadores passotorrenses ocorrida no dia 13 de junho de 2023. Essa manifestação surge a partir da identificação da realidade opressora que levou a morte de um colega de ofício no mês anterior ao movimento. A manifestação, que pedia a abertura e extensão dos molhes de Passo de Torres, tem um caráter muito mais complexo do que somente essa reivindicação sobre os molhes: é a afirmação da consciência de classe desses trabalhadores perante as dificuldades de trabalho que não só dificultam a prática do ofício, mas que também colocam suas vidas em risco.

Nesse sentido, retornamos a Thompson quando reconhecemos que é através dessas experiências que os pescadores se tornam humanos conscientes de seu papel na sociedade de classes. É através dessa consciência que essa classe se articula em diferentes formas de ação coletiva podendo assim fazer com que mudanças históricas ocorram através das denúncias, reivindicações e mobilizações como a de 13 de junho de 2023.

1.2 A COLÔNIA DE PESCADORES Z-18: ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO, LUTA E SOCIABILIDADE DOS TRABALHADORES DO MAR

Figura 7 – Colônia de Pescadores Z-18 em Passo de Torres/SC



Fonte: autoria própria (2023).

O recorte temporal de nossa pesquisa começa com a fundação da colônia de pescadores Z-18 de Passo de Torres/SC. Entre as variadas motivações que levaram a essa escolha podemos

definir as principais como sendo: a) a relação histórica da colônia com a comunidade local e o município; b) o papel da colônia no que se refere ao auxílio e prestação de serviços aos trabalhadores da pesca na região; c) o relevante potencial de fontes advindas tanto dos arquivos e documentos da colônia como também da memória dos sujeitos que a compõe.

As colônias de pescadores são a principais entidades no que se refere a representatividade desses trabalhadores artesanais. Em Santa Catarina, muitas dessas entidades enfrentam dificuldades na manutenção de suas atividades, como a precariedade estrutural física, falta de pessoal e falta de recursos (dos Santos, 2019).

O pequeno número de associados ou a irregularidade por parte de alguns cadastrados em relação ao pagamento da mensalidade, contribuem para essas dificuldades. Entretanto, podemos ainda destacar questões políticas que interferem nesse processo, como a busca por recursos públicos, dificuldades no cadastramento dos pescadores no Registro Geral de Pesca (RGP) entre outras questões que interferem diretamente na funcionalidade dessas entidades (dos Santos, 2019).

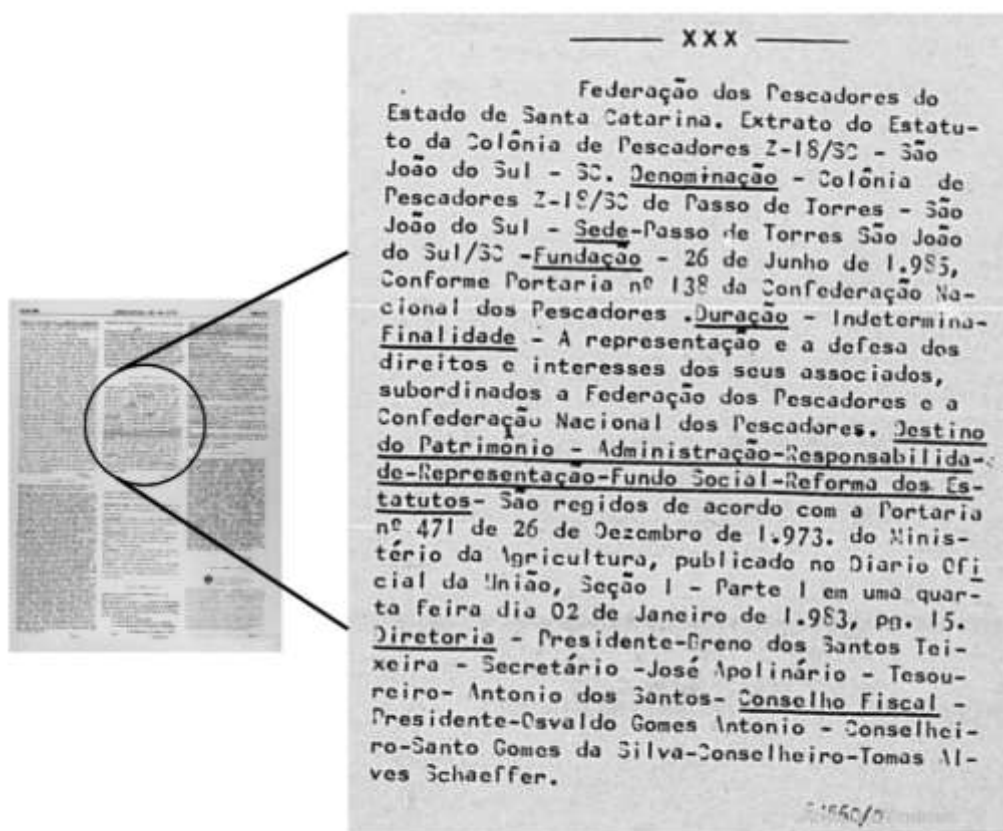
No que se refere ao Passo de Torres, as complexas atribuições legais que envolvem a pesca artesanal na região proporcionam irregularidades que também enfraquecem o papel da colônia de pescadores. A ausência cada vez maior de uma manutenção da pesca artesanal faz com que alguns dos trabalhadores envolvidos na pesca se dividam entre outras atividades profissionais ou até mesmo não se reconheçam como um pescador de ofício, afastando tais sujeitos de uma possível filiação à colônia e, também, os afastando da camaradagem de categoria característica da atividade.

Ainda assim, as colônias de pescadores têm papel fundamental em todo estado de Santa Catarina, sendo entidades que não somente auxiliam esses trabalhadores, mas, também, auxiliam na própria existência do ofício de pesca artesanal, cada vez mais ameaçado pela pressão e expansão da pesca industrial de média e alta escala, algo que se reforça levando em consideração que Santa Catarina é o maior polo pesqueiro do país e que essa representação está diretamente ligada a pesca industrial.

Essas entidades proporcionam assistência jurídica, representando esses trabalhadores quando necessário e, também, auxiliam em variadas questões, como foco informativo e fiscal da atividade e até mesmo de assistência odontológica (dos Santos, 2019).

A colônia Z-18 foi fundada em 26 de junho de 1985, conforme portaria nº 138 da Confederação Nacional dos Pescadores, baseado na Portaria nº 471 de 26 de dezembro de 1973, do Ministério da Agricultura e publicado no diário Oficial do estado de Santa Catarina nº 12.775, 20 de agosto de 1985.

Figura 8 – Fundação da colônia no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina



Fonte: Santa Catarina (2025)

A fundação da colônia marca uma conquista relevante para a história da pesca e dos pescadores em Passo de Torres. No período em questão Passo de Torres/SC ainda não era um município emancipado, sendo parte do município vizinho de São João do Sul, onde os pescadores, bem como toda comunidade local, ficavam dependentes de se deslocar até São João do Sul para atender suas necessidades. Essa falta de independência do município levava os pescadores da região, mesmo moradores do lado de Santa Catarina, a se filiarem a colônia de Torres/RS para que tivessem algum aporte profissional.

Portanto, a iniciativa de se criar a décima oitava colônia de pescadores de Santa Catarina vislumbrava a independência profissional desses trabalhadores que ficavam à mercê das decisões da colônia vizinha no que se refere ao ofício da pesca. Essa decisão partiu dos trabalhadores que formaram a 1ª junta governativa da Colônia Z-18, destinada pela Federação Nacional dos Pescadores, conforme portaria nº 04/1983 por um ano e prorrogada por mais dois anos pela portaria nº 04/85 e nº 06/85. Essa junta tinha a seguinte equipe: Breno Dos Santos Teixeira (presidente), José Apolinário (secretário), Antônio Carlos dos Santos (tesoureiro),

Oswaldo Gomes Antônio (presidente do conselho fiscal), Santos Jonas da Silva (conselheiro) e Tomaz Alves Scheffer (conselheiro).

Até a conquista do recurso para compra de sua própria sede, adquirido em 31/10/1985 no valor de 40,000,000 (quarenta milhões de cruzeiros) através da Fundação Catarinense de Trabalho (FUCAT), os pescadores envolvidos na diretoria da colônia tiveram dificuldades em legitimarem a efetividade da organização perante a colônia vizinha já consolidada. A partir da compra da sede própria a colônia começou a crescer com a filiação daqueles que outrora estavam associados em Torres/RS e que puderam, então, serem representados profissionalmente por uma colônia de sua localidade.

O fato de a colônia ter sido fundada antes mesmo da emancipação do município faz com que ela seja a entidade mais antiga da cidade, e sua contribuição ultrapassa a questão da pesca. A colônia realizava outros serviços para a comunidade no período prévio a emancipação de Passo de Torres/SC em 1993, mantendo um convênio com a prefeitura de São João do Sul para fazer atendimentos médicos e dentários na entidade. Com a emancipação, o município foi absorvendo essas atribuições terceiras à pesca das quais a colônia realizava, entretanto, o fato de ter cumprido tal papel reforça a proximidade com a comunidade local e o papel social da colônia que ultrapassa o ofício da pesca e corrobora para um panorama que aproxima a história da cidade com a cultura da pesca.

É relevante destacar que o processo de fundação da colônia é relativamente recente, se tratando de um recorte histórico, são 40 anos de existência. Se reconhece um processo de inversão no que se trata ao período de fundação com o tempo presente, pois a colônia Z-18, que antes ficava à mercê da colônia de Torres/SC, agora apresenta um protagonismo na região, tendo mais filiados do que o lado gaúcho do Mampituba, inclusive com algumas filiações advindas do outro município.

Para corroborar com os objetivos do trabalho, se tratando de um panorama da situação da colônia e de sua posição perante a pesca em Passo de Torres, entrevistamos o então presidente da colônia Z-18 de Passo de Torres, o senhor Adriano Joaquim.

Desde o primeiro contato e da apresentação da proposta do trabalho a colônia se mostrou muito receptiva. Foi uma grata surpresa perceber o interesse e receptividade do senhor Adriano quando questionado sobre a possibilidade de uma entrevista. A surpresa foi maior ainda quando nos conhecendo pessoalmente descobri que na verdade o senhor Adriano é não somente presidente da colônia como também um memorialista da entidade, inclusive tendo participado ativamente da produção de uma obra sobre o município do qual retrata também a história da colônia Z-18 de Passo de Torres. A obra *Travessia da esperança: Passo de Torres. Suas*

histórias e suas memórias apresenta parte considerável de seu texto destinado a história da pesca na região na qual traz recortes da atividade da entidade no município bem como sua trajetória histórica.

No dia 13 de fevereiro de 2025 me encontrei pessoalmente pela primeira vez com o senhor Adriano na sede da colônia para realizarmos a entrevista. Logo de início, quando questionado sobre a trajetória da entidade, Adriano apresentou que desde a fundação da entidade, já era presente um contexto de luta e reivindicação por parte dos pescadores passotorrenses:

A colônia foi fundada em 1985, com uma luta forte dos pescadores de Passo de Torres, porque na época havia uma certa resistência da colônia de Torres para que houvesse uma outra colônia em Passo de Torres, mas houve uma persistência, uma luta grande com os pescadores e resolveram realmente fundar a colônia, onde o primeiro presidente foi o Breno, Breninho foi quem fundou a primeira, iniciou a colônia, logo após o Seu João, o Seu João que era da Barra Velha, assumiu três meses depois, seis meses depois assumiu e tocou, então aí sim, aí tocou realmente a colônia como tinha que ser, né? (Adriano Joaquim, 2025)

Essa persistência relatada demonstra união por parte dos pescadores do lado catarinense do Mampituba, que apesar da resistência da então consolidada colônia de Torres/RS fizeram com que acontecesse de fato a nova colônia do lado catarinense do rio. Como entidade representativa dessa classe, ela surge nesse contexto de disputa por direitos trabalhistas por parte de trabalhadores de uma região próxima, mas ainda sim distinta, que não se sentiam representados por seus pares do estado vizinho.

Outra questão que chama atenção é o tempo de permanência de Adriano a frente da colônia. São 25 anos como presidente da entidade:

E a gente iniciou, iniciamos em 2000 com o primeiro trabalho que a gente fez, que foi, que eu digo assim, que foi de impacto para os pescadores, né? Seria o benefício do auxílio maternidade aos pescadores, esse foi o primeiro trabalho que a gente fez, que eu consegui junto ao INSS, que na verdade existia lei, só que a gente não, o pescador não alcançava essa lei, não tinha acesso a essas informações e por isso muitos pescadores, mulheres de pescadores que poderiam ter esse benefício não tinha, então após a minha chegada aqui a gente começou a se aprofundar um pouco mais sobre os direitos dos pescadores, aonde se observou que tinha, que a mulher pescador tinha esse direito do auxílio maternidade, então o primeiro auxílio maternidade do Passo de Torres na Colônia foi através da gente em 2001 se eu não me engano, era a Alda, o nome da mulher, da pescadora, se chamava Alda Prudência, foi a primeira mulher a receber esse benefício no Passo de Torres e dali para frente a gente começou a ter um contato muito, muito forte com o INSS, que é onde o pescador poderia ter os melhores benefícios, além claro de brigas que a gente fez junto ao setor pesqueiro, ao governo do estado, ao governo federal, sempre mantendo reuniões e brigas, tentando sempre auxiliar e trazer benefícios para os pescadores, então esse trabalho da colônia com o INSS foi um trabalho muito forte, aonde os pescadores começaram a ter o auxílio acidente, auxílio doença, coisas que tinha muita dificuldade, havia muita

dificuldade de ter esse acesso, inclusive o contato foi tão grande com o INSS que nós chegamos a conseguir um prévio móvel na época para atender o pescador aqui no Passo de Torres, ou seja, os pescadores não precisavam mais se deslocar até sombrio para que tivesse esse benefício. (Adriano Joaquim, 2025)

Em seu relato fica evidente a apropriação de tais feitos enquanto presidente da colônia, algo que não diminui, de fato, a enorme relevância das conquistas citadas. Percebe-se que existia, no período em questão, um déficit informacional que comprometia a utilização dos direitos a essas políticas públicas destinadas a esses trabalhadores. A colônia surge então como mediadora fundamental para a destinação final dessas políticas, isto é, os pescadores e pescadoras que negligenciavam seus próprios direitos por falta de uma assistência e representatividade local de classe começaram a se informar e a terem condições para a reivindicação desses direitos.

O reconhecimento do valor desses feitos se traduz com a escolha pelo senhor Adriano pela palavra “impacto” para se referir ao papel da entidade perante a classe na região. Essa certa apropriação de tais feitos como homem à frente da entidade - evidenciada na escolha da primeira pessoa para se referir a algumas ações da colônia - podem ser interpretadas de diferentes formas. A primeira é o direcionamento das ações políticas da colônia como sendo resultado direto de quem está na presidência da entidade, no caso, ele mesmo. Outra é a apropriação do protagonismo de tal luta e movimentos. E uma última, é o resultado direto de um longo tempo como presidente da colônia, onde no decorrer da entrevista fica registrado que Adriano sofreu oposição em apenas uma eleição, que teve duas chapas.

O fato de ter tido apenas uma eleição com duas chapas nesse período todo não o exime de sofrer oposição por parte dos trabalhadores, em contraposição, demonstra incontestável predomínio e relevância política no cargo. Levando em consideração seu tempo na presidência – que tem a duração de minha vida diga-se de passagem - com mandatos de três anos, a eleição com duas chapas é uma exceção à regra e, portanto, demonstra uma relação inerente da vida profissional e pessoal de Adriano concomitantemente à história da colônia.

Fato é que, independentemente das possíveis interpretações, o relato de Adriano reforça a relevância da colônia em seu papel representativo para os pescadores artesanais.

A pesca artesanal, como o próprio nome sugere, é fruto de uma relação autônoma dos trabalhadores que vivem em contato direto com a natureza e as tradições locais. É relevante levar em consideração que muitos sujeitos que vivem dela podem apresentar certa vulnerabilidade social que muitas vezes dificulta o acesso a informações legais de forma bilateral, ou seja, por vezes negligenciando seus próprios direitos trabalhistas ou por vezes

negligenciando os seus deveres, como por exemplo provendo irregularidades ambientais. Essa observação pode ajudar a compreender a grande falta de informação na época em questão, principalmente unido ao fato de se tratar de um contexto com menos tecnologias de comunicação como a internet.

Ainda sobre esse relato, é relevante destacar que a relação da colônia com o INSS surge da reivindicação de um direito para uma mulher. Como Adriano ressalta, a busca pelo auxílio maternidade foi o primeiro grande movimento de seu longo mandato, o que num contexto trabalhista majoritariamente masculino é, no mínimo, curioso, e, ao mesmo tempo, representativo, já que a primeira pessoa a usufruir de tal direito foi a senhora pescadora Alda Prudência.

Se ainda no presente a pesca é um trabalho com alto potencial de precariedade, é fundamental levarmos em consideração que a ausência de auxílios doença e acidente, questões que segundo Adriano eram difíceis de se conseguir, é bastante problemática, deixando o pescador à mercê de sua própria sorte, já que a ausência de condições físicas de trabalho inclui, inevitavelmente, a ausência de recurso financeiros para a manutenção da vida desses sujeitos.

Quando convidado a falar um pouco sobre o impacto da colônia para a cidade além dos pescadores, Adriano relata que antes dele assumir, previamente a emancipação do município, a colônia realizava trabalhos que ultrapassavam a relação com a pesca, como servindo de local para atendimentos administrativos e de saúde para que a população não precisasse se dirigir até São João do Sul, então município de pertencimento de Passo de Torres. Além disso, a colônia ainda serve como uma receptora de recursos que fomentam a cidade:

(...) a colônia foi a primeira entidade do município de Passo de Torres e junto com ela alguns trabalhos eram feitos através da própria Colônia de Pescadores. [...] Então foi muito, para o município foi muito importante e continua sendo muito importante ainda para a comunidade. [...] e aí a gente começou a ampliar, começamos a fazer convênio com a UBRA, Universidade de Torres, onde eles faziam atendimento odontológico para o pescador que não tinha, né? Tinha um atendimento, mas era no posto de Saúde, que era um atendimento aberto, né? E aí nós começamos a conseguir ter um atendimento exclusivamente para o pescador. Isso aí foi um outro benefício. Fizemos um curso de informática também, conseguimos dar um curso de informática aqui na sede. Conseguimos fazer também um curso para que o pescador terminasse o primeiro grau. Alguns pescadores terminaram o primeiro grau aqui na Colônia, na própria Colônia, na sede da Colônia. Conseguimos um convênio com a prefeitura, onde cederam os professores, e a gente fez um trabalho junto com o governo do estado, e conseguimos aqui um trabalho com a Colônia para fazer que o pescador terminasse pelo menos o primeiro grau. Então alguns pescadores conseguiram realizar isso aí. (Adriano Joaquim, 2025)

A colônia surge então como uma entidade que tem sua história diretamente ligada a história do município. O que fortalece essa afirmação é que a entidade é anterior a Passo de

Torres enquanto município, provendo ações para a comunidade como entidade representativa tanto para os pescadores, público alvo, como também para a demais população local antes da emancipação como relatado.

Além disso, desse papel social já relatado para a comunidade, no presente o papel econômico da colônia se mostra relevante. Segundo o presidente da colônia, são valores consideráveis de recursos advindos através do trabalho da colônia, recursos esses que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do município. Portanto, seja da forma que for, a colônia segue tendo papel político, econômico e social para a população da cidade, ultrapassando seu impacto na pesca.

Adriano faz questão de reforçar que o papel da colônia não se resume ao seu convênio junto ao INSS ao citar outras parcerias e ações relevantes ocorridas na entidade. O convênio com a ULBRA (Universidade Luterana do Brasil) de Torres/RS é um exemplo do impacto da entidade na qualidade de vida desses trabalhadores. Do mesmo jeito que a falta de informação já citada os levava a uma falta de direitos usufruídos, a questão da saúde é um fator que ganha protagonismo em um contexto de trabalho extremamente físico, onde prover esse tipo de serviço junto a entidade potencializa o alcance dos cuidados variados, como no exemplo, a saúde odontológica desses sujeitos.

Outra questão que se destaca é a da educação. O fato de a colônia, junto ao município e governo do estado, possibilitar condições para a formação educacional desses trabalhadores, mesmo que de nível básico, ultrapassa um possível caráter assistencialista da entidade. É extremamente relevante e representativo o fato de a colônia de pescadores ter realizado tal ação, permitindo que pelo menos parte desses pescadores conseguissem ter sua formação no primeiro grau escolar. Esse tipo de ação fortalece o caráter sindical que as colônias devem ter para os pescadores artesanais enquanto entidade representativa de classe.

A pesca em Passo de Torres apresenta uma relação complexa entre o trabalho artesanal e o industrial. Além disso, fica evidenciado nos últimos anos que existe ainda uma informalidade considerável desse ofício na região, o que é evidenciado com o índice de acidentes fatais de homens que sequer detinham carteira de pescador artesanal. Levando isso em consideração, e unido ao fato de Adriano ter reforçado o caráter informativo do início de seu mandato, foi questionado ao entrevistado se no presente ainda tem pescadores que não tem acesso ou que as vezes não sabem de seus direitos, onde o entrevistado apresentou a seguinte resposta:

Hoje eu vejo o pescador muito bem esclarecido. Hoje eu vejo muito bem esclarecido, mas ainda assim surge ao caminhar aí algumas ainda que eles nos procuram ainda para sanar algumas dúvidas. Mas eu vejo o pescador hoje bem esclarecido, o pescador hoje está com um nível de conhecimento bem grande hoje, até porque o acesso à informação hoje está mais fácil. Mas como a própria internet hoje também, além da informação certa, dá informações equivocadas. Então quando eles sentem essas dúvidas, eles vêm na Colônia para sanar algumas dúvidas ainda. Muitos pescadores que vêm para sanar algumas dúvidas, referente à INSS, referente à carteira de pesca, referente aos seus direitos, onde pode pescar, onde não pode, como deve, como não deve, embarcação, às vezes referente à embarcação também. Então ainda a Colônia ainda serve para sanar muitas dúvidas dos pescadores ainda. (Adriano Joaquim, 2025)

Adriano reconhece a facilidade que a internet e os meios digitais proporcionam para esclarecer os sujeitos, e entende que hoje, na sua opinião, o pescador passositorrense é muito bem esclarecido. Mas ele não afirma isso sem reforçar que a mesma internet que informa, desinforma. A colônia, como entidade consolidada para a categoria, surge como um foco seguro de informação e auxílio num contexto de globalização e *fake News*.

Entretanto, se reconhece uma certa contradição¹⁴ nas afirmações de Adriano no que se refere a essa questão do esclarecimento dos pescadores. Mais adiante, na mesma entrevista, Adriano aponta que em sua opinião os pescadores mais antigos são os mais esclarecidos, quando comparando os novos trabalhadores da pesca. Segundo ele, os mais velhos são os que mais sabem de seus direitos, e os que mais buscam se informar e, em paralelo, os mais jovens, apesar de todas facilidades atuais apresentadas por ele, são os menos informados.

Essa contradição foi notada quando Adriano foi questionado sobre os números de associados da colônia:

Que pagam, que fazem seguro, que estão ali os 350, 400. Houve uma perca muito grande, porque o que acontece, a nossa Colônia é uma Colônia muito antiga né, então se aposenta muitas pessoas, após nós já temos uns 30 e poucos anos, durante esse período, vêm se aposentando muito pescadores, então quando se aposenta, geralmente se afasta da Colônia. E está vindo uma remessa de pescadores que estão vindo para o nosso município e estão procurando a pesca para poder ter o seu modo de vida, sua profissão, mas ainda há uma carência deles vindo procurar a fazer suas carteiras de pesca, se associar aí, entendeu? [...] no momento que eles não têm a sua carteira de pesca, não são considerados profissionais. (Adriano Joaquim, 2025)

Existe, portanto, uma baixa no número de associados que, segundo o presidente, atualmente conta com 350 a 400 filiados. Ele apresenta que isso se dá pois os novos pescadores não buscam fazer a associação junto a entidade.

¹⁴ Parte dessas contradições iremos aprofundar no segundo capítulo, onde, através das narrativas dos pescadores entrevistados, observamos complexidades envolvendo a relação dos pescadores com a colônia.

Essa “perca muito grande”, que Adriano justifica com a aposentadoria de parte dos pescadores, não necessariamente evidencia uma diminuição da quantidade de trabalhadores ou o ofício como um todo na região. Essa informação nos alerta para o aumento do irregularidades, isto é, trabalhadores na informalidade, e não na baixa desses profissionais na localidade.

Essa contradição evidenciada nas palavras de Adriano pode ser reflexo da precarização do trabalho como um todo no Brasil desde a reforma trabalhista de 2017. Se trata do aumento do mercado informal e da precarização trabalhista, onde essa “remessa de pescadores que estão vindo para o nosso município e estão procurando a pesca para poder ter o seu modo de vida, sua profissão” (Adriano, 2025) nada mais são do que trabalhadores que buscam novas formas de se manter financeiramente em um contexto volátil de mercado de trabalho, tendo não somente a pesca, mas demais serviços como seu ganha pão.

Adriano não fala de onde esses trabalhadores vem para sustentar sua hipótese, porém, se levamos em consideração o recente contexto pandêmico que levou muitas pessoas a migrarem dos grandes centros para o interior e litoral, sua ideia de uma chegada de novos trabalhadores tem sentido, ainda mais considerando as mudanças no mercado de trabalho que a pandemia proporcionou. Corroborando com isso, os dados do IBGE já apresentados de que a cidade teve um aumento de 46,17% em população residente entre 2019 e 2022 (IBGE, 2022) demonstram que de fato houve um aumento populacional que potencialmente interferiu no mercado de trabalho do município assim como na pesca.

Essa ideia de serviço tira o caráter de profissão da pesca e à enquadra como um possível “bico” ou trabalho temporário e não permanente para alguns sujeitos que acabam, portanto, não buscando uma filiação a esse tipo de entidade. Isso se reforça se levamos em consideração que o sindicalismo como um todo vem cada vez mais sendo enfraquecido no contexto trabalhista brasileiro, crescentemente dominado pelo microempreendedor individual (MEI) e pelos contratos de trabalhos que se sobrepõe as leis trabalhistas brasileiras.

Paradoxalmente, então, em um contexto de maior acesso à informação e a possíveis esclarecimentos, a colônia passa por uma baixa no número de associados. O pescador talvez não esteja tão bem esclarecido como Adriano relata.

A baixa na procura pela colônia se traduz em um aumento da informalidade da pesca, colocando o pescador artesanal como não profissional, ou seja, lhe privando de qualquer tipo de direito trabalhista pertencente a essa categoria. É um efeito dominó de ausências, pois o desprovimento da carteira prevê inevitavelmente a falta de direitos e, portanto, um déficit de associados na colônia, enfraquecendo a luta e reivindicação da categoria e, potencialmente,

corroborando a longo prazo para o enfraquecimento de políticas públicas e direitos conquistados até aqui:

A anuidade da Colônia paga 300 reais por ano. Então, não é um valor significativo, porque não vai dar 30 reais por mês. Então, é por isso que a gente tem conversado bastante com eles nesse sentido e tenho certeza que a gente vai conseguir trazer esse pescador que não está ainda na Colônia, trazer para a Colônia. Hoje nós temos pescadores em alto mar, hoje pescando em alto mar, em torno dos 400 pescadores já, pescando ativamente em alto mar. Isso fora a questão do rio, que nós temos pescadores no rio, na lagoa, que nós temos na lagoa de Sombrio, que pertence a Passo do Torres também, nós temos a praia, nós temos toda a praia do Passo, temos a Rosa do Mar, tem Bela Torres. Então, pelo número de sócio que nós temos, está baixo do que aquilo que nós poderíamos ter. (Adriano Joaquim, 2025)

Nota-se uma expectativa por melhor no que se refere ao número de associados ao passo que se reconhece que existem mais pescadores em Passo de Torres do que associados na colônia Z-18, que segundo o presidente da entidade em números “nós podemos chegar tranquilo a mais 30%, bem tranquilo. 30% a mais do que temos hoje” (Adriano, 2025).

Levando em consideração o fato de a própria colônia, na figura de seu presidente, reconhecer o índice considerável de informalidade trabalhista dos pescadores na região, foi questionado ao entrevistado se os mestres de barco, mesmo sabendo que o pescador não tem a carteira, ele aceita que esse pescador trabalhe para ele. Segundo Adriano:

Aceita porque a falta de mão de obra é muito grande, né Lucas? É muito grande, nós temos uma defasagem grande de mão de obra. Não só no setor pesqueiro, como tu sabe, hoje na questão de obras, tudo quanto é setor, né? Tem dificuldades a mão de obra e a pesca não é diferente, nós temos as mesmas dificuldades. Então, infelizmente, os donos, mestre de barco, às vezes tem que aceitar assim uma pessoa que não está legalizado para que ele possa sair para o mar, senão ele não sai. Mas é esse trabalho que a gente quer fazer, que a gente está fazendo, preparar isso para que seja regularizado essas pessoas. (Adriano Joaquim, 2025)

Segundo Adriano existe, portanto, uma carência de mão de obra na pesca que proporciona essa informalidade. Entretanto, a falta de trabalhadores não deveria ser a justificativa para legitimar a informalidade dos que trabalham ativamente no ofício.

É relevante considerar que o fato de serem aceitos trabalhadores nessas condições, ao contrário do que Adriano sugere, talvez seja uma possível influência para essa irregularidade por parte de alguns sujeitos, que independentemente de sua situação legal e profissional conseguem o trabalho, mas não sem abrir mão de seus direitos e, inevitavelmente, de sua segurança, seja ela profissional ou física.

Para os trabalhadores terem direito de qualquer auxílio, inclusive do seguro defeso - uma das principais políticas públicas direcionada aos pescadores artesanais - eles devem ter a

carteira e o registro como pescadores profissionais na categoria artesanal. A ausência desse documento, como já discutido, proporciona ao trabalhador da pesca um total falta de assistência:

Exatamente. Então, nós temos pescadores hoje, inclusive, eu conversei uma semana atrás com um pescador, que ele já está pescando há 13 anos. Olha só, ele está pescando há 13 anos. Aí eu perguntei, tá meu amigo, e aí? E a tua carteira? “Ah, pois é, Adriano, enfim, eu relaxei, vai passando um ano, outro”. Eu disse, cara, tu já botou na tua cabeça que em 13 anos que tu não faz o defeso, tu já perdeu o valor de um carro? Praticamente. Sim, porque hoje o defeso para o pescador da anchova dá 6 mil reais, né? Se tu botar vezes 13, vai dar 60, vai dar 70 e poucos mil. Então, perdeu praticamente o valor de um carro, o carro, né? Sim, e é o direito dele, lógico. Então, por falta de interesse, né? E fora a questão da previdência, que ele está *deresguardado* referente à previdência. Se machucar, o que ele vai fazer? Como é que a família dele vai ficar? Um pescador hoje que tem família, ocorreu um acidente, ah, não pode trabalhar, vai viver do que ele? Como? Então, é uma situação muito complicada e que a gente tem alertado muito. (Adriano Joaquim, 2025)

A colônia reconhece a vulnerabilidade que a ausência da carteira de pesca proporciona. Como Adriano destaca, as condições desses sujeitos em casos de acidentes sem o devido registro faz com que esses homens e suas famílias fiquem completamente vulneráveis as necessidades inerentes à manutenção da vida que o seu trabalho provê. Além disso, não é somente nesses casos que o resguardo não ocorre, o exemplo de Adriano ao citar o pescador que trabalha a treze anos sem registro demonstra que não somente esse sujeito abriu mão de uma quantia considerável do qual tinha direito como possivelmente trabalhou de maneira ilegal, pois se ele não recebe o seguro defeso provavelmente ele não faz o defeso obrigatório por lei, pescando durante o ano todo já que, em tese, é a pesca que provê os rendimentos necessários para ele se manter financeiramente.

Além disso, essa fala levanta alguns questionamentos. O fato de um pescador estar na atividade a 13 anos e não ter carteira e receber o seguro defeso nos leva a questionar a fiscalização e o esforço para conscientização desses trabalhadores. Portanto, pode ser interpretado como mais uma contradição por parte da colônia, que diz buscar meios para atrair associados, mas, ao mesmo tempo, tem casos como o citado, de trabalhadores que atuam parte considerável da vida de maneira informal. É relevante considerar que somente um aviso verbal traduzido por Adriano como um certo “puxão de orelha” em relação ao pescador não é atitude suficiente para conscientizar o mesmo. Apesar dos desafios, é preciso mais.

Esse reconhecimento das vulnerabilidades das quais os sujeitos sem cadastro estão sujeitos é acompanhada da contradição já relatada acerca da afirmação de que os pescadores

estão mais informados, já que como vimos, segundo o próprio presidente da colônia, existe uma baixa nas associações mesmo que em um contexto de mais acesso à informação digital:

Hoje, por exemplo, nós fizemos uma carteira de pesca aqui, eu não preciso mais ir a Florianópolis. Nós fizemos toda a carteira de pesca e sai daqui a carteira. Nós imprimimos a carteira hoje aqui. Um exemplo, claro, hoje um rapaz veio aqui porque perdeu a carteira de pesca dele. Antigamente, ele tinha que ir na delegacia, registrar uma ocorrência, trazer a ocorrência para mim, eu tinha que fazer uma declaração, eu tinha que assinar, eu tinha que levar a Florianópolis, no Ministério da Pesca, para solicitar uma segunda via da carteira dele de pesca. Hoje não. Hoje ele perdeu a carteira, eu vou ali no computador e imprimo uma segunda via para ele da carteira, para ver a facilidade que está acontecendo. E com toda essa informação, com toda essa facilidade que existe, ainda temos um número muito grande de pescadores sem documento ainda, por incrível que pareça. (Adriano Joaquim, 2025)

Com toda a suposta facilidade que existe grande parte da pesca de Passo de Torres é informal. Ironicamente, em um contexto de avanços da tecnologia de comunicação, onde teoricamente a colônia poderia perder protagonismo a frente dessa representação para os trabalhadores, a realidade é outra. Acontece que a colônia é possivelmente o único pilar que separa parte dos trabalhadores passosotrenses da informalidade, reforçando a necessidade de sua permanência enquanto entidade representativa. Fato que reforça essa afirmação é perceber que existe uma busca por soluções para essa irregularidade, como a proposta já citada pelo presidente de um projeto de fazer reuniões com os mestres para que esses encaminhem os trabalhadores sem cadastro à entidade.

Com toda relevância reconhecida da colônia em relação a esses trabalhadores, foi questionado para o presidente sobre, na opinião dele, quais os principais desafios da entidade:

O maior desafio da colônia hoje é se manter, né? Não é se manter como entidade representativa, que tem que ser. A questão interna da própria colônia que nós temos hoje é a questão também do prédio, que nós temos que fazer um prédio novo, as coisas estão mudando, né? O próprio prédio hoje já está em uma condição meia...que já tem que fazer um prédio novo, né? E referente à classe dos pescadores, eu acho que a colônia é manter essa briga em referente a alguns direitos que querem tirar dos pescadores, onde, nesse caso, a federação da apoio, a confederação. Então, nós temos um apoio não só municipal, né? Nós temos um apoio estadual e federal. Então, a colônia é uma rede, né? Começa lá em Brasília, que nós temos a confederação nacional e tem uma federação no Estado, tem as colônias dos municípios. Então, as colônias representam o município, a federação representa o Estado e a confederação ao nível de Brasil. Então muitas brigas Lucas, que, um exemplo, a questão do defeso, ainda se mantém devido às brigas enfrentadas pelas colônias, né? (Adriano Joaquim, 2025)

Os principais desafios relatados são, portanto, se manter financeiramente em relação a manutenção necessária a questão física e de funcionamento da entidade e, também, conseguir assegurar os direitos já conquistados até aqui.

O combate a precarização não aparece entre os principais desafios. Uma possível interpretação, analisando sua fala, não necessariamente representa um descaso com o tema, mas potencialmente uma interpretação de que a precarização é, para Adriano, um resultado da lei. Em outra perspectiva, é problemático que um fato que está diretamente ligado à falta de associados – como a precarização – não esteja entre os maiores desafios, quando inerentemente seria exatamente esse fator que poderia auxiliar em maiores recursos de manutenção. Nota-se, portanto, uma possível carência de interpretação sobre um panorama a médio/longo prazo, pois para existir colônia devem existir os que a fazem, isto é, os pescadores artesanais devidamente regularizados.

É relevante destacar que na fala de Adriano existe um esforço ao se referir a manutenção dos direitos dos pescadores, isto é, enfrentar e frear os “ataques” que segundo ele ocorrem. Esse esforço em representar os trabalhadores em relação a permanência das políticas públicas e das leis, como o caso citado da idade de aposentadoria, mostra ao mesmo tempo não somente o papel fundamental da entidade em relação a essa proteção para a pesca artesanal, como também evidencia um contexto não de reivindicação por novas leis trabalhistas e/ou políticas públicas. É um contexto, portanto, não de luta por melhores condições, mas sim por uma permanência do que foi conquistado até aqui, algo que colabora a ideia de enfraquecimento trabalhista no contexto nacional, onde a luta não é por mais direitos, mas sim por não perder os já conquistados cada vez mais vulneráveis.

A organização citada por Adriano sobre as instituições representativas dos pescadores se refere a Lei nº 11.699 de 13 de junho de 2008, da qual reconhece os órgãos representativos para os pescadores artesanais em âmbito municipal (colônias), estadual (federações) e nacional (confederações). A lei ainda prevê que tais instituições tem livre organização, podendo inclusive haver mais de uma federação ou confederação e livre filiação, desde que possuam representatividade mínima de 20% (vinte por cento) respectivamente das colônias e das federações existentes, sendo que uma colônia pode se organizar em mais de uma federação estadual, e as federações estaduais em mais de uma confederação nacional (Brasil, 2008).

Quando citado essas questões legais da pesca artesanal, Adriano demonstrou veemência em sua fala. Nota-se ao mesmo tempo uma consciência de classe acompanhada de insatisfação perante o funcionamento da atual legislação pesqueira nacional. Consciência de classe pois Adriano segue em sua fala reforçando a necessidade de união da classe para enfrentar o que ele chama de ataque, e insatisfação perante a legislação por que, segundo ele, a atual lei coloca o pescador como um “bandido”:

Referente à classe, sempre vêm ataques. Então, e isso é importante que o pescador tenha, tem que estar unido, tem que fortalecer a sua classe, né? Para que possa travar essas brigas, né? Então, não é só a questão, ah, é só para fazer seguro, não, são outras brigas internas que nós temos, né? [...] Um exemplo que eu vou te dar para ti, sobre a questão da licença, que em 2012, dividiram a licença de pesca entre superfície e fundo. O que significa? Qual é o prejuízo que o pescador vai ter, está tendo com isso? Você tem, eles colocaram antigamente as licenças, servia para pescar qualquer tipo de peixe, tanto de fundo como de superfície. Claro, desde que ele não esteja em defeso, pescando com a rede na malha correta, e tal, poderia pescar. De 2012, quando saiu essa portaria, limitou o pescador, ele tinha que optar, ele só poderia pescar com rede boiada, ou seja, peixe de superfície, ou rede de fundo, peixe que fica no fundo. [...] Então quem fez essa lei, imaginava se fazer a lei para o industrial, só que ela ficou também para o pescador artesanal. (...) Bota o pescador artesanal na ilegalidade, é isso aí, bota na ilegalidade. Aí ele vai pescando, aí fica ele pescando como se fosse um bandido. (Adriano Joaquim, 2025)

Essa fala de Adriano aborda questões fundamentais para uma problematização complexa do cenário da pesca artesanal em Passo de Torres como no Brasil em geral. Podemos tirar três principais questões que norteiam a fala citada: 1) a necessidade da união pelos trabalhadores para que seja possível um embate político; 2) a grande insatisfação com a legislação pesqueira no que se refere a pesca artesanal; e 3) o embate entre pesca artesanal e industrial, traduzida na fala de Adriano através de uma suposta confusão por parte de quem elabora tais leis e que, segundo ele, não conhecem a realidade artesanal.

Se tratando do primeiro item, essa noção de se reconhecer a necessidade de união para que seja viável um embate político pode ser traduzido como uma consciência de classe por parte do presidente, o que podemos considerar positivo tendo em vista seu papel a frente de uma entidade representativa como a Colônia de Pescadores. A veemência de sua fala colabora para essa interpretação, se levarmos em consideração sua nítida insatisfação.

Já a segunda questão, referente a essa insatisfação pela legislação, é possivelmente a mais complexa. Adriano se esforça em esclarecer como segundo ele é o funcionamento da pesca artesanal, utilizando a metáfora da colheita de frutas, com seus períodos e ciclos. O esforço em querer exemplificar tal funcionamento claramente tem o objetivo de induzir a compressão do que, para ele, é absurdo, isto é, o funcionamento da normativa que impede os pescadores de fazer pesca de fundo e de superfície, podendo fazer somente uma das opções. Essa indução não é gratuita ou mal intencionada, se traduz na indignação de um representante de classe perante uma situação que para ele vulnerabiliza o pescador e o induz a informalidades ambientais, já que, segundo ele, o trabalhador artesanal precisa de ambos métodos para se manter financeiramente.

Essa veemência por vezes até com uso de palavras ofensivas para “aqueles que fazem as leis” reforça sua posição ao se referir a essas decisões legais como um “ataque”. Essa

interpretação, possivelmente superestimada por parte dele, nos leva a terceira e última questão levantada em sua fala, isto é, a questão do embate entre pesca artesanal e industrial.

Segundo Adriano, essa lei faz sentido para o industrial, mas não para o artesanal, o que levando em consideração as características materiais e trabalhistas de ambos os métodos profissionais de pesca faz sentido. Como citado pelo entrevistado e de acordo com a legislação pesqueira nacional, as embarcações industriais tem maior capacidade e também mais condições de pernoitar por vários dias em mar. Já a pesca industrial, com embarcações menores e, geralmente, de fabricação mais simples, proporcionam uma área de atuação menor por ser mais próxima ao local de origem. Esse é o principal argumento de Adriano ao se referir a tal lei como uma ação que coloca os pescadores artesanais como “bandidos”.

Entretanto, se levarmos em consideração a veemência de sua fala e sua posição perante tal legislação, podemos reconhecer que possivelmente existe um alto índice de irregularidades nos métodos de pesca artesanal, já que a fala do entrevistado nos permite uma interpretação de continuidade e normalização do uso de ambos os métodos, onde o presente do indicativo nos leva a perceber que isto, os pescadores estarem ilegais em seus métodos, não é algo que poderia acontecer, mas sim que acontece, ainda mais se considerarmos que a todo momento existe uma ideia de necessidade de tal ação para a manutenção da vida desses sujeitos.

Essa interpretação reforça a complexidade das relações de legais da pesca em Passo de Torres, onde tal posicionamento pode, além de evidenciar a continuidade irregular da pesca artesanal, servir também de encorajamento para que seja utilizado os métodos necessários para o advento de recursos, mesmo que esses métodos não sejam permitidos por lei.

É relevante destacar que tal afirmação não busca criminalizar os pescadores, mas sim evidenciar uma nítida divergência entre a lei e a realidade prática da pesca artesanal no município. Esses trabalhadores de fato precisam do rendimento da pesca para a manutenção da sua vida, e o fato de existirem altos índices de irregularidades cadastrais entre os trabalhadores ao mesmo tempo que existe uma legislação possivelmente antagônica a realidade artesanal em comparação com a industrial, nos permite questionar se existe um limite para o efeito dominó de processos complexos que vão desde precarização trabalhista até irregularidades ambientais, das quais nem buscamos nos aprofundar pois este trabalho não teria fôlego para suprir.

Ainda se tratando da relação complexa entre pesca artesanal e industrial, foi questionado ao entrevistado se existe uma presença de pesca industrial em Passo de Torres, onde ele afirmou que sim, já existe uma presença de pesca industrial por conta da própria legislação envolvendo o tamanho das embarcações (Adriano, 2025).

Ao mesmo tempo que Adriano afirma que sim, existe uma presença de pesca industrial em Passo de Torres, ele também afirma que existem embarcações que “poderiam” se enquadrar como industrial. Ou seja, fica o questionamento se existe uma presença oficial de pesca industrial ou se, colaborando para a sopa de irregularidades, tais embarcações em condição industrial atuam como artesanais. Já que o entrevistado afirmou positivamente sobre essa presença, foi questionado então se existem pescadores em condição artesanal que atuam nessas embarcações industriais, levando em consideração que a legislação trabalhista é completamente diferente entre as duas condições:

Tem, tem, tem. É isso que a gente fala, né? São regramentos, às vezes, que ainda no Brasil precisa ter um cuidado maior, né? E não tem fiscalização pra isso, né, Lucas? E o pescador, o que acontece, o cara que tem o barco industrial, como eu te falei, devido à grande carência que existe de falta de mão de obra, ele pega qualquer um com carteira ou sem carteira, termina embarcando pra poder pescar, pra ele trabalhar. Não tem mão de obra. Não tem mão de obra. (Adriano Joaquim, 2025)

Portanto, segundo a colônia não somente existem trabalhadores sem cadastro atuando na pesca profissional artesanal como também pescadores artesanais atuando na pesca industrial, e possivelmente pescadores sem ambos registros atuando nas duas condições. E mais uma vez a precarização profissional é justificada com a falta de mão de obra, o que se tratando da pesca industrial talvez seja ainda mais complexo, pois estamos falando de um regime de trabalho que segue as normas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em condição de empregadores e empregados.

Além disso, essa realidade informal dos pescadores invalida parte do argumento de Adriano sobre a legislação pesqueira que coloca condições legais para métodos diferentes como artesanal e industrial. Isso por que, portanto, existem embarcações de proporções industriais segundo a legislação atuando junto as embarcações artesanais menores e, além disso, com uma tripulação sem carteira de trabalho ou sequer registro de pescador profissional. A fronteira quase invisível entre a pesca artesanal e industrial de menor proporção na região escancara a densa e complexa camada de irregularidades, onde o principal atingido com tal panorama é o próprio pescador que fica desamparado pela lei.

Quando cheguei na colônia no dia da entrevista esperava sair de lá com respostas, o que ocorre, entretanto, é que a fala de Adriano levantou ainda mais questionamentos fundamentais para uma caracterização das relações trabalhistas da pesca em Passo de Torres e também do perfil desses trabalhadores. Partindo das contribuições de Adriano, que gentilmente me passou o contato de pescadores que segundo ele poderiam contribuir para a proposta da pesquisa,

começamos a levantar mais hipóteses e questionamentos fundamentais para a continuidade das entrevistas, porém agora com os nossos principais objetos de estudo, isto é, esses homens que, com ou sem registro, fazem acontecer a pesca artesanal no município.

2 TRABALHADORES DO MAR: A EXPERIÊNCIA DOS PESCADORES EMBARCADOS EM PASSO DE TORRES

Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. (Gramsci, 2024, p. 94)

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não o faz sem pensamento; surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e pensam sobre o que acontece a si e ao seu mundo (Thompson, 2022, p. 29)

Esse capítulo tem como objetivo identificar as experiências dos trabalhadores embarcadores em Passo de Torres, isto é, as narrativas e memória que pertencem a categoria da região. Para suprir essa demanda foram realizadas entrevistas, portanto, neste capítulo iremos conhecer os principais personagens objeto deste estudo, os Joãos e Pedros, Tiagos e Andrés, pessoas reais com experiências reais que irão relatar a suas histórias e vivências. As entrevistas ganham protagonismo nesse capítulo pois:

A identificação metafórica da memória com o oceano – profundo e imenso – relaciona-se ao fato de ser a memória inseparável da vivência da temporalidade, do passar e escoar do tempo, tornando os homens seres perecíveis conquanto indivíduos, mas, possivelmente, perenes enquanto comunidade histórica. (Delgado, 2006, p. 60)

Portanto, este trabalho, além de suprir os objetivos e questionamentos inerentes a uma obra científica, busca elucidar a representação simbólica de permanência desses trabalhadores e, como a reflexão de Delgado induz, exteriorizar suas memórias finitas e mortais para que coletivamente esses indivíduos sejam eternos perante a história.

Nesse capítulo buscamos também compreender as relações de classe pertencentes ao ofício na região. Para isso foram reconhecidas as hierarquias nas relações de trabalho, as trocas de experiências, as principais dificuldades relatadas e as relações com os chefes, patrões e empresários da pesca no município. Essas relações se baseiam nas memórias e experiências desses trabalhadores, portanto, é relevante considerar que a memória se difere da simples lembrança, pois oferece significado e sentido ao presente com base nas experiências de vida, evitando assim a perda de raízes e de identidade (Delgado, 2006).

A categoria de trabalhadores objeto dessa pesquisa não é homogênea; assim como são múltiplas as transformações ocasionadas pela racionalidade neoliberal nos mundos do trabalho,

são múltiplas as maneiras do qual essa lógica se impõe em uma experiência compartilhada por esses trabalhadores, algo que reverbera tal pressão de diferentes formas nesses sujeitos.

Essa heterogeneidade, entretanto, não se traduz necessariamente em uma fragmentação de experiências, mas sim de um quadro social amplo envolvendo os sujeitos entrevistados, inseridos por diferentes formas e em diferentes contextos no ofício da pesca e que, através do convívio no trabalho, acabam de diferentes formas sofrendo a pressão do capital. Portanto, ao traçar um perfil dos trabalhadores dessa categoria na região, não podemos consolidar uma caracterização generalizante – mesmo que toda caracterização em certa medida seja – desses pescadores, o contrário disso seria negar as diferentes formas de como esses indivíduos são apresentados ao ofício da pesca, as diferenças culturais e familiares envolvendo tal ofício e a própria interpretação sobre o que é a pesca e o “trabalhar como pescador” para esses homens.

A pesca artesanal em Passo de Torres se transformou no decorrer de sua história, e como veremos nas entrevistas desse capítulo, os pescadores e sua relação com o trabalho também. Portanto, nosso recorte temporal proposto envolve a análise e paralelo entre um passado recente que, quando em perspectiva com o presente, apresenta uma transformação relevante no que se refere as ferramentas de trabalho, as relações trabalhistas, a relação cultural do ofício e a relação da categoria com demais setores da sociedade de forma geral.

Adiantando um pouco das conversas elaboradas, Tiago começou a trabalhar com a pesca aos 12 anos junto ao pai e, apesar de em um primeiro momento não querer seguir na carreira, se viu na necessidade de retornar depois do ensino médio aos 18 anos. Atualmente, aos 40 anos, é mestre de barco e gentilmente me permitiu ir junto a ele e seus colegas ver sua empreitada rotineira. Com postura crítica, porém lúcida, na sua interpretação não existe pesca artesanal em Passo de Torres.

Pedro me cedeu a entrevista em sua casa, em São João do Sul. Hoje aposentado, com 75 anos, passa a maior parte do seu dia deitado por conta de uma série de problemas na coluna, fruto de 40 anos de excesso de esforço no trabalho da pesca. Apesar de sua delicada situação física, ele que já aguarda a anos na fila para uma cirurgia na coluna, gentilmente me cedeu a entrevista deitado em seu sofá.

João me recebeu no seu galpão de pesca, as margens do rio Mampituba. Dos seus 53 anos, 40 foram dedicados ao trabalho no mar e, assim como Tiago, seguiu o caminho de seu pai, tendo iniciado no ofício em 1985. No dia da entrevista, um dos filhos de João estava presente ajudando-o na reforma das redes, apesar disso, João que seguiu o caminho do pai, não imagina essa continuidade para seu filho que atualmente está na faculdade.

André foi o pescador mais jovem em me ceder a entrevista. Me recebeu no galpão de seu pai, que também é pescador, e apesar de ser o pescador mais jovem e com menos tempo de experiência do que os demais entrevistados, demonstra uma forte ligação com o ofício que é uma tradição familiar. Atualmente divide seu tempo de serviço no mar com o estudo da enfermagem, graduação que realiza na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em Torres/RS. Ele se diz dividido entre seguir a tradição da família ou o caminho de seus estudos na área da saúde.

Diferente da existência desses sujeitos e de suas experiências, os nomes aqui citados são fictícios. Entretanto, essa escolha não foi aleatória, trata-se de nomes dos apóstolos bíblicos, dos quais parte considerável – segunda a tradição cristã - foram pescadores. Essa opção se dá pela percepção de uma fé religiosa característica dessa categoria, algo que se reconheceu nas idas ao mar junto aos trabalhadores bem como das entrevistas cedidas. Além disso, são nomes comuns no Brasil segundo dados do IBGE¹⁵, trata-se, portanto, de uma referência e homenagem a fé desses homens ao passo que se apresenta como escolha segura no que se refere a preservação de suas identidades.

Figura 9 – Imagem de Nossa Senhora Aparecida com terço em um barco local



Fonte: autoria própria (2025).

¹⁵Nomes no Brasil, censo de 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/nomes> Acesso em: 9 dez. 2025

2.1 UMA CATEGORIA HETEROGÊNEA: OS LAÇOS ESTREITOS E INFORMAIS ENTRE A PESCA ARTESANAL E INDUSTRIAL NA REGIÃO

Se tratando da pesca realizada em Passo de Torres, a caracterização da modalidade profissional exercida no município é complexa. De forma geral, pela presença das colônias do Passo de Torres/SC e Torres/RS e, também, pelas limitações impostas pela barra dos molhes, a pesca é artesanal.

Entretanto, quando tratamos da prática, o que encontramos é uma relação complexa que envolve informalidade trabalhista e uma diversificação dos meios de trabalho exercidos por parte dos trabalhadores. Parte dessa complexidade reconhecemos no discurso do pescador Tiago. Quando questionado sobre qual tipo de pesca é presente na região, o pescador afirma que a pesca da região é industrial (Tiago, 2025), algo em contramão à lógica local.

Tiago já atuou em Laguna e Itajaí em regime industrial, portanto, já teve a carteira profissional de pesca industrial, exercendo a profissão através da legislação trabalhista padrão. Entretanto, quando questionado sobre a posse da carteira artesanal, Tiago afirma que em Passo de Torres utiliza a carteira artesanal e é, portanto, autônomo, sendo filiado a colônia Z-18.

Essa contradição exposta em seu discurso pode ser compreendida por alguns fatores. O primeiro é uma possível falta de interpretação legal das modalidades profissionais de pesca. Outro possível fator poderia ser também a já citada estreita fronteira jurídica entre pesca artesanal e industrial quando se leva em consideração a pesca embarcada. Entretanto, o fato de Tiago já ter trabalhado em regime industrial formalmente nos possibilita extrair um fator fundamental de sua fala: Tiago está se referindo a sua experiência prática e a pressão das relações trabalhistas das quais ele está inserido, isto é, Tiago é um pescador artesanal atuando em regime industrial – ou semelhante a tal.

As contradições de sua fala não expressam uma desconexão de sua realidade, ao contrário, trata-se de um espelho da própria contradição geral da pesca na região, que como já abordamos, apresenta uma conjuntura complexa de irregularidades. Os pescadores, enquanto trabalhadores, tem suas experiências influenciadas por tal panorama. Quando questionado se já tinha trabalhado, portanto, tanto em pesca artesanal como industrial, Tiago deu a seguinte resposta:

(...) na verdade, artesanal é quem pesca na praia, né? Ou que pesca aqui nos molhes tarrafiando¹⁶, é isso aí...bote pequeno. Na verdade, artesanal é isso aí, né? Depois disso aí que vai pro mar é industrial. (Tiago, 2025)

Porém, no decorrer de sua fala, quando questionado sobre a carteira de pesca artesanal, Tiago disse:

Tenho porque aqui no Passo de Torres, a gente aqui não é como em Laguna, lá tu assina carteira de trabalho. Aqui no Passo de Torres não, né? Entendeu? Mas a maioria dos barcos aqui são tudo industrial, a maioria é tudo industrial. Não tem barco artesanal aqui. (Tiago, 2025)

Os barcos que Tiago se refere são as embarcações mais amplas com casaria que vão para o mar e passam diversos dias, que é o tipo de embarcação que ele atualmente trabalha. Ao se referir a esses barcos como “tudo industrial”, o pescador entende, a partir da sua experiência – reforça-se, de alguém que já atuou de maneira formal na pesca industrial – que pelo menos parte desses barcos trabalham em condições profissionais informais, seja pelas relações com os donos das embarcações – empresários das “firmas” da região – ou pela questão estrutural dessas embarcações, que ultrapassam a arqueação bruta limite para pesca artesanal.

O pescador tem consciência disso. Se reconhece contradição em sua fala, mas não confusão. Como dito anteriormente, a consolidação das experiências de Tiago é fruto do meio do qual está inserido em seu ofício, e enquanto um meio complexo tomado de contradições, sua fala não se trata de um ordenamento acadêmico do tema, mas sim do seu pensamento fruto das interpretações de sua própria experiência. No caderno 11 do primeiro volume dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci expressa uma interpretação sobre as ferramentas mentais que contribuem para a compreensão da narrativa de Tiago:

Um poeta pode não saber ler e escrever. Em certo sentido, inclusive um pensador pode fazer com que os outros leiam e escrevam tudo o que o interessa dos demais pensadores ou ele já pensou. Porque ler e escrever se referem à memória, são um auxílio da memória. A técnica do pensamento não pode ser comparada a estas operações, pelo que se pode dizer que importa ensinar esta técnica tanto quanto importa ensinar a ler e a escrever, sem que isto interesse à filosofia, como o ler e o escrever não interessam ao poeta como tal. (Gramsci, 2024, p. 184)

Todavia, a narrativa de Tiago está equivocada em certos aspectos. Existem sim embarcações artesanais na região, desde pequenos botes até barcos que mesmo com casaria, atendem as condições – pelo menos físicas – da pesca artesanal embarcada. Dizer que não existe

¹⁶ Pesca utilizando tarrafa, rede circular com pesos nas bordas e fieira (cabo) no centro. Em Passo de Torres geralmente a pesca com tarrafa é realizada nas pedras da barra (molhes) ou em canoas no rio Mampituba.

pesca artesanal em Passo de Torres é generalizante e desconsidera parte da categoria da região que opera de diferentes formas, dentro da formalidade.

Apesar disso, os equívocos da narrativa de Tiago não diminuem a contribuição de sua exposição em outros aspectos da pesca na região. Ele apresenta outros dados em sua narrativa que reforçam o panorama problemático. Quando questionado sobre a questão da carteira profissional de pesca artesanal, principal documento para os trabalhadores desse regime, Tiago afirma que a maioria dos colegas sequer tem essa carteira (Tiago, 2025).

A fala de Tiago está consoante com a fala do presidente da colônia no que se refere a uma alta taxa de informalidade na região. É relevante destacar que sem a carteira de pesca artesanal os pescadores ficam inelegíveis para políticas públicas como o seguro defeso, que na região se apresenta como principal elemento de incentivo a filiação a colônia e, portanto, a aquisição da carteira profissional de pesca artesanal.

Sem essa carteira, os trabalhadores são pescadores em sua prática, mas não para o Estado. Além disso, no que se refere as contradições apresentadas por Tiago em relação a pesca artesanal e industrial, a ausência de auxílios potencialmente pode influenciar a informalidade do ofício nas empresas da região, onde a produção com viés de lucro se fortalece com a oferta de mão de obra barata e, por vezes, desqualificada.

A ênfase da ideia de condições “industriais” presente na narrativa de Tiago pertence indissociavelmente de sua consciência sobre aquilo que ele vive. Levando isso em consideração, se apropriando do conceito de experiência de Thompson, a classe trabalhadora faz a si mesma tanto quanto é feita, isto é, embora sujeitas a pressões determinadas, a formação de classe e a consciência de classe se manifestam em um processo de relação contínua no tempo através da luta de classes (Thompson, 2021).

Um recorte fundamental que contribui para essa interpretação sobre a narrativa de Tiago é quando o pescador foi questionado sobre as condições de trabalho, onde ele afirma “Não é fácil. É desumano, né? Sei lá, a gente já tá acostumado, né?” (Tiago, 2025). A escolha pelo termo “desumano” levanta - no mínimo - uma certeza pela insatisfação do trabalhador quanto as condições que lhe são impostas. Apesar de se dizer “acostumado”, o costume não diminui o desafio, só reforça o caráter agudo de tais condições.

Essa desumanidade retratada pelo pescador nos levou a questionar se ele já havia passado por algum acidente de trabalho e, concomitantemente a resposta, o trabalhador estendeu a mão em minha direção:

Já perdi a metade do dedo. (...) Eu tava pescando a safra da anchova no inverno, entrou um esporão, é muito frio, muito gelado. Aí eu não...A gente não sente, né? Trabalhando ali a gente não sente, né? Depois só foi piorando, piorando. Inflamou tudo. Aí o dono não deu assistência nenhuma, no fim eu perdi a metade do dedo. (Tiago, 2025)

Tiago diz que avisou para o dono da embarcação sobre o dedo, mas que ele “não deu bola”, assim, o trabalhador seguiu no mar e a infecção piorou, acarretando na amputação da maior parte de seu dedo.

O “dono” que Tiago se refere é o empresário proprietário do barco, que nos casos das embarcações maiores, é o dono dos meios de produção, colocando os pescadores – seja lá qual for sua condição legal – em verdadeiros barcos fábrica. Na teoria, esses indivíduos fazem parcerias com os pescadores locais para a captura dos peixes, onde ele entra com a embarcação e empréstimo consignado para o gasto de sair e os pescadores entram com sua mão de obra. Na prática, se trata do patrão informal desses trabalhadores, que recebe o lucro simplesmente por ser o proprietário dos meios de produção e mediador da venda do peixe capturado.

O descaso custou o dedo de Tiago, mas o pescador relata que já perdeu colegas e amigos em acidentes na pesca. Como vimos no início deste trabalho, os anos recentes apresentaram um índice considerável de acidentes fatais. Porém, se levarmos em consideração o número de acidentes não fatais que ocorrem rotineiramente, como o caso do dedo de Tiago, qualquer dado pode estar subestimando uma taxa real de casos.

Junto a denúncia de seu acidente, complementando a parte de nossa entrevista relacionada aos desafios do ofício, o pescador relatou um momento que ficou marcado em sua trajetória, o dia que ele pensou que não haveria retorno. Foi em 2009, a mais ou menos 200 km ao sul, perto da costa da praia de Solidão, que pertence ao município de Mostardas/RS:

Estava marcando uma ventania e não... A gente é empregado, né? A gente tem que trabalhar, né, cara? A gente estava com a rede na água. Daqui a pouco ele mandou a gente botar a mão, que estava vindo vento e vento e vento. A gente conseguiu colher a rede rápido. Só terminamos a rede. Nossa, um baita de um vento, temporal. Aí não... Não conseguimos ancorar. Por causa do... Tinha muito vento mesmo. Muito mesmo. Aí um barco nosso foi a praia. Um barco da... Outro barco da firma, né? Foi à praia, porque o fundo. Aí teve que botar em direção à praia, né? E caiu na praia. Outro barco da firma arrancou uma tábua da proa. O nosso barco era mais seguro. Então a gente ainda ficou mais tranquilo assim. Mas eu tive bastante medo. Bastante medo mesmo. Eu tomei três Diazepam e fui dormir. Dormi pra se eu morresse, eu morria dormindo. Aquele dia foi o dia pior que eu passei na minha vida. (Tiago, 2025)

O relato de Tiago além de evidenciar os riscos dos quais esses trabalhadores estão submetidos em seu cotidiano, apresenta novamente a relação com as empresas de pesca da região. Em apenas uma experiência compartilhada, Tiago nos permite destacar alguns

elementos chave para problematização: a) as duras condições de trabalho e o risco de vida das quais esses sujeitos estão submetidos; b) a relação precarizada de dependência perante as “firmas”, isto é, as empresas proprietária de embarcações, onde os trabalhadores tiveram que ir ao mar trabalhar mesmo com a previsão de mal tempo e todas tecnologias atualmente empregadas na pesca, como radares e GPS; c) quando Tiago fala “Aí um barco nosso foi a praia. (...) Outro barco da firma, né? (...) Outro barco da firma arrancou uma tábua da proa. O nosso barco era mais seguro” (Tiago, 2025), ele apresenta que existiam outros barcos – pelos menos três - a serviço do mesmo dono, isto é, se reconhece em sua narrativa a presença do controle monopolizador dos meios de produção por parte dessas empresas/donos; d) o uso de drogas pelo pescador, como o medicamento controlado Diazepam, ansiolítico que só pode ser vendido sob prescrição médica e que, segundo a própria narrativa de Tiago, foi utilizado em alta dose pelo pescador para se dopar para que, segundo ele, “(...) se eu morresse, eu morria dormindo.” (Tiago, 2025).

Quando colocamos em perspectiva as narrativas de Tiago, seja na amputação de seu dedo, ou no dia que ele apresenta como o “pior dia se sua vida”, as experiências que o pescador passou/passa ajudam a compreender o porquê dele se referir a pesca da região como industrial. Esses acontecidos exercem pressões para que os trabalhadores interpretem e consolidem sua consciência não somente sobre seu trabalho, mas sobre seu lugar no mundo, e as desigualdades das quais lhe são impostas em tal posição.

A possível relação de dependência por pelo menos parte dos trabalhadores da região aumenta o risco do ofício que por si só, mesmo em condições formais, já é arriscado para a saúde desses indivíduos. Além disso, retornando a questão do alto índice de pescadores sem carteira, essa precarização e dependência é ainda maior nesses casos, pois sem seguro defeso não há pausa para a captura de pesca, o que coloca o trabalhador numa necessidade contínua do serviço – mesmo com tempo ruim como no relato de Tiago – para a manutenção de sua vida ao passo que as empresas produzem durante o ano todo, se utilizando dessa oferta de mão de obra.

Essa interpretação não é só externa. Como dito anteriormente, essas experiências modificam ativamente a interpretação dos sujeitos sobre a si próprios e sobre seus pares. Prova disso é que Tiago reconhece a condição que ele está, mas não descarta o que, na sua opinião, deveria ser o ideal. Quando questionado se havia algum tipo de disputa entre a pesca artesanal e industrial Tiago argumentou que:

Não (...). Porque aqui a maioria não liga, né? A maioria não liga, eles nem sabem... Eles nem, assim, como que eu vou te dizer... Eles não tão nem aí, né? Eles acham que... Eles acham que isso aí de artesanal pra eles tá bom, mas eles não sabem o que é o bom. Realmente o bom é o industrial, assinar a carteira. Tem muito mais segurança no trabalho. Se baseia em ganhar aquele seguro lá no final do ano. Tem que correr atrás da colônia, da papel pra colônia, a correria, até o cara conseguir. O maior sacrifício é pro cara conseguir fazer o seguro de desemprego...o seguro da pesca. (Tiago, 2025)

Para o pescador, portanto, o ideal para o tipo de pesca que exerce seria uma condição empregatícia formal que, como ele mesmo afirma, traria mais segurança. Essa segurança se dá tanto no sentido financeiro, como a certeza dos provimentos derivados de sua mão de obra – algo que não acontece em uma condição informal já que o valor recebido depende exclusivamente da captura do peixe, que não é exata nem certa – como também no sentido de sua saúde, onde indissociavelmente as condições trabalhistas lhe amparariam por lei.

Porém, o pescador talvez não reconheça em sentido mais amplo a condição do qual não só ele, mas seus pares estão submetidos. Isso se dá, em medida, por dois fatores principais. O primeiro é, mais uma vez, o equívoco por parte do pescador em generalizar a categoria, espelhando sua experiência, meios e condição de trabalho a todos outros pescadores da região. O compartilhamento de experiências entre trabalhadores de uma mesma categoria é um fato, entretanto, a pesca embarcada no município não é homogênea e não permite, portanto, essa atribuição relatada pelo trabalhador. O segundo, e talvez principal fator, é um distanciamento da interpretação de que ele e seus colegas que “não ligam”, “não sabem” ou “não estão nem aí” sofrem condições hegemônicas dirigentes inalienáveis a sua classe social.

Os grupos dirigentes só atuam para que o senso comum seja superado desde que outro, mais adequado aos seus interesses, seja criado (Gramsci, 2024). Portanto, a ideologia hegemônica atua fortemente nos processos de consolidação de sua estrutura produtiva, e isso resulta diretamente nas condições subalternas – e por vezes precárias – da classe social trabalhadora. Quando observamos o desenvolvimento da pesca na região, isso fica evidenciado pela consolidação dessas empresas e da construção das relações trabalhistas advindas desse processo. Portanto, a fala de Tiago não leva em consideração tais fatores fundamentais para a compreensão dos desafios que são impostos perante a consciência de classe. É também uma contradição de sua fala, Tiago é pescador assim como a “maioria que não liga”. Ao reconhecer tal condição e ao idealizar as condições adequadas, enquanto pescador, Tiago está fazendo aquilo que ele diz não ocorrer por parte de seus pares. Ironicamente, sem saber disso, ao negar essa consciência, Tiago apresenta que há sim uma consciência sobre tais condições.

2.2 A BANALIZAÇÃO DA INFORMALIDADE

Há ainda outro elemento pertencente a essa conjuntura e que devemos nos aprofundar: a questão da informalidade. Entendemos que a informalidade é parte indissociável das problemáticas destacadas até aqui, desde as notícias sobre os acidentes fatais recentes que incentivaram a produção deste trabalho, até o relato dos entrevistados, a informalidade não só é parte dessa rede complexa de irregularidades como é, potencialmente, matriz de várias dessas irregularidades.

Entre os entrevistados, existe um consenso de que a informalidade é banalizada na região, mesmo todos concordando – em tese – que é positivo para o pescador possuir a documentação que regulamenta a pesca profissional artesanal, mesmo que esse trabalhador trabalhe em condições que deveriam estar dentro de outra relação trabalhista.

Quando questionado sobre conhecer algum pescador sem carteira de pesca artesanal, a resposta de Tiago foi que “Vários, a maioria, né? A maioria não tem carteira. Um monte não tem. (...) Informal.” (Tiago, 2025). A resposta de Tiago é consonante não só com a fala do próprio presidente da colônia, mas também com a narrativa de André, outro pescador entrevistado:

Claro, de hoje em dia os novos que estão entrando, a maioria são sem carteira, né? Não são todos que fazem, ou não querem ou não sabem. (...) A de embarque é a mesma coisa. A de embarque ainda é pior por causa que tu tem que parar ali uma semana, duas semanas pra fazer ela junto da marinha, né? Não é a colônia que faz. Aí não são todos que fazem essa carteira. São poucos barcos que tem gente embarcada. (André, 2025)

André, que é o pescador mais jovem entrevistado, não só reforça o discurso da informalidade da região como apresenta ainda outro detalhe a tal conjuntura: para pescar em mar, a carteira de pesca artesanal – em teoria - não é suficiente, necessita-se também da carteira de embarque, que regulamenta a tripulação e não é emitida pela colônia, mas sim pela Marinha.

Trata-se, portanto, de uma dupla informalidade. Em primeiro vem a ausência da carteira de pesca profissional artesanal, que regulamenta a prática para trabalhadores que tem a pesca como principal e exclusiva fonte de renda, visando o sustento próprio e familiar, sem fins industriais. Em paralelo a isso temos a carteira de pesca embarcada, que regulamenta os pescadores que participam de uma tripulação. No caso dessa segunda, como André da ênfase, a falta dela é ainda mais recorrente, portanto, considerando que a carteira padrão de pesca artesanal já é bastante ausente, se considerarmos também a carteira de embarque, a taxa de irregularidade está ainda mais subestimada.

O dado é alarmante pois parte dos entrevistados nem sequer levou em consideração a carteira de embarque no que se refere a estar dentro dos critérios, sendo apenas a carteira de pesca artesanal profissional o único critério. Portanto, esses trabalhadores que não tem tal documento, na realidade, estão trabalhando com a ausência de dois documentos que regulamentam – ou deveriam regulamentar – sua atividade. E, possivelmente, a maioria dos pescadores documentados tem apenas a carteira artesanal, sendo a embarcada praticamente desconsiderada.

Quando André fala que “são poucos barcos que tem gente embarcada” ele não está propondo que há poucos sujeitos trabalhando nos barcos. O termo “embarcado” se refere àqueles que trabalham com documento, isto é, ele quer dizer que a maioria dos pescadores que trabalham nos barcos não são, no papel, “embarcados”. André não tem a carteira de pesca embarcada, somente a carteira profissional da colônia.

João, pescador veterano que atua a 40 anos na pesca, também se refere ao termo “embarcado” dessa forma, além disso, sua narrativa vai de encontro com a de André:

Não, era comum. Naquela época era mais rigoroso, naquela época nós éramos todos embarcados. Hoje, se embarco aí, é difícil que ache um ou dois embarcados. Até às vezes tem, mas o cara nem está trabalhando. Tem de outro que já está parado, que daí já está saindo da pesca, porque dessa geração nova, é poucos que tem a carteira. Eles até têm a carteira, mas não é de embarque, é a carteira da colônia, que é artesanal, Ministério da Agricultura, que é o que daí todo mundo faz o seguro. (João, 2025)

Experiente, o relato de João não só reforça a complexa relação entre formalidade e ofício da pesca na região como também já demonstra em suas palavras o sentimento de mudança que aconteceu nesse processo. Ao dizer que no passado era mais rigoroso, João propõe questionarmos tais mudanças de comportamento, se elas se deram por mudanças relativas a questão jurídica e/ou fiscalizatórias, ou se foram motivadas por mudanças na dinâmica comercial da pesca da região, com a consolidação das empresas na região.

Quando afirmamos que a informalidade não só é parte do problema, como causadora de muitos, existem justificativas que legitimam essa afirmação, são elas:

I - Invisibilidade jurídica: os sujeitos que trabalham sem a documentação não são aptos às políticas públicas das quais a categoria tem direito, isso envolve desde seguro defeso como – no caso de Passo de Torres – licença maternidade, formalidade para programas sociais e políticas afirmativas, presença em dados estatísticos que podem fomentar a arrecadação de fundos para a categoria, entre outros benefícios.

II - Precarização da profissão: os trabalhadores sem documentação além de não receberem seus direitos, no caso dos barcos maiores, podem ficar à mercê de condições trabalhistas irregulares que serão impostas a ele, e que, de forma geral, se baseiam em relações informais de dependência perante os donos das embarcações.

III - Ameaça ambiental: junto a informalidade está posta a desinformação, já que o pescador tem sua integração limitada ao trabalho prático da categoria, estando distante da colônia, reuniões, encontros e tudo aquilo do qual os pescadores formais participam. Assim, a desinformação influencia em questões ambientais, como processos relacionados a captura dos peixes, como equipamentos proibidos, espécies proibidas e, como o trabalho é perpétuo sem seguro defeso, na pesca durante os períodos de defeso característico de cada espécie (períodos de reprodução). Há ainda outros aspectos ambientais para além das espécies alvo, como a questão da poluição e a questão do impacto na reserva ecológica para Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Ilha dos Lobos, que fica próximo a costa do município.

As problemáticas citadas que são influenciadas diretamente pela informalidade atuam como elementos que surgem a partir da informalidade, mas, ao mesmo tempo, reforçam-na, levando em consideração o aspecto cíclico ocasionado pela desinformação contínua.

Entendemos que a base de qualquer movimento social que vise melhorar as condições de um grupo específico é a ação coletiva de confronto. O cientista político Sidney Tarrow defende que tal ação é base de qualquer movimento social não por serem – necessariamente – violentos, mas por serem geralmente o único recurso dos quais um grupo comum tem diante forças opositoras mais poderosas. Entretanto, tal confronto político só ocorre quando há mudança nas oportunidades e restrições políticas, surgindo assim os incentivos para atores que não tem recursos próprios (Tarrow, 2009).

Ocorre que a ação coletiva de confronto e oposição por si só não pode se caracterizar como um movimento social. Para isso, diante do fluxo e refluxo da luta política, as ações dos grupos devem se basear em densas redes sociais e estruturas conectivas, recorrendo a quadros culturais de consenso e orientação que efetivem a ação e que sustentem essas ações no conflito com os opositores poderosos. Somente em tais casos o movimento social existe (Tarrow, 2009).

Podemos afirmar, portanto, partindo do conceito de Tarrow, que não existe um movimento social por parte dos pescadores em Passo de Torres. Ao fazer um panorama dos teóricos marxistas, enfatizando o que Marx, Lenin e Gramsci contribuíram para a ação coletiva, o autor faz uma crítica que se refere as ausências que fomentam a noção das condições políticas das quais deveria se esperar que esses trabalhadores estariam inseridos, e como isso influencia na mobilização por seus interesses. O autor apresenta isso como problemas de oportunidade e

restrições políticas (Tarrow, 2009). É necessário, portanto, compreender as motivações que propiciam esse alto índice de informalidade, reconhecendo tal fator como parte desses problemas de oportunidade e restrição política.

Na narrativa de André, além de reforçar o alto índice de irregularidades, há também outros elementos que contribuem para a compreensão da complexa relação entre a pesca e a formalidade do ofício na região. Um desses elementos é a concepção de que, para o pescador, tais documentos não tem relevância no que se refere ao cotidiano do ofício:

É que essa carteira de embarque, no caso, ela não...seria só pra ter um registro, né? Quando acontecer alguma coisa, mostrar que a pessoa está embarcada. Se tivesse uma fiscalização ativa, mas não tem aqui, né? No caso pra nós aqui de Torres e Passo de Torres ela não serve de nada. Só pra dizer que tu tem. (...) a profissional tem que ter ela pra fazer o seguro. Aí dela adianta. (André, 2025).

No decorrer de sua narrativa foi questionado mais uma vez se para o pescador havia alguma diferença entre ter ou não ter a carteira de embarque e, mais uma vez, a resposta foi que “a de embarque não tem” (André, 2025).

João diz que a carteira embarcada já esteve mais presente, mas que hoje em dia, na “atual geração”, são poucos pescadores que são “embarcados”:

Tem alguns que não tem até carteira, que hoje é o que eu falei, hoje a demanda te obriga a tu levar 8, 9 tripulantes pra trabalhar, mas nem todos tem, porque hoje é poucos, porque também anos atrás, há muitos anos atrás, nós ia na capitania, tu ia lá, tu fazia tua carteira de pesca, hoje pra te fazer a tua carteira profissional é 3 meses de curso, a maioria tem mulher e filho, já não dá pra parar, como é que tu vai pegar e ficar 3 meses em Tramandaí ou Laguna pagando um alojamento pra te fazer, aí é meio difícil, precária a coisa. (João, 2025)

Pedro, pescador aposentado com mais de 40 anos de experiência no ofício, se aposentou em 2008 por problemas de saúde. Ele teve, no ano em questão, 5 infartos, sendo 3 deles em mar, o que lhe afastou da atividade. Pedro é bem conhecido na região, quando comentado sobre ele em conversa casual com outros pescadores, todos fizeram questão de falar do colega com certa admiração, complementada por relatos epopeicos, como o fato de que apesar de “baixinho”, “era capaz de levantar um motor turbo diesel de 4 litros sozinho”. Pedro me recebeu em sua casa, e encontrar ele deitado no sofá – segundo ele, única posição em que as dores da coluna são suportáveis - em estado debilitado, foi uma grande e melancólica contradição ao passado apresentado na perspectiva de seus pares.

Em sua narrativa, Pedro, que tem 75 anos e é muito mais velho que André e mais velho também que João, apresenta uma perspectiva diferente em relação a questão da documentação.

Ele afirma que começou na pesca aos 14 anos em 1965 e, até os 18 anos, não trabalhava como embarcado, pois para fazer a documentação teria que ter 18 anos. Portanto, segundo o pescador, até os 18 anos ele era um “anônimo” na pesca, algo que mudou com a sua maioridade. Depois dos 18, Pedro, que na época morava e trabalhava no Rio de Janeiro, fez a carteira de embarque bem como, quando se mudou para Santa Catarina, a carteira profissional artesanal.

No decorrer de sua narrativa, fica evidenciado uma diferença entre a perspectiva de Pedro e André. Pedro apresenta com certo orgulho o fato sempre ter “feito tudo direitinho” e que, além disso, naquele contexto o devido registro era a regra:

(...) não, era comum, quem tinha maior idade todo mundo tinha, quem tinha depois de 18 anos, acima de 18 anos todo mundo tinha carteira, todos eles aí até sem carteira depois de um tempo pra cá depois que eu tirei carta de mestre tinha muitos marinheiros que queriam trabalhar comigo, mas não tinha carteira, não tinha documento, aí eu pegava e não trazia, não pegava, porque eu sabia que era uma incomodação na marinha. (Pedro, 2025)

Há em evidência um conflito entre o discurso da nova geração e da geração passada sobre alguns aspectos da pesca na região, o que integra a heterogeneidade da categoria. Todavia, há elementos que devemos considerar na narrativa de André, pescador que diz não haver “diferença”.

Ele cita a questão relacionada a fiscalização que, segundo ele, não é ativa, e que, caso existisse algum tipo de fiscalização, talvez fizesse sentido. Em contraponto, Pedro fala que depois de virar mestre de barco, isto é, o posto mais alto da hierarquia na pesca, aquele que é o “capitão” da embarcação, ele se recusava a trabalhar com pescadores que não tivessem documentação, porque isso significava uma “incomodação” com a Marinha.

Destacar esse elemento é fundamental para uma compreensão de mudança mais ampla, que foge a lógica de que tal transformação ocorre somente por parte dos trabalhadores. Ao contrário disso, é necessário levar em consideração que diversos fatores levaram e levam os indivíduos a alterarem a lógica de seu papel e, também, do papel dos demais atores que compõe sua realidade e modificam sua experiência.

Não é intenção nossa transmitir a ideia de uma emancipação desses trabalhadores de suas responsabilidades jurídicas e legais relacionados ao seu trabalho, entretanto, é relevante destacar que em um contexto de tantas fragilidades – das quais algumas ainda falaremos – a falta de presença do estado não necessariamente legitima, mas propicia mudanças que fogem ao ordenamento social, político e econômico adequado. Além disso, levando em consideração

o caso dos barcos maiores, onde as relações trabalhistas são informais, a fiscalização, em todos âmbitos, surge como proteção para esses sujeitos.

A questão relacionada a fiscalização, apesar de ser um elemento relevante a se considerar, não é o único processo responsável pela informalidade na região. Há ainda outros processos expostos nas narrativas e experiências desses trabalhadores que não só possibilitam possíveis caminhos para a compreensão da informalidade, como, também, para outros âmbitos que envolvem reivindicações e a ação coletiva. Entre esses processos, destaca-se a relação entre os pescadores e a colônia.

2.3 A RELAÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES E SUA COLÔNIA

Parte dos entrevistados apresentam uma insatisfação em relação ao papel e participação da colônia, o que possibilita questionarmos em certa medida o alcance da colônia e suas ações de incentivo a filiação.

Tiago, que é filiado a colônia, quando questionado sobre a colônia ter um papel relevante sobre sua contribuição para os pescadores, respondeu: “Não (...) Porque eu acho que, sei lá cara, eles deixam muito a desejar aqui. Não fazem nada pelo pescador. O cara vai ali, é um trabalho pra ser atendido.” (Tiago, 2025).

André apresenta uma crítica ainda mais contundente sobre a instituição, afirmando que existe um distanciamento entre a colônia e os pescadores:

Não, cara. A colônia deles ali é meio desligada assim do pescador, né? A gente só vai praticamente pra fazer o seguro. O resto não tinha transparência de nada, não tinha informação. E foi indo. Até que esses últimos anos aí descobriram um rombo ali que a mulher que trabalhava tava roubando os pescadores. E não deu em nada no final também. Não se juntaram pra ver o que aconteceu ou não, mas muita gente foi roubada ali. Mas não tem essa aproximação. O pescador e a colônia não são muito juntos. Não sabem nem quando tem eleição, o que que tá tendo, o quê que tem de projeto. Só sabem todo ano fazer o seguro e é só isso. (André, 2025)

Em sua narrativa André ainda faz uma acusação sobre um “rombo”, isto é, uma irregularidade envolvendo desvio de verbas e valores que deveriam ser dos trabalhadores. Se trata de uma acusação séria, porém, sem provas. O pescador não deu mais informações sobre o ocorrido, assim, não pretendemos elevar tal denúncia ao patamar de fato, para isso seria necessário um acompanhamento jurídico mais amplo, da qual o presente trabalho não tem fôlego para suprir. Todavia, não só podemos como devemos considerar tal relato como uma postura de oposição, sendo a própria denúncia um fato relevante por si só, apropriemos dessa

forma. Isso se reforça quando tal denúncia só complementa toda uma construção narrativa de insatisfação, como o fato de, para André, a colônia ser “desligada do pescador”, não sendo transparente, nem sobre as informações internas – como a questão financeira – desde questões relacionadas a informações que deveriam serem amplamente disseminadas, como notícias relacionadas aos processos eleitorais da instituição e, também, seus projetos e ações.

Esse descontentamento evidencia duas questões. A primeira é que os dois pescadores que mais foram enfáticos em suas críticas, são também os dois mais jovens entrevistados, Tiago de 40 anos e André de 24. Tomemos isso como um possível complemento os diferentes discursos entre os pescadores mais velhos e os da geração mais recente. A segunda é que, como aprofundado no primeiro capítulo, a colônia de pescadores é, para os trabalhadores artesanais dessa categoria, o principal órgão de representação de seus interesses.

Segunda a legislação, a colônia de pescadores se equipara a representatividade de um sindicato para esses trabalhadores, algo que se dá pelas diferenças legais presentes em um ofício profissional que – em tese – é artesanal. Portanto, se há de fato um distanciamento entre a colônia e os pescadores, bem como uma possível imprudência por parte da instituição perante esses trabalhadores, entendemos que isso ocasiona uma série de processos que dão amparo as informalidades da região, pois é a colônia que media as reivindicações da categoria perante o Estado, atuando na defesa dos direitos desses trabalhadores e auxiliando em todos outros aspectos relacionados ao ofício, desde questões técnicas e práticas até questões administrativas de seguridade social.

A luta política é, portanto, parte também do papel da colônia e, quando levamos em consideração os dados apresentados até agora, a possível falta de uma representação política desses trabalhadores fortalece os elementos que, segundo Tarrow, influenciam na reivindicação de seus próprios interesses, isto é, a ausência de um papel contundente da colônia na vida desses sujeitos solidifica os problemas de oportunidade e a restrição política desses trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o processo cíclico já relatado em relação a informalidade se reforça, já que sem uma atividade presente para a categoria, a colônia abre mão de atrair trabalhadores informais para que se filiem e, estando posta essa situação, ou seja, de haver um alto índice de trabalhadores sem qualquer tipo de registro na instituição, a colônia não só deixa de ganhar mais força política como perde a que tem, já que parte dos pescadores não se sentem – como vimos nas entrevistas – representados pelo órgão.

No primeiro capítulo, onde destacamos a fundação da colônia e entrevistamos o presidente da instituição, já havíamos realizado alguns questionamentos sobre alguns aspectos

apresentados na trajetória da colônia bem como na narrativa do presidente. A questão relacionada a seu tempo de permanência no órgão e como o presidente destaca seu papel dentro das ações da colônia foi uma delas. Colocando em perspectiva esse elemento e a denúncia de André, devemos problematizar os potenciais fragilidades da colônia enquanto o cumprimento de seu papel, isto é, a defesa dos pescadores.

Destacamos isso por um fato essencial que deve ser considerado: a ação da colônia e sua trajetória tem indiscutível impacto para a categoria na região, bem como, no passado recente, para a comunidade passositorrense como um todo, extrapolando os limites políticos envolvendo a categoria. Ocorre que as evidências pretendidas são tão estudadas na disciplina histórica quanto as evidências não intencionais, ou seja, a maior parte das evidências históricas, cabendo ao historiador reconhecer que os fatos são mentirosos e que junto a eles existe toda uma carga ideológica muitas vezes “mascarada” nos discursos mais simples e inocentes dos fatos intencionais (Thompson, 2021). E, como já abordamos a nos apropriar de Thompson, os valores atribuídos a realidade se modificam através do significado que é dado a essa realidade, e não que a realidade histórica se modifica por si só. Devemos, portanto, levar em consideração o papel da colônia, como foi assumido no primeiro capítulo, mas, ao mesmo tempo, considerar as posições dos pescadores em relação a colônia como um fato histórico real, que não diminui as demais evidências, mas que também não se altera.

Outra questão que devemos considerar é que as mesmas mudanças que modificam as experiências dos sujeitos inseridos no contexto da categoria, modificam também a de todos espaços que envolvem tal classe, isso inclui a colônia. O alto índice de informalidade e a presença de barcos que atuam de maneira industrial na região tem potencial de mudar as relações entre os pescadores inseridos nesse contexto com a colônia, pois como destacamos, a colônia é o órgão de representação dos pescadores artesanais, e não industriais.

Ocorre que a possibilidade de muitos trabalhadores atuarem sem carteira profissional e sem carteira de embarque, os coloca em uma posição em que tais sujeitos não se encontram nem em condições artesanais, para assim se sentirem representados por tal órgão, mas, também, não estão em condições formais relacionado a categoria profissional industrial, o que os deixa sem qualquer tipo de representação oficial, sendo sua experiência rotineira a única expressão que legitima sua identidade enquanto um homem do mar.

Nessa perspectiva, o descontentamento dos pescadores perante a colônia não deve ser absorvido como um parecer que consolida a culpa da instituição pela informalidade da região bem como dos demais desafios impostos a categoria na localidade. Ao contrário, esse descontentamento deve ser colocado ao lado dos desafios da colônia que sim, não só pode como

deve se preocupar em melhorar suas ações e políticas, mas que ao mesmo tempo, enquanto principal instituição de representação desses homens, deve ser posta ao lado de seus interesses e compreender tal insatisfação como parte dos desafios e pressões que também pertencem a colônia perante as mudanças na dinâmica social, política e econômica advindas da força do capital.

Esse panorama reforça a potência da hegemonia dirigente. A desvinculação política é, também, um fator de precarização da profissão, sendo o distanciamento entre os trabalhadores e seu órgão de representação a consolidação do sucesso das políticas neoliberais que se beneficiam com o dismantelamento da força política dos trabalhadores. A partir daí se forma o consenso que pune o trabalhador sem que ele perceba o responsável por tal ataque, permitindo o esvaziamento da luta política como resultado de imposição da visão de mundo das classes dirigentes (Gramsci, 2024).

Reforço, não pretendemos desconsiderar a posição dos pescadores sobre a colônia através do conceito de Gramsci, ao contrário, buscamos considerar tais insatisfações como o resultado de uma consciência das pressões que esses trabalhadores sofrem; queremos, portanto, incluir tais tensões em um panorama mais amplo, que insere a colônia e os desafios dela ao lado dos desafios desses sujeitos, e isso inclui as insatisfações desses homens perante o órgão que os representa. A organização política é essencial para ação coletiva de confronto, que como vimos em Tarrow, é parte fundamental de movimento social, assim sendo, conciliar as contradições e disputadas internas que envolvem uma mesma categoria busca legitimar todos esses desafios como sendo parte de uma mesma, ampla e complexa, conjuntura.

Como observamos, desde a fiscalização até o possível distanciamento entre os pescadores e a colônia, tais elementos pertencem a um mesmo processo cíclico que potencializa a informalidade. Desconsiderar tal amplitude é resumir as transformações advindas das mudanças econômicas e políticas do município a simples divergência de interesses de sujeitos distintos. Isso seria ingenuidade e imprudência de qualquer pesquisador embasado em uma teoria marxista.

Assim sendo, a informalidade presente na região não pode ser explicada por um ou dois fatores, tomemo-la como resultado direto de pressões e mudanças ocorridas nos últimos anos na pesca da região, que envolvem transformações diretamente ligadas à prática do ofício, como a mudança sociocultural geracional dos indivíduos que trabalham na pesca; inserção de novas tecnologias nas embarcações – pequenas e grandes -; a questão relacionada a legislação política e ambiental; e a questão – uníssona entre os pescadores - relacionada a barra do Mampituba. Pretendemos no decorrer do trabalho aprofundar algumas dessas questões para assim

compreender melhor tais processos e como eles caracterizam a pesca – seja artesanal ou “industrial” - em Passo de Torres.

2.4 A MUDANÇA DA LÓGICA DO OFÍCIO ENTRE AS GERAÇÕES DE PESCADORES

Até aqui, fica evidenciado um caráter divergente entre alguns pontos expressos nas narrativas de pescadores mais velhos e pescadores mais jovens. Entendemos que essa mudança está para além de conflitos geracionais, trata-se, também, de mudanças na dinâmica da pesca na região que acabam influenciando diretamente no processo de transmissão das experiências da geração passada para a nova geração e, também, em como essa atividade se modificou no passar do tempo, apresentando novas configurações envolvendo tanto rupturas como continuidades no ofício e na identidade local da categoria.

Como vimos em relação a documentação, houve uma mudança de paradigma em relação a posse dos trabalhadores do documento que oficializa sua condição profissional enquanto pescador artesanal embarcado. Os discursos de pescadores mais velhos, como João e Pedro, apresentam configuração do passado onde a presença de tais documentos era muito mais acentuada. Ao se referir ao presente, João reforça que isso “não é mais assim”, e que “hoje poucos são embarcados”. A fala de João está convergente a narrativa de Tiago e André no que se refere a questão desses documentos dentro dos pescadores atuais, existindo um índice considerável de pescadores sem qualquer tipo de carteira, principalmente a embarcada.

Essa não é a única diferença na narrativa dos pescadores, há outros elementos que se destacam e, entre esses, a questão das drogas chama atenção. Pedro, o mais veterano e já aposentado, retrata que quando mestre de embarcação, além da questão relacionada a documentação, a questão de uso de drogas era um fator determinante para fazer ou não parte de sua tripulação:

Duas coisas que eu não aceitava quando eu era mestre, era pessoa sem documento e drogada, pessoa que tivesse vício assim de qualquer coisa assim também comigo não trabalhava. (...) tinha bastante, tinha bastante, mas aí eu não colocava porque eu sabia que isso não ia dar certo. aí eu não levava porque eu sabia que por nada amanhã ou depois podia dar um problema no barco qualquer coisa, quando eu comecei a trabalhar os barcos já tinham todos eles já tinham os aparelhos e tudo só não tinha o GPS mas tinha sonda, tinha o rádio tinha tudo certinho então isso aí não era da gente, era do dono, então a gente já não trabalhava com pessoas drogadas porque uma hora daquela podia até pegar um aparelho daquele desviar um aparelho daquele aí ficava ruim pra mim né. (Pedro, 2025)

A narrativa de Pedro apresenta algumas questões a serem levadas em consideração. A primeira, e que no momento nos interessa, é a negação em trabalhar junto a pescadores com algum tipo de vício, algo que, como veremos nas demais narrativas, está distante da atual realidade, levando em consideração que atualmente a utilização de drogas em mar é banalizada em muitos casos. A segunda é que o relato de Pedro fortalece a questão da utilização de barcos terceiros, isto é, de um “dono” do barco que não pertence a tripulação, apenas é o empresário envolvido no processo. A terceira e última questão trabalharemos no decorrer do texto, e se trata do emprego das tecnologias envolvendo a pesca artesanal e como isso influencia diretamente na transformação da lógica econômica da pesca artesanal.

Se antes Pedro afirmou que trabalhar com pescadores sem documentação era passível de se “incomodar” com a Marinha, agora o pescador reforça que da mesma forma, trabalhar com pescadores com “vícios” significava a possibilidade de inconvenientes, com no caso citado pelo pescador, algum tipo de furto.

Quando levamos em consideração o relato de Tiago, onde ele narra que fez – e potencialmente ainda faz, dado a normalidade com qual tratou o tema – uso de medicamentos tarja preta em mar, é relevante notar uma possível mudança na presença desse tipo de substância em mar. É evidente que esse processo está diretamente ligado a sujeitos específicos, isto é, era uma escolha de Pedro, segundo ele, não querer a presença de drogas, isso não quer dizer que os demais colegas faziam o mesmo. Ao mesmo tempo, não é porque Tiago tomou ou toma esses medicamentos, que seus pares também o fazem.

Entretanto, quando levamos em consideração outros aspectos relativos a mudanças na dinâmica da pesca envolvendo seus sujeitos, como a questão unânime entre os entrevistados sobre no passado haver uma presença maior de documentação e formalidade, podemos estender tal mudança para outros aspectos, que corroboram para a ideia de que a presença de drogas é sim consideravelmente maior no presente, tendo isso como parte do aumento das demais irregularidades.

A narrativa de André corrobora com essa hipótese. Se reconhece em sua narrativa a ideia de um rompimento na continuidade do ofício, algo que já citamos no trabalho. Acontece que, para André, a questão social e a dependência de substâncias químicas estão diretamente ligadas a esse processo:

(...) As pessoas novas não querem entrar na pesca, os que entram, boa parte, são gente já com algum vício, daí é difícil o cara ser um comandante viciado, né? E daí os mais antigos tão passando para as lanchas pequenas, porque daí é menos incomodação pra eles. (André, 2025)

Partindo de sua fala, podemos interpretar que para André, muitas das pessoas que entram para a pesca são aquelas que estão em uma posição social vulnerável, no caso, “já com algum vício”. Quando questionado para o pescador sobre, na interpretação dele, qual o motivo disso, o entrevistado disse que:

Os que estão começando agora pra aguentar a rotina, eles têm que usar alguma coisa. Porque a rotina é bem pesada, né? Às vezes eles trabalham 48 horas sem dormir. Então eles têm que ter algum vício praticamente, né? Os caras vão usar alguma coisa. É muito tempo de trabalho. (...) o vício vai estar atrelado a muito trabalho. (...) Cara, a grande maioria dos caras que pescam, assim, acho que um 90% são uns viciados. Não tem gente muito sã, não. (André, 2025)

A narrativa do pescador, apesar de possivelmente estar superestimada ao citar que “90%” dos pescadores se encontram nessa situação, é alarmante. Está presente em sua fala ao mesmo tempo a denúncia de condições duras de trabalho, envolvendo uma rotina árdua de horas sem sono, bem como demais fatores que fazem a empreitada ser uma “rotina bem pesada”, algo que levando em consideração o relato do acidente de Tiago está em concordância com seu par; e também a denúncia de que a presença de drogas é algo normalizado, isto é, banalizado no ambiente de trabalho, como se o vício fosse parte integrante a vida de quem escolhe trabalhar no mar:

Cara, viciado, assim... Bebida, maioria. Drogas como crack, cocaína, maconha. São praticamente todos. Cigarro, é todos também que fumam. 98% dos pescadores são assim. Pra aguentar ali, trabalhar muitas horas, depois eles têm que ter algum vício, né? (...) Antes tinha um pouco, né? Agora é novas drogas... Eu acho que essa nova geração também é muito do vício já. Uma geração com mais problemas psicológicos também. Eu acho que tudo acarreta nisso. (André, 2025)

Algo que resume o quadro problemático apresentado em sua narrativa é a pergunta “Pra aguentar ali, trabalhar muitas horas, depois eles têm que ter algum vício, né?” (André, 2025), pois, ao fazer esse questionamento, se reconhece uma ideia de conformismo, transmutada através da pergunta ao entrevistador que busca, no nosso entendimento, legitimar tal situação. Além do abuso de drogas lícitas, como cigarro e álcool, é relevante destacar a citação de drogas ilícitas com alto teor de dependência, como cocaína e crack.

André fortalece a ideia de que houve um aumento da presença de drogas, ao dizer que sempre existiu, mas que ao seu ver, com base em sua experiência, existe uma maior utilização por parte da nova geração de pescadores. Na interpretação do pescador, isso tem uma relação diretamente ligada as diferenças geracionais dos pescadores, como o maior índice de

“problemas psicológicos”. Entretanto, cabe destacar que as mudanças geracionais não justificam o que parece ser um novo paradigma dentro da categoria, isto é, a dependência química não deve ser vista de forma isenta à realização da própria prática da pesca.

Como o próprio pescador relatou, na sua opinião o uso se deve majoritariamente pelos desafios envolvendo o trabalho no mar. Portanto, resumir a presença de drogas a simples mudanças geracionais relativiza e não aprofunda a questão, isto é, os fatores que levam o aumento do uso de drogas pela nova geração de trabalhadores não ocorrem separados das mesmas mudanças que ocorrem na dinâmica da pesca na região. Sendo assim, se esse aumento de fato existe dentro da nova geração, estes não devem ser vistos como indivíduos alheios a realidade da pesca no município, pois sofrem as pressões que proporcionam a realidade posta a eles.

Para Antunes, tais configurações que ocorrem no espaço de trabalho estão diretamente ligadas a uma reestruturação do capital perante sua crise estrutural. Portanto, essa tendência – partindo da ideia de uma crise do capital defendida pelo autor - prevê o aumento de elementos particularmente graves, em especial dois: o fator destrutivo e/ou de precarização para a força humana de trabalho e, também, a degradação crescente do meio ambiente, reflexo da transformação da relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza conduzida pela lógica de valorização do capital (Antunes, 2025).

Quando levamos em consideração que a pesca artesanal tem – ou deveria ter - uma relação inalienável entre homem e natureza, baseada em relações que envolvem a tradição e a cultura local, observar tais questões problemáticas, como o alto índice de drogas, problematizam o próprio conceito sobre pesca artesanal, nos levando a questionar todas suas estruturas produtoras que, como vimos até aqui, apresenta uma série de complexas irregularidades. Nessa perspectiva, não é à toa que haja pescadores que não se reconheçam como pescadores artesanais e, mais que isso, que neguem sua presença na região.

Partindo desse ponto, destacamos algo inserido nesse contexto e, também, presente nas narrativas dos entrevistados: a questão da continuidade da pesca e da “passagem de bastão” para a próxima geração.

Há uma diferença que nos ajuda a situar alguns elementos que configuram a atual dinâmica da pesca em Passo de Torres e as diferenças entre os pescadores mais velhos e os mais jovens. Os dois pescadores mais velhos entrevistados, Pedro e João, tem a pesca como um ofício de tradição em sua família, onde seus pais eram pescadores e os pais de seus pais também. Identifica-se que ambos seguiram, por vontade, o caminho da tradição familiar na pesca:

A minha relação na pesca começou pelo meu pai, né? Porque meu pai foi pescador, né? Começou a vida dele na pesca, né? (...) aí eu comecei com 14 anos, caí na pesca com 14 anos, trabalhei junto com ele, que me ensinou tudo, a mania da pesca, né? Aí me ensinou tudo isso e dali eu comecei. Comecei com 14 anos e fiquei até 2008, quando eu me aposentei, né? (Pedro, 2025)

Pedro seguiu o caminho de seu pai e começou a trabalhar ainda na infância junto ao pai e seu irmão. É relevante destacar a questão da idade e a questão relatada sobre seu pai ter o ensinado tudo. Desconsiderando a possível problematização a ser realizada sobre a idade com a qual começou no ofício, período que segundo ele era um “anônimo” em mar, é indiscutível o fato de que esse contato desde cedo inseriu Pedro em um ambiente de formação intensiva, com acompanhamento de seu pai e todo ensinamento gradual ligado à prática da pesca.

Além disso, é pertinente destacar que em uma família ligada a pesca, os ensinamentos e aprendizados estão para além do espaço de trabalho. A pesca se mistura a vida desses sujeitos, como as relações sociais de amizade e de camaradagem, os debates em casa, a preparação das redes, a manutenção das demais ferramentas de trabalho, entre outros âmbitos que a pesca inevitavelmente se insere. Assim, a pesca deixa de ser somente o seu ganha pão, se caracterizando também por ser um estilo de vida desses pescadores inseridos em um contexto socioafetivo entre os familiares e o ambiente de trabalho, sendo a pesca motivo que dá sentido a sua própria existência (Dai Prá; D’Dagostini, 2023).

Pedro entrou na pesca com 14 anos e só saiu em sua aposentadoria. Seria cômico se não fosse trágico, mas Pedro, segundo ele, só saiu da Pesca pois infartou três vezes no mar, reconhecendo assim que seu limite havia chegado. Reconhece-se, portanto, uma larga continuidade, do qual está inserida nesse processo um aperfeiçoamento das técnicas, do conhecimento, da experiência em lidar com circunstâncias adversas, entre outras questões que só o tempo em mar e a experiência no ofício proporcionam.

Outra questão que envolve o tempo de permanência na atividade e a tradição envolvendo o ofício é a questão relacionada a sua trajetória na carreira. Pedro foi de um “anônimo” para mestre de embarcação, lembrado por seus pares mesmo após 18 anos de sua aposentadoria. Um pescador de tradição familiar, que viveu a vida inteira na pesca, exigia de seus pares a devida regularidade cadastral para trabalhar com ele, bem como a ausência de vícios. Como veremos, Pedro é um modelo de pescador em extinção.

Pedro tem um filho pescador e, apesar de ter seguido o caminho de seu pai na pesca, apresenta em sua narrativa que não desejava que seu filho seguisse seu caminho:

[...] começou comigo também, eu nem queria, né? eu não queria que ele entrasse na pesca, porque ele estudava na época então eu queria que ele fizesse uma faculdade, se formasse em alguma coisa, né? alguma coisa que ele gostasse, mas ele não, ele achou que queria pescar, queria pescar, fazer o que, né? [...] porque a pesca é muito sofrida, né? a pesca é muito sofrida, porque não tem dia, não tem hora é muita friagem, aquela coisa, né? e se ele se formasse pegava um serviço melhor ganhava mais um pouco e tinha toda liberdade, né? E na pesca não tem liberdade, na pesca deu tempo bom, não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, não tem nada, o tempo bom tem que estar aí né? e estando em terra, não estando em terra ele tem sábado, domingo feriado, tudo pra ele descansar, mas ele achou que pescar era melhor pra ele e está até hoje, né? (Pedro, 2025)

Apesar de sua vontade não ter sido atendida, isto é, seu filho ter virado um pescador, o fato de que Pedro não desejava isso para seu filho é o elemento central desse recorte de sua narrativa. Esse elemento corrobora para a hipótese de um rompimento da continuidade do ofício dentro das famílias tradicionais da pesca.

Exemplo disso é que um pescador que nasceu e cresceu dentro da pesca, viveu a vida inteira nesse meio e, numa leitura rasa, potencialmente desejaria uma continuidade de seu legado geracional, na verdade, na prática, não deseja isso. Existem alguns fatores que podem nos ajudar a compreender esse panorama.

O primeiro está no próprio relato do pescador, que reforça as condições desse ofício. Mesmo para alguém que, como ele faz questão de reforçar, sempre seguiu o que se espera nos sentidos legais, as condições da pesca são duras. Trata-se de um ofício do qual o desafio é parte indissociável da prática, onde os riscos são muitos, e a vulnerabilidade física e mental é sempre presente. A questão do tempo é protagonista em seu relato, dado que, como Pedro apresenta, a pesca requer uma adaptação do trabalhador as condições da natureza, ou seja, o pescador por essência necessita estar sempre preparado para as oportunidades que surgem, dado que o trabalho é majoritariamente determinado por condições que estão para além do controle dos homens.

Além disso, quando em mar, só há provimento caso haja de fato o êxito do processo, isto é, a captura do peixe. Sem o pescado, a pesca não existe, e todo duro processo que envolve a tentativa dessa captura é resumida a um esforço inútil da força humana de trabalho. Além disso, trata-se de um prejuízo, dado os custos que envolvem a saída para o mar, que nos barcos grandes parte de 30 mil reais¹⁷.

Além da questão da liberdade, há outro elemento que devemos considerar também como fator que incentivou Pedro a não desejar o mesmo caminho para o filho: sua atual condição de

¹⁷ Estimativa baseada nos relatos dos pescadores sobre as embarcações maiores (maiores que 10 metros). Tais custos envolvem os gastos relativos à manutenção da tripulação e, principalmente, relacionado ao óleo diesel, que mantém os barcos maiores durante vários dias em mar.

saúde. Pedro me recebeu em sua casa, e se desculpou com educação por não poder se levantar para me cumprimentar. Ele cedeu a maior parte da entrevista deitado em seu sofá e, posteriormente, após reclamar de desconforto, ficou sentado para a parte final da entrevista, também no mesmo sofá. Ele diz estar esperando por um processo de infiltração na coluna, que é atualmente o principal motivo de suas dores. Eu questionei se ele achava que sua condição atual poderia ter haver com seu trabalho e ele respondeu:

Tem, tem porquê de fazer muita força e de mau jeito né, não tinha jeito pra fazer força, pegava de qualquer jeito, então deu esse problema da coluna, tem três vértebras sem cartilagens, tem duas hérnias de disco e um bico de papagaio, então tudo já desse problema anterior, né, que fazia muita força de mais, fazia força de mais, pegava de mau jeito, não tinha jeito pra pegar, foi aonde prejudicou a coluna. (Pedro, 2025)

Durante a fala de sua condição da coluna, relacionada ao excesso de força no trabalho, não pude deixar de pensar nos relatos epopeicos do “baixinho” que levantava um motor sozinho. Tais feitos rememorados por alguns de seus pares cobraram um preço caro na vida de Pedro, que teve sua fala intervalada por suspiros e gemidos de dor.

O pescador reconhece as duras condições de trabalho da qual vivenciou, algo que tem reflexo direto em sua qualidade de vida atual. Quando levamos em consideração que Pedro não queria que seu filho, que é pescador, seguisse pelo mesmo caminho, as experiências vividas pelo trabalhador dão fôlego para compreender sua posição. Evidenciamos que tal condição de saúde é posterior a sua aposentadoria na pesca, que foi ocasionada por outro problema de saúde. Pedro teve uma série de infartos, que começaram enquanto ele estava em mar, realizando seu ofício:

[...] nós estava puxando rede, aí eu estava trabalhando de marinho com o Ruy [...] Ele era o mestre. Aí eu estava puxando rede, eu e o Mateus, na popa. Aí a rede vem no guincho lá, passa no cano [...] a gente só arruma a rede embaixo ali. Aí no inverno, né? Peixe miúdo. Aí eu puxava rede de capa, calça de napa, bota, tudo certinho, porque tem muita água viva. Aí estava puxando rede, de repente me deu aquele calorão, deu aquele calorão, aí eu peguei e disse Mateus, para um pouquinho que eu vou tirar a capa. Aí ele disse “mas como vai tirar a capa? Que tá cheio de água viva aí homi, a água viva vai te picar.” Eu disse, não, mas não dá, é muito calorão. Tá quente demais, eu não tô aguentando. [...] ele disse “não, então eu vou chamar outro pra te ajudar, pra me ajudar aqui, aí vai lá pro convés lá que eu chamo outro.” Eu disse, não, não. Esse serviço é meu. Eu não aceito que chame outro, eu vou puxar, vou continuar puxando. “Mas o senhor tá ruim? O senhor tá com calorão aí? No meio da água viva sem camisa?” Não, eu vou até o fim. Vou aguentar até o fim. Aí fiquei. Aí no outro dia, aí melhorei um pouquinho. Terminou a rede, né? No outro dia melhorei um pouquinho, aí tá. Ficamos lá 14 dias. Aí no 12 dia, mais ou menos, foi no 8 dia, mais ou menos, quando deu o infarto. Quando nós estávamos lá, fazia 8 dias. Aí no 12 dia, mais ou menos, nos 12 dias, deu de novo. Na poupa do barco, puxando rede, a mesma coisa. Aí deu fraco também. [...] Um formigamento. Parecia que eu tava assim num formigueiro. Aí começou a... a ficar o braço assim, né? Aquele queimão no braço, no

rosto, na cabeça, assim. A cabeça, se eu passava a mão na cabeça, assim, só que não tinha cabelo, tava bem curtinho, se tivesse cabelo eu arrancava, aquela agonia que dava na cabeça, aquele formigamento. [...] Não, eu achei que não era infarto, eu não sabia o que era infarto, achei que era um mal estar, uma coisa assim. (Pedro, 2025)

O relato dessa experiência de Pedro é complementado pelo tom de serenidade em sua fala e, ao mesmo tempo, pela atitude que relatou ter apresentado durante toda essa experiência. Sua narrativa fortalece ainda mais a atenção necessária perante os desafios e as condições das quais esses trabalhadores estão sujeitos. Pedro passou por um processo de infartos em mar e a sua solução era esperar melhorar durante vários dias no mar, já que em sua interpretação, tratava-se de “algum tipo de mal estar”.

É fundamental reforçarmos que o costume ou tom de normalidade perante tais desafios, que potencialmente modificam sua interpretação sobre vários desses processos dos quais estão inseridos, não ameniza a proporção dessas circunstâncias, ao contrário, só reforça a potência de força de trabalho desses sujeitos diante de situações tão precárias. Destacamos isso levando em consideração que no relato de Pedro podemos observar diversos fatores que compõe tal panorama.

O primeiro é o fato de que o trabalhador abriu mão de seu equipamento de trabalho para suportar a sua situação naquele momento. Quando recebeu atenção dos colegas, no qual lhe foi sugerido mudar de posição e/ou papel durante a captura do peixe, Pedro se recusou. Em nenhum momento parar ou abandonar seu posto foi uma opção para ele. Isso demonstra que possivelmente, para Pedro, assumir tal posição está para além de cumprir uma tarefa relacionada a obtenção de seu sustento, trata-se, ao nosso ver, de um sentimento de pertencimento fortalecido pela lógica do dever, em um sentido amplo de relações que envolvem a tripulação como um todo.

O outro fato que chama atenção, que colabora para essa ideia de uma força de trabalho dura, é a questão que envolve a não compreensão do que estava passando com ele, que o permitiu seguir no mar depois do primeiro infarto e, não satisfeito com isso, passar por um segundo infarto na mesma empreitada, dias depois. Algo que complementa essa lógica é que, mesmo depois de ir ao médico e descobrir que o que havia passado eram infartos – algo que só aconteceu depois de ter passado por mais alguns, mas dessa vez em Terra -, Pedro segue apresentando em sua narrativa uma compreensão de que o que ele viveu não foi “sério”:

Mas aí, no caso, no caso, se ficasse mal mesmo, que não tivesse as condições de trabalhar, aí a gente vinha na costa, no caso, avisava a capitania, né? Aí chamava a capitania, a capitania mandava o bombeiro ir lá. Pra pegar a pessoa doente, trazia, pra levar pro hospital, no caso, uma emergência assim, né? Quando o mar é muito grosso,

que não dá de sair na praia, eles mandam ter um helicóptero. A marinha manda ter um helicóptero pra buscar. (Pedro, 2025)

Portanto, para o pescador, mesmo após toda situação relatada, ele estava em condições de trabalhar. Ao dizer que “se ficasse mal mesmo” em relação ao que passou, se evidencia um distanciamento da gravidade do ocorrido. Esse distanciamento não se dá por uma falta de compreensão lógica pela parte de Pedro, que é, diga-se de passagem, muito sóbrio e lúcido em sua fala. Esse distanciamento é fruto de mais de 40 anos vivenciando o perigo no seu dia a dia, já tendo passado por naufrágios, acidentes e tendo, também, perdido colegas e amigos no mar, condição que lhe permite, apesar de tudo, ter se sentido apto para o serviço mesmo sofrendo infartos em mar. É compreensível, penso eu, não querer ver seu filho vivenciando tais experiências, tendo essas sido compartilhadas do sofá que hoje é parte de seu fardo.

Entendemos essa narrativa partindo do pressuposto que a experiência é parte fundante da matéria-prima oferecida aos procedimentos do discurso científico de prova, já que essas experiências efetivam mudanças no ser social que dão origem a uma experiência modificada, da qual é determinante em relação as pressões sobre a consciência social existente (Thompson, 2021). Portanto, cabe reconhecer tais elementos inseridos nessas narrativas como parte integral das experiências desses indivíduos ou, pelo menos, da interpretação da qual eles têm sobre essa experiência.

João também é um pescador de tradição familiar. Assim como Pedro, seguiu os passos do pai e desde pequeno foi inserido no contexto da pesca, tendo iniciado no ofício em 1985:

A minha história? A minha história é assim, ó... O pai já trabalhava na pesca, o meu pai, e nós fomos criados no interior. Então, o meu pai já tinha barco. Então, a gente foi ficando maior e veio vindo pra Torres, né? E aqui a gente foi entrando direto pra pesca. Então, já foi deixado os estudos de lado, porque já era muita dificuldade já, há 50 anos atrás, né? Então, hoje eu tenho 53 anos. Eu vim pra cá, eu acho com uns 12 anos. [...] Tenho aí 41 anos, eu acho, de mar 40 anos aí, já, tranquilo, de mar. Então, o pai, como já morava aqui, o pai tinha barco e nós fomos trabalhando com ele. E muito em breve, eu fui pegando as coisas tão fácil, que eu com 17 anos já era encarregado de barco. 17 pra 18 anos eu já era mestre. [...] Naquela época era um tabu, né? Ser mestre de barco com 17 pra 18 anos. (João, 2025)

João, assim como Pedro, é um pescador experiente, e tem a pesca como atividade exclusiva em toda sua trajetória profissional. Já passou por embarcações grandes, que passavam dias no mar, barcos menores e, atualmente, é dono do próprio bote, que tem por volta de 10 metros. O fato de ter iniciado tão cedo lhe colocou, como ele mesmo relata, rapidamente em uma posição hierárquica mais alta, sendo mestre de barco já aos 18 anos. Podemos traçar paralelos entre as narrativas de Pedro e João no quesito tradição familiar e inserção na pesca.

Todo apanhado sociocultural familiar inserido em uma família da qual a pesca é presente entre as gerações proporciona uma profissionalização desses sujeitos no ofício, algo que é reforçado com a rápida ascensão de João à mestre.

Se levarmos em consideração que muitos dos pescadores que atualmente entram na pesca não tem sequer algum tipo de registro, podemos reconhecer a ausência da questão cultural relacionada as famílias de pesca como um déficit formativo diretamente ligada a essa transição geracional. Evidentemente tal hipótese não se sustenta se considerarmos essa questão como o principal e/ou único motivo de irregularidades, entretanto, a ausência de preparo e inclusão está diretamente ligada a troca de experiências, que por sua vez tem reflexo direto na identidade da categoria, na qualificação da mão de obra e na precarização da qual esses indivíduos estão sujeitos.

João também tem filhos, entretanto, a sua configuração familiar apresenta alguns elementos pertinentes para serem evidenciados. Quando questionado sobre seus filhos e sua condição de pescadores ou não, João respondeu:

Não, dos meus filhos, e o pior que eles são enraizados, eles gostam. Esse tá fazendo faculdade, mas ele trabalha comigo. E o outro hoje trabalha aqui no centro, de ferreiro, mas ele também comprou uma embarcação pra ele, ele tem. E quando ele tem tempo ele trabalha no mar também, sozinho, ou ele pega um dos guris que trabalham junto lá e vão pro mar, então ele é sempre envolvido com a pesca também. (João, 2025)

Há dois elementos que caracterizam essa narrativa. A primeira é o fato de seus filhos terem uma ligação com a pesca, portanto, há uma espécie de continuidade. A segunda, em contraponto, é o fato da relação de seus filhos com a pesca não ser a mesma que a sua, isto é, não é a principal atividade de seus filhos, tanto do mais velho quanto do mais novo, o que se expressa, nessa perspectiva, como um rompimento.

Seu filho mais velho trabalha na obra, seu filho mais novo é estudante. Ao dizer que eles são “enraizados”, se identifica o caráter da tradição ligada a pesca e esses sujeitos, entretanto, não necessariamente esse “enraizamento” se dá nas mesmas proporções que se deram outrora no caso de João e seu pai. É relevante reconhecer que há uma mudança e que, apesar de certa forma a pesca continuar presente na vida de seus filhos, essa relação se modifica, assim como demais processos envolvendo a dinâmica da pesca na região.

Essa hipótese se baseia na condição profissional de seus filhos. O mais velho trabalha como ferreiro em obras tem a pesca como uma prática subalterna a sua principal fonte de renda. A pesca surge então como um complemento de renda, deixando de ser, como foi para seu pai, uma trajetória protagonista em sua vida. Para seu filho mais novo, que atualmente trabalha com

ele, está presente a formação superior, o que, inevitavelmente, já nos direciona a uma ideia de formação profissional que foge a lógica da pesca. A partir dessa configuração, podemos entender a pesca para esse sujeito como um trabalho familiar temporário para compor sua renda enquanto sua trajetória acadêmica está em desenvolvimento.

É fundamental reforçar que não é intenção nossa tomar uma posição positiva ou negativa quanto esse processo de continuidade ou não da atividade. Cabe reforçar que escolhas pessoais integram esse processo; além disso, João abandonou os estudos para seguir na pesca ainda jovem, e poder proporcionar a educação de seu filho com os provimentos de seu trabalho é uma mudança também na configuração social da família. Cabe a nós somente a ler tais experiências como dados e, a luz das questões que propomos, poder derivar dessa fonte evidências relativas as transições indissociavelmente ligadas ao tempo histórico (Thompson, 2021).

Fato que potencializa a compreensão dessa mudança é que, apesar de dizer que seus filhos estão enraizados no ofício, no decorrer da entrevista, quando questionado sobre a continuidade da atividade no município através do surgimento de uma nova geração de pescadores, João disse que não acredita que haja essa nova geração:

Eu acredito que mais uns 15 anos aí a coisa vai ser bem precária. A maioria que tá trabalhando vai estar aposentado ou já não vai ter condições de trabalhar. E a pesca ela vai se acabando no si, no geral. Não precisava nem fiscalização porque ela vai se acabar. Porque ninguém tá entrando. Só tá saindo. Só os antigos. Que tão se aposentando ou não tem mais condições de trabalhar. Porque o mar ainda exige e toda a tecnologia que eu te falei ainda exige muita força braçal ali, né cara? Mesmo estando mais fácil ainda é muito difícil. Ainda é muito difícil. Ainda é muito difícil. (João, 2025)

Paradoxalmente, João observa um enraizamento dos seus filhos na atividade, mas afirma que ninguém está entrando, só saindo da pesca. Essa percepção se traduz no reconhecimento dos desafios que envolvem a continuidade do ofício, fato que ele expõe, na sua interpretação, estar diretamente ligada a dificuldade que envolve o trabalho da pesca, já que ele apresenta que, mesmo com todas novas inovações que facilitam o trabalho, a pesca ainda segue sendo um trabalho difícil, que requer muita força de mão de obra humana. Algo que complementa o reconhecimento da falta de continuidade de seu legado é que João, apesar de dar a entender que gostaria de ver os filhos seguindo seu caminho, não acredita que isso irá ocorrer:

[...] Mas tá complicado, complicado. A pesca tá... A gente porque gosta mesmo. Eu gosto, né? E vou morrer trabalhando, isso aí é... Queria com meus filhos tocar essas coisas, mas... Acredito que quando o cara morrer vai tudo junto. (João, 2025)

Para compreender esse caráter de rompimento e também de reconhecimento das dificuldades que envolvem a pesca, há um fator consoante entre a narrativa de Pedro e João. Para além das questões envolvendo os riscos de saúde presentes no ofício, algo bem evidenciado no discurso anteriormente citado de Pedro, reconhecemos na narrativa de João outro elemento que já havia sido destacado por seu colega mais velho: a questão do tempo. O tempo surge como um dos elementos fundamentais no que se refere a dificuldade do ofício.

Se levarmos em consideração a hipótese de muitos desses indivíduos estarem inseridos em condições industriais, mesmo que informalmente, a questão do tempo deixa de ser uma simples condição envolvendo uma característica de um ofício que envolve a relação entre homem e natureza, isto é, trata-se diretamente da lógica de apropriação do tempo de vida desses sujeitos perante o capital, já que nessas condições a lógica operária ganha força se elencarmos as embarcações maiores como verdadeiros barcos-fábrica (Dai Prá; D'Dagostini, 2023).

Como foi apresentado, João já trabalhou em diversas embarcações, tendo possuído durante sua trajetória uma experiência variada a partir das diferentes relações de trabalho presentes em cada organização produtiva, isto é, envolvendo o tipo de embarcação e a relação trabalhista que a compõe. Um elemento que fortalece o tempo como um fator determinante para a experiência desses sujeitos é o fato de que o que fez João abandonar os barcos grandes para atualmente trabalhar em lanchas ou bote foi exatamente a sensação de dependência perante o tempo destinado nos barcos grandes:

[...] foi até pra ficar um pouco mais em terra, porque naquela época a gente não fazia viagem tão grande, mas vivia no mar, então eu não vi o meu filho crescer, normalmente eu era só no mar, só entrava, abastecia, o tempo tava bom, mar de novo, aí vai pro Rio Grande, trabalha lá no sul, volta, aí pra vir pra casa, entra na Laguna, aquela coisa toda, então eu mesmo pensei, pô, pra trabalhar é pra comer e beber, e o cara viver uma vida estável, digamos assim, né, já tem carro, casa, tinha tudo, digo lá, se não der certo, eu volto que eu tenho bastante proposta, eu tinha bastante proposta, eu tinha proposta que os caras iam ali em casa, eu te dou a metade do barco pra te ficar no barco, eu digo, não, mas eu não quero mais, tive várias propostas assim, e naquela época eles não faziam, hoje até estão fazendo, eu fui o único cara que eles iam ali, te dou a metade do meu barco pra te ficar trabalhando, e eu, não, eu vou pra lancha, “mas na lancha tu não vai ganhar pra ti comer”, eu vou tentar, se não der, eu volto, no começo tinha menos rede, né, então, claro, é mais precário, tudo no começo é mais difícil, né, mas graças a Deus fui, hoje não me arrependo, até me arrependo não ter feito uma embarcação que nem eu tenho hoje, já anos atrás, e ter deixado os filhos melhor do que o cara podia fazer. (João, 2025)

João relata não ter visto seu filho crescer por estar sempre no mar. Além disso, no final de sua narrativa, se diz arrependido de não ter tomado essa decisão anteriormente. Essa opção tomada pelo pescador é, em nosso entendimento, uma forma de resistência, mesmo que individual, perante os desafios e a precarização presente nos barcos maiores. Fato que corrobora

para essa compreensão é a evidente pressão que João sofreu a tomar tal decisão. João, mestre experiente, qualificado, foi uma força de mão de obra da qual os proprietários das embarcações maiores, possivelmente ligados as empresas da região, não queriam abrir mão.

Essa pressão se apresenta em sua narrativa de duas formas: barganha e intimidação. O pescador relata que quando decidiu migrar para barcos pequenos, recebeu diversas propostas para que se mantivesse no trabalho habitual, a ponto de irem pessoalmente até sua porta na tentativa de convencer o trabalhador a ceder. O que chama atenção, que em nosso entendimento é o elemento que mais contribui para a hipótese que propomos, é o fato de que posteriormente a barganha frustrada, foi lhe dito que ele não teria condições de se manter, sequer para “comer”.

Entendemos essa contestação que lhe foi dirigida como uma evidente forma de intimidar e persuadir o trabalhador a aceitar as condições que lhe eram impostas, que se materializa com a tentativa de impor o medo do fracasso a João, que era e é, diga-se de passagem, um pai de família e responsável, portanto, pela manutenção econômica não só de si, mas de seu núcleo familiar como um todo. As circunstâncias evidenciam o caráter nefasto dessa pressão, que partindo de nosso aporte teórico se baseia no confronto entre as experiências modificadas do trabalhador - e sua consciência advinda dessas experiências - e a força hegemônica do senso comum dirigente, que se esforça em persuadir a própria consciência dos trabalhadores sobre si - o valor de seu trabalho e sua potência - e sobre demais âmbitos que configuram suas relações profissionais e pessoais (Gramsci, 2024).

João não cedeu a tais pressões e trabalha desde então como pescador autônomo em seu próprio bote. Essa condição possibilita criar a hipótese de que esse sentimento particular de João, baseado em suas experiências, lhe proporcionem o sentimento de pertencimento a pesca e a vontade de uma continuidade - aparentemente frustrada - através de seus filhos. Entretanto, essa vontade, motivada por diversas questões particulares, não o emancipa de reconhecer tais dificuldades, leia-se, João sabe dos desafios e pressões que envolvem o ofício e por isso suas suposições sobre o futuro da pesca não são promissoras.

Tiago, que tem 40 anos e ingressou na pesca aos 18 anos em 2003, apesar de também ter vindo de uma família com tradição na pesca, diz que em um primeiro momento não queria seguir. Quando questionado se desde sempre queria ser pescador a resposta de Tiago foi um curto e simples “não”. O que teria motivado a continuidade do ofício de seu pai foi, segundo ele, as dificuldades financeiras:

Não. [...] Uma necessidade. Minha família era pobre. [...] Eu continuei a estudar até os 18. Depois dos 18, quando eu fiz o ensino médio ali, aí eu resolvi, como eu não

tinha condições de estudar, de fazer uma faculdade, daí eu parti pra pesca. Daí eu segui em frente.” (Tiago, 2025).

A questão das oportunidades ligadas as questões sociais são um elemento que caracterizam a narrativa de Tiago. Entendemos que, ao perceber dificuldades em seguir nos estudos posteriormente a escola, a pesca, possivelmente por ser uma prática ligada à sua família, surgiu para ele como a única e/ou melhor oportunidade profissional. Essa condição é relevante pois destaca que a continuidade da atividade da pesca nas famílias não necessariamente ocorre por uma opção afetiva ao ofício e/ou a cultura que o envolve, mas, como no exemplo citado, pode ser entendido em certos casos como a única opção da qual o sujeito tem a sua disposição.

Esse panorama contribui para a noção de que a continuidade na pesca não é determinante para se configurar tais casos como sendo alheios a precarização presente na categoria. Ao contrário, como vimos, a presença na atividade engloba outras questões econômicas e sociais que interferem diretamente na vida desses sujeitos, o que reforça a complexidade que envolve caracterizar a categoria de pescadores da região bem como a dinâmica da pesca de forma geral.

Entendemos assim que a falta de continuidade geracional tem relação direta com a ausência de transmissão de saberes e experiências, mas que, ao mesmo tempo, essa continuidade por si só não emancipa os trabalhadores de sofrerem com outras pressões relacionadas a sua classe, pressões essas que estão para além da prática da pesca em si, e que pertencem à dinâmica de suas experiências.

André, que tem 24 anos, trabalha como pescador a três anos, iniciando no ofício em 2022. Apesar de trabalhar no mar somente a três anos, relata que participa, em terra, das demais tarefas relacionadas a pesca desde a infância, por ter a família – mãe, pai, tio e irmão - inserida no contexto de pesca. Por ser o pescador mais jovem entrevistado, a posição de André sobre seu ofício pode ser compreendida como um exemplo da complexa configuração que envolve a perpetuação de novos sujeitos no ofício na região:

[...] faço faculdade de enfermagem, mas não sei se vou seguir na enfermagem ou se vou pra pesca. [...] Tenho essa dúvida ainda, por causa que na pesca eu gosto e ganho bem. A enfermagem mais ou menos, e agora tá ganhando pouco, né? Então é muita coisa pra lá e tô pendendo um pouco mais pra pesca do que pra enfermagem. (André, 2025)

O caso de André chama atenção pois, entre todos entrevistados, ele é o único que tem contato com o ensino superior e essa coalizão entre sua formação e o ofício de sua família é, por si só, algo que foge à regra da região. Mas o que torna tão relevante a narrativa de André é

o fato de o pescador estar aparentemente dividido entre qual caminho seguir, isto é, focar na trajetória da área da saúde ou perpetuar o legado da família dentro da pesca.

Apesar de se dizer “pender” mais para o lado da pesca, diferentemente de seu pai, que abandonou os estudos por conta da pesca, André não abandonou sua formação e nem parece estar disposto a tal. É pertinente destacar que sua faculdade é privada e ele paga integralmente seus estudos com a renda advinda da pesca. Além disso, o pescador afirma que em um primeiro momento a decisão de ir pro mar e começar de fato a ser pescador partiu de uma necessidade:

Tive que começar, foi por obrigatoriedade da faculdade. Porque não ia ter tempo de fazer um trabalho que coincidia com a faculdade. Aí eu tive que trabalhar, porque eu fazia meus horários. Porque às vezes eu podia falar, “pai, eu não vou terça-feira, que eu tenho aula.”, eu ficava em terra e ia pra minha aula. Não tem como fazer isso num serviço CLT, né? Não tem como falar pro cara, ah, eu não vou ir hoje. Aí foi quando eu comecei pro mar por causa disso. E daí depois o meu curso foi mudando pra noite. E eu gostei da pesca e continuei indo. (André, 2025)

Apesar de ter relatado que está mais interessado a continuar na pesca, fato é que, mesmo que momentaneamente, a pesca foi uma opção por necessidade a adaptação aos seus estudos, e não o contrário, o que fortalece que o próprio sentido dado a trajetória na pesca é diferente quando comparada, por exemplo, ao seu pai, que dedicou a vida inteira à atividade. Permanecendo ou não na pesca, o fato da conciliação entre mar e estudos já configura André como um exemplo da nova geração de pescadores, que se vê dividido entre a cultura familiar, qualidade de vida e objetivos financeiros.

Outro elemento que integra a condição dividida de André é a influência do próprio ambiente familiar. O pescador diz que há uma divisão de influências por parte de seus pais: enquanto sua mãe quer que ele siga na área da saúde, focando nos estudos, seu pai deseja que ele siga na pesca. Essa própria posição da família perante o futuro profissional de André já se qualifica como um fato determinante na experiência do pescador e, em um sentido mais amplo, demonstra bem as mudanças relacionadas a dinâmica da pesca como um todo:

E eu sempre falava que tem que fazer uma faculdade, alguma coisa pra garantir o estudo, né? Dizem que ganha bem, que é um pouquinho melhor do que esse serviço mais comum. Daí foi por esse lado sim. Não pensava muito, mas daí foi chegando ali nos 18, eu comecei a pensar mais em faculdade. A família, minha mãe começou a incentivar mais, né? O pai já queria que eu fosse pra pesca desde sempre. Porque quando eu era criança também falava que ia pra pesca, que ia ser pescador e não que eu ia trabalhar em outras coisas. E daí o pai já queria que eu fosse pra pesca, porque a família toda é pescadora. E eu já queria fazer depois a faculdade, a mãe, né? “Ah, faz faculdade.” o sonho da minha mãe era que eu fosse pra Marinha. Aí depois eu pensei que dá pra fazer a enfermagem na marinha também. E aí foi indo, foi por causa disso. Na real fui levando, sim. O cara vai indo, vai entrando e vai entrando na faculdade, aí tu tá fazendo um pouco dos dois, né? É, daí nos 18, terminando o terceiro

ano, os amigos tudo indo e entrando pra faculdade, já foi tudo embalado e cada um foi pro seu canto ali, mas daí todo mundo na faculdade. (André, 2025)

Há, portanto, uma série de fatores que compõe a “dúvida” de André. Desde anseios próprios, como objetivos financeiros e o gosto pela pesca, até disputas no âmbito familiar que envolvem seu futuro, como o sonho de sua mãe e a continuidade do legado de seu pai. Outro fator também é a influência do ambiente externo, como as amizades que estão para além dos muros da pesca e, sendo assim, apresentam uma série de possíveis questionamentos e vontades a serem reflexos dessas inevitáveis influências.

Levando em consideração as diferenças que caracterizam a concepção das experiências entre os mais velhos e mais jovens, é relevante também, além de colocar em perspectiva as trajetórias desses sujeitos em relação a pesca, reconhecer as aproximações e distanciamentos no que se refere a visão desses indivíduos sobre o futuro da pesca na região.

Quando questionado sobre como observa os caminhos da pesca na região, André apresenta uma interpretação que em parte complementa as narrativas até aqui, isto é, de que envolve um distanciamento da nova geração. Entretanto, também apresenta um caminho que envolve uma mudança na dinâmica da pesca no que ele entende como uma manutenção das relações de produção:

Cara, eu acho que vai migrar muita gente do barco pra bote. Eu acho que vai ser isso. Eu acho que aqui vai se transformar igual é na Barra da Lagoa, lá em Florianópolis, que lá é muito botezinho e pouco barco grande. Eu acho que os barcos daqui vão começar a migrar pra outros lugares, vai deixar a gente... Porque os meus conhecidos já estão saindo do barco que fica um mês, 20 dias no mar, pra barco que fica uma semana, eles já querem isso, já não querem mais ficar muito tempo no mar. E aí agora com essa ascensão dos botezinhos de ir todo dia, ter mais conforto, esse vai ser o futuro, mas também barra naquilo de que a nova geração não quer, né? Ou não tem muito contato, porque visando só o lucro é uma profissão boa. A gente lucra bem. Se tu saber guardar, tu ganha bem. Ganha melhor que um CLT, um trabalho no mercado, alguma coisa assim, né? Depende até de faculdade, ganha mais do que quem é de faculdade. No meu caso, ganharia mais do que a minha faculdade. E... Falta um pouco de incentivo, né? A pessoa conhecer mais também, às vezes acha que é uma coisa, mas nunca foi pra ver como é que é. Se tivesse um pouco mais de incentivo..., mas é difícil, a pesca tá dando uma acabada. Não só aqui em Torres, né? No Passo de Torres, mas acho que em todo o continente. (André, 2025)

Esse recorte de sua narrativa carrega uma ampla concepção, abordando diferentes esferas que envolvem os processos da pesca, são elas: a) a migração de pescadores para embarcações menores – botes e lanchas – como resultado de uma insatisfação relacionada, de forma geral, às condições de trabalho e, em particular, do tempo em mar; b) para André, os provimentos financeiros advindos da pesca são melhores que outras possibilidades profissionais

formais; c) a falta de continuidade – algo em coalizão com as narrativas de seus pares – da pesca em uma possível nova geração, que ele entende que ou não quer, ou não tem contato e informações suficientes para tal; e d) para André, a pesca está dando uma “acabada”, e essa constatação amplia essa condição para a pesca como um todo, não somente a realizada em Passo de Torres.

As condições particulares dos sujeitos não integram o planisfério teórico do tempo histórico no que se refere aos acontecimentos históricos propriamente relacionados, portanto, o acontecimento histórico é bem distinto da soma de objetivos e intenções individuais (Thompson, 2021). Todavia, ao tratar das concepções do pescador acerca da dinâmica que o cerca, não estamos estabelecendo uma constatação de que somente isso seja necessário para a consolidação dessas hipóteses e/ou ignorando as intenções individuais que moldam tais interpretações. Entendemos que a soma das experiências que proporcionam tais indagações, interligada ao contexto e demais fontes, sustentam o fôlego de tais narrativas e interpretações enquanto objetos históricos reais.

Partindo dessa perspectiva, as indagações de André sobre os processos futuros que envolvem seu ofício contribuem na caracterização da pesca em Passo de Torres e, em certa medida, da caracterização do perfil do pescador passotorrense¹⁸. Além disso, apresentam um panorama que envolve uma possível mudança na dinâmica da pesca na região, algo – em parte – inédito nas narrativas estudadas até aqui.

Essa hipótese apresentada por André é fundamental para a compreensão de uma resistência desses sujeitos perante as condições atuais da pesca na região. Ao dizer que acredita que irá ocorrer uma migração de barcos grandes para os botes, André está fazendo um prognóstico baseado na sua experiência e na de seus pares, algo diretamente ligado as experiências negativas das quais esses sujeitos tem perante o seu tempo de permanência em mar. Quando retomamos as narrativas de João e Pedro, por exemplo, essa suposição de André se fortalece se lembrarmos que para esses pescadores citados, o tempo em mar é parte indissociável dos desafios do ofício.

João, como vimos, abriu mão dos barcos grandes para ter mais tempo em terra, narrativa fortalecida com a constatação de que não viu seu filho crescer. É possível traçarmos paralelos entre a narrativa de André e a transição de João para o bote já que, potencialmente, a mudança de embarcação por parte de João é uma evidência do processo observado por André. Trata-se

¹⁸ Aprofundaremos sobre a caracterização desse perfil no próximo capítulo. Entendemos que, dada as complexas condições da pesca e os sujeitos inseridos nesse processo, tal proposta requer um aprofundamento mais amplo, onde cabe a dedicação de páginas exclusivamente para esse esforço.

de uma hipótese, mas é fato que tais narrativas se fortalecem se considerarmos, como propomos, tal processo como uma mudança advinda da consciência desses sujeitos perante os desafios dos quais estão inseridos.

É relevante ainda destacar que João tomou a decisão de mudar o tipo de embarcação da qual iria trabalhar no passado, e o fato de André dizer que observa em conhecidos uma mudança gradual para barcos que ficam cada vez menos dias em mar, pode ser interpretada como o indício de um processo lento e gradual de mudança na lógica produtiva de Passo de Torres. Nesse ponto de vista, João teria sido um dos percussores de um processo que segundo André ainda está para ocorrer.

Outra questão destacada da narrativa de André é o fato de o pescador ver a pesca como uma fonte de renda promissora quando comparada com outros empregos e/ou atividades profissionais como um todo. O pescador ainda reforça que, na sua interpretação, a pesca pode lhe proporcionar condições melhores que a sua própria área de formação, isto é, a enfermagem. Essa suposição é relevante pois, ao dizer que a pesca apresenta uma série de precariedades e desafios, o retorno financeiro se apresenta como principal atrativo para a atividade e não necessariamente a questão salarial seja um fator negativo.

Ao mesmo tempo, é relevante questionar o que é considerável um bom ou mal retorno financeiro para André. O pescador atua no barco do pai, que é uma lancha de propriedade da família, esse elemento é determinante para compreender que as relações trabalhistas de André não necessariamente implicam uma lógica de boa compensação financeira passível de ser incorporada a toda categoria. Além disso, pescadores enquadrados em outras condições trabalhistas, como no caso de barcos maiores, tem seus rendimentos baseados não somente na captura do peixe, mas na divisão hierárquica – sistema de “partes” – do rendimento, que é dividido, anterior a esse processo, em 50% com os donos das empresas/embarcações. Essa situação nos impede de caracterizarmos um valor médio de fonte de renda, já que esse valor está diretamente ligado ao tipo de embarcação que o pescador trabalha, a seu papel/cargo dentro do barco, aos gastos iniciais tomados como empréstimos consignados para ir ao mar e, por fim, a quantidade de peixe capturado.

Há ainda outros fatores diretamente ligados a opinião de André em relação as condições de renda em relação a pesca, como o fato de a pesca ser considerável rentável e atraente, mesmo com todos desafios que a cercam, poder reforçar as fragilidades da classe trabalhadora em outros tipos de trabalho, que o pescador se refere em geral como “CLT”. Essa percepção do pescador está em consonância com a perspectiva de Antunes sobre como as mudanças advindas da crise do capital influem diretamente na precarização de todos âmbitos da força de trabalho

humano (Antunes, 2025). Além disso, é importante reforçar que se trata de um jovem no início de sua trajetória profissional e acadêmica, que ainda mora com os pais e, portanto, tem sua renda limitada às suas necessidades individuais, o que pode ser diferente se levarmos em consideração sujeitos inseridos em um contexto de maior vulnerabilidade social e, também, no caso de indivíduos provedores de suas famílias.

Apesar dessa suposição futura sobre os possíveis rumos da pesca na região e, também, de elencar seu ofício como rentável em comparação a outras possibilidades de emprego na região, André acaba, por fim, reforçando a prerrogativa pessimista em relação à continuidade da pesca. Ao dizer, na sua perspectiva, que a nova geração não quer, e/ou que a nova geração não tem os incentivos necessários para tal, André reforça as demais narrativas destacadas até aqui, o que demonstra um pensamento uníssono em relação à continuidade da pesca. Mais que isso, afirma que a pesca está “acabando”, não só na região, mas como um todo.

Essa ideia de “fim da pesca” não deve ser interpretada como algo isolado a todo contexto capitalista. Não cabe determinar os processos futuros a partir do processo histórico estudado, entretanto, cabe compreender os processos presente e sua atual configuração para assim, a partir de uma concepção histórica, projetar as atuais dinâmicas que envolvem o ofício na região. Nesse sentido, ao dizer que a pesca vai “acabar”, podemos elaborar uma série de contestações e interpretações acerca dessa afirmação do pescador.

A pesca, enquanto prática ligada à captura dos peixes, talvez não acabe, todavia, é fato que como todo e qualquer processo histórico, a pesca em Passo de Torres como é caracterizada hoje, está fadada a seu fim, em uma perspectiva de mudança inerente a todas as esferas da vida humana, isto é, a pesca atual, do presente, está fadada ao fim assim como a vida daqueles que a fazem e de quem escreve estas linhas. Ao dizer que a pesca está dando uma “acabada”, o pescador pode reconhecer tais processos como parte integrante desse todo, mas, também, pelo menos em parte, estar sendo literal, já que as mudanças na lógica de captura dos peixes estão ligadas indissociavelmente à oferta desse peixe, e é observado nas narrativas a ideia de que em um passado recente havia maior fartura de peixe. Partindo desse pressuposto, aprofundando as questões ambientais que cercam toda a dinâmica econômica predatória, como é o caso da pesca, a pesca pode de fato – seja no tempo que for – estar acabando, não pela sua prática, mas pelo seu objetivo final: os peixes.

Além disso, a incorporação das tecnologias e toda transformação do sentido da pesca artesanal, algo consolidado na região, fazem com que a lógica de captura esteja cada vez mais visando a adaptação às condições de mercado. A incorporação de tais tecnologias e as mudanças nas relações de trabalho estão diretamente ligadas a esse processo, pois como vimos, se trata da

incorporação da lógica industrial perante um ambiente que é, em teoria, artesanal, pelas condições físicas da região – as limitações estruturais da barra do Mampituba – bem como do cadastro desses pescadores que são ligados a uma colônia de pesca, e não a um sindicato profissional industrial. O maior tempo de permanência em mar, a precarização trabalhista, as problemáticas relacionadas a uma representação da categoria, bem como as irregularidades ambientais que integram a dinâmica local, se apresentam como parte dessas mudanças na relação homem e natureza advindas da lógica do capital, que pune o meio ambiente e cria soluções para problemas advindos de sua própria racionalidade. Essas soluções não visam a melhoria de condição dos trabalhadores, ao contrário, visam a continuidade do lucro independentemente das adversidades ambientais, mesmo que para isso as condições de trabalho sejam, inclusive, precarizadas ainda mais (Antunes, 2025).

Aprofundaremos no próximo capítulo tais problemáticas relacionadas a incorporação das tecnologias no meio artesanal e como, em nosso entendimento, tal apropriação modificou as relações trabalhistas da pesca artesanal. Além disso, procuramos abordar outros aspectos relacionados as experiências desses trabalhadores para, por fim, consolidar o esforço em caracterizar a categoria na região.

No terceiro capítulo também destacaremos a relação problemática entre os pescadores e a questão ambiental que, adiantando um pouco as complexidades, são extremamente conflituosas. Existe certa resistência dos pescadores em seguir parte da legislação ambiental, o que é um fator complementar as irregularidades presentes na região. Procuramos compreender os processos advindos dessa relação.

Procuramos destacar alguns aspectos das narrativas que não foram abordadas no segundo capítulo em consonância a um processo que é protagonista em todas entrevistas: a questão da barra. Entendemos essa reivindicação histórica pelo aumento da barra do Mampituba como um processo de resistência que está para além das diferenças geracionais, sendo um ponto em comum da categoria na região. Trata-se de uma trajetória de luta anterior a própria existência do município, mas que, como veremos, é carregada de desafios e disputadas que envolvem a busca por melhores condições de trabalho e, também, a resistência das empresas perante tal processo, já que o aumento da barra potencializaria a vinda de empresas de pesca e maiores embarcações industriais, leia-se, a vinda de uma indústria formal em detrimento da pesca de média escala informal observada na região.

3 MAR, TERRA E MAR: RELAÇÕES SOCIAIS E RESISTÊNCIA DE CLASSE NO MUNICÍPIO

No terceiro e último capítulo desta dissertação buscamos compreender os processos derivados da implantação das novas tecnologias no ambiente da pesca artesanal, isto é, entendemos que essa presença modifica, em parte, as relações de trabalho em mar. Buscamos ampliar a discussão sobre essa implantação ampliando esse problemática como algo pertencente a uma lógica mais ampla dentro dos mundos do trabalho.

A pesca artesanal apresenta uma carga cultural fortemente relacionada com seu fazer, o que proporciona relações complexas que ultrapassam a convivência de trabalho, se misturando com as relações culturais que estão envolvidas na tradição do ofício. Sendo assim, reconhecer as relações sociais que caracterizam o cotidiano de ofício desses trabalhadores é um exercício que está para além das características trabalhistas industriais ou urbanas, onde a presença de uma forte carga cultural ligada a natureza proporciona uma condição ímpar no convívio entre esses trabalhadores e de sua relação com o ofício. Essa condição ímpar potencialmente sofre influência com a incorporação de novas tecnologias digitais dentro de um ambiente que é, a priori, artesanal.

Além disso, parte dessa ligação cultural fortemente ligada ao mar e, em um sentido mais amplo, a natureza, proporciona uma apropriação e interpretação dos possíveis impactos do ofício em relação ao meio ambiente. Essa relação é ambígua, pois se por um lado reforça a relevância da experiência prática desses trabalhadores, por outro denota um possível distanciamento da realidade ambiental que os cerca. O reflexo disso é uma relação complexa que envolve um conflito de narrativas entre Estado e categoria acerca das políticas ambientais e a prática profissional da pesca, processo esse que buscamos problematizar e compreender neste capítulo.

O sentimento uníssono desses trabalhadores perante uma reivindicação já histórica por parte da categoria também foi debatido aqui por nós. A questão das limitações e dos desafios que a atual configuração dos molhes do Mampituba proporciona nos levou a promover uma reflexão sobre o impacto desses desafios no trabalho e na vida desses trabalhadores, em relação aos quais não fazemos um aprofundamento técnico acerca da barra, mas sim uma problematização centrada na relação entre esses indivíduos e a barra, reconhecendo as narrativas e posições desses sujeitos enquanto um movimento de resistência.

Por fim, propomos a caracterização do perfil do pescador artesanal embarcado de Passo de Torres, reconhecendo as limitações e desafios que envolvem o fôlego para isso. Através do cruzamento de fontes, buscamos caracterizar esse perfil – ou, como veremos, perfis – tendo

como base principalmente os dados oficiais e nossa pesquisa. Introduzindo um pouco do assunto, destacamos as informalidades que tornam parte das estatísticas problemáticas, propondo que os dados quantitativos do Estado devem, no local estudado por nós, levarem em consideração os trabalhadores que no papel não são pescadores, mas que a prática cotidiana os faz.

3.1 A INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA NA PESCA ARTESANAL

A dinâmica da pesca em Passo de Torres envolve processos históricos que podemos reconhecer como para além das características locais, isto é, as mudanças relacionadas ao ofício da pesca no Brasil em geral. É fato que as particularidades locais determinam o perfil da pesca e dos pescadores na região, entretanto, parte dessas particularidades pertencem as mudanças do capital em um contexto amplo e perpétuo de transformação e adaptação. Se tratando da pesca propriamente dita, parte dessas mudanças se traduz na implementação de novas tecnologias, algo que extrapola o meio industrial e se insere também no cotidiano dos pescadores artesanais.

A implementação de novas tecnologias dentro da pesca tem diferentes objetivos e intenções, leia-se, não pretendemos generalizar como todo e total desenvolvimento dentro do meio pesqueiro ser atribuído a uma lógica nefasta do neoliberalismo, se reconhece avanços inclusive no meio ambiental e, também, que buscam maior segurança aos indivíduos inseridos nessa atividade. Porém, é fato que predominantemente o desenvolvimento dentro da lógica do capital – comumente atribuído como progresso - é baseado na ideia do lucro, e quando tratamos de uma atividade predatória, esse lucro se traduz na maior captura possível do pescado e no menor custo possível para isso.

Apesar do grande potencial pesqueiro, o Brasil ainda não ocupa lugar entre os países que mais produzem pescado no mundo, parte disso está associado a um baixo investimento no que se refere a parte de infraestrutura da pesca brasileira:

[...] a frota pesqueira nacional, tanto a artesanal quanto a industrial é, predominantemente, de barcos de madeira e com pouca tecnologia empregada. Dessa forma, o nível tecnológico das embarcações pesqueiras é um ponto crítico para o setor da pesca industrial, sendo que a frota atual está, completamente, defasada. A falta de inovação tecnológica e equipamentos mais eficientes resulta, a longo prazo, em altos custos de operação e redução da produtividade em todo o setor. [...] quando comparamos a frota pesqueira industrial com a de países vizinhos como a Argentina, Chile e Peru, verifica-se que a frota brasileira se encontra muito atrasada no desenvolvimento de pesqueiros eficientes e lucrativos. Inclusive, a grande maioria das embarcações em operação na costa brasileira foram construídas na década de 80 e 90, muitas delas ainda em madeira. (dos Santos, 2025, p. 65)

Levar em consideração esse atraso é relevante para nossa intenção por dois motivos. O primeiro é reconhecer as limitações para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da atividade no país, sem desconsiderar, entretanto, que tal desenvolvimento tem ligação com os demais aspectos políticos e econômicos do Brasil. O segundo é considerar que o atraso do desenvolvimento, principalmente industrial, da pesca, possivelmente potencializa as estreitas fronteiras políticas e práticas dessas duas categorias profissionais, isto é, pesca artesanal e pesca industrial.

Outra consideração importante a se fazer é uma contestação ao autor citado ao enquadrar as duas categorias de pesca como atrasadas, por serem, por exemplo, “predominantemente de madeira”. Reconhece-se, no nosso entender, que o próprio autor aproxima essas duas categorias de pesca ao comparar as duas em uma condição que não cabe comparação.

O argumento que sustenta nossa afirmação é que a pesca artesanal é, por definição, um ofício muito mais enraizado a uma lógica de tradição cultural e, também, de subsistência. A própria produção e manutenção desses barcos de madeira, tidos como “atrasados”, estão inseridos em um sentido amplo de fazeres manuais que fazem parte de um contexto de trabalho artesanal. Em um possível paralelo, seria como considerar que um relógio de movimento mecânico é, apesar de toda engenharia humana empregada, mais “atrasado” que um relógio a quartzo e/ou digital, ou ainda, que um artesão que pinta retratos é, no presente, mais “atrasado” que um fotógrafo.

Partimos disso para reforçar o caráter artesanal que dá sentido a vida e ao fazer desses trabalhadores, mais que isso, pretendemos afirmar que esse sentido se transforma a partir de pressões que mudam a lógica de vida e de pertencimento desses indivíduos em uma sociedade onde o material é parte indissociável das possibilidades de existência. Nessa lógica, ao equiparar as duas categorias para uma comparação no sentido de infraestrutura tecnológica, entendemos que o autor está condicionado a essa perspectiva que tanto criticamos em nossa pesquisa, pois sua constatação se baseia predominantemente a aspectos quantitativos e produtivos.

Não procuramos deslegitimar as contribuições de seu texto, trabalho do qual contribuiu para a definição de variados aspectos de nossa pesquisa. Entretanto, enquanto pesquisadores e historiadores, entendemos que seu ponto de vista parte justamente da mesma pressão da qual os trabalhadores estão inseridos, isto é, as mudanças ocorridas na dinâmica industrial e a ameaça de fim da pesca artesanal está diretamente ligada a uma mesma lógica produtiva cada vez mais incorporada a essa categoria. Sendo assim, essa comparação e ênfase no desenvolvimento tardio da pesca brasileira é relevante para destacar os atrasos industriais, mas ajudam também, em

parte, a entender o avanço das tecnologias no meio artesanal, algo presente nas narrativas dos trabalhadores entrevistados.

Pedro, o mais veterano dos entrevistados, apresenta em seu discurso um pouco dessa mudança dentro da pesca. Fica evidenciado em sua narrativa que o pescador viveu e trabalhou em um contexto de transformação tecnológica na sua prática:

Só que não ia muito longe, porque o barco era pequeno na época, o barco pegava 30 toneladas na época, e daí a gente não ia muito pro sul pra não pegar tempo na viagem. Porque naquela época só tinha um radiozinho, um radiozinho pra gente escutar o movimento da SUDEP, que passava a meteorologia pra nós, né? A todos os barcos, e não tinha o rádio PX, antigamente, não tinha o VHF, não tinha a ecosonda, não tinha nessa época. A gente, pra ver a profundidade que a gente tava, tinha que usar um prumo, usava um prumo numa corda, um prumo de dois quilos, numa corda, e botar sabão embaixo, botar sabão embaixo do prumo, aí puxava ele, batia ele, depois puxava pra saber se tinha pedra no fundo, se tinha areia, porque tinha muitos lugares que a gente já conhecia, onde tinha pedra, onde não tinha, porque naquela época os barcos cercavam, às vezes, mais de peixe grande, e na virada da pedra, assim, né? E não sabia a posição certinha da pedra, porque não tinha os aparelhos, não tinha os aparelhos nenhum, só mal, mal tinha uma bússola, na época. Só mal, mal tinha uma bússola, não tinha mais nada. Então, pra... Às vezes, pra traçar um rumo, essas coisas, pra chegar de um ponto no outro, tinha que pegar a carta náutica, e dali traçava o rumo, traçava o rumo com a régua paralela, compasso, né? Então traçava o rumo certinho, aí dava o horário tudo certinho, a gente sabia o horário tudo certinho, então era assim. (Pedro, 2025)

Esse relato de Pedro se refere ao começo de sua trajetória na pesca, período que corresponde de 1965, ano que ele teria iniciado na pesca, até a década de 70, mesma década da qual se mudou de maneira permanente para Santa Catarina.

Seu relato é relevante pois apresenta um processo gradual de transformação e incorporação de tecnologias mais modernas dentro da pesca artesanal. Se destacam duas questões fundamentais de sua narrativa: a) a ausência de algumas tecnologias atualmente empregadas limitava a área de atuação dos pescadores; b) o conhecimento técnico e prático era muito mais necessário e presente na rotina de empreitada.

Se reconhece um cenário onde o que era feito através de uma corda, peso e sabão para medir a profundidade da água e o terreno, ser realizado atualmente de maneira automática pela ecosonda, algo que é tão presente na atual dinâmica da pesca que se apresenta como um equipamento fundamental para a pesca embarcada, mesmo para as embarcações artesanais. É relevante destacar que somente um equipamento desse – dependendo da marca/modelo da ecosonda - pode custar mais que a própria embarcação.

O rádio PX, outro aparelho citado, é atualmente um equipamento essencial, do qual proporciona a comunicação com outras embarcações e, também, com a marinha. Muito do que hoje está presente como “elemento básico” para o exercício da pesca, em um passado recente

não estava presente. Há ainda, outro elemento que, de todos citados até aqui, talvez seja do qual os pescadores mais tem dependência para a realização de seu trabalho no presente: o GPS.

Hoje em dia não, hoje em dia já tem o GPS, porque tem tudo, qualquer posição já tem, né? No GPS o cara pega a posição de qualquer lugar, qualquer lugar, tem uma posição, as coordenadas, né? Latitude, longitude, então só botou no GPS ali, latitude, longitude, já dá o rumo certinho, dá o horário certinho, tá tudo certinho, não tem... Se botar um prego lá fora, se a pessoa marcou a posição, marcou a posição no GPS, do prego que jogou no fundo, se eu sair daqui, vou andar uma hora, duas horas, três horas, chego lá na mesma posição, só largar um ímã pra baixo, eu pego o prego. Hoje em dia é assim, né? Muito mais fácil, antigamente não, antigamente não tinha. (Pedro, 2025)

As cartas náuticas, a bússola, o compasso, as cordas com peso e sabão, foram substituídos por sondas, rádios modernos e radares. É fato que essas tecnologias, ou pelo menos parte delas, melhorou as condições de trabalho e a segurança desses trabalhadores, entretanto, é relevante considerar que em um sentido amplo, a incorporação e o desenvolvimento tecnológico da pesca artesanal se traduzem na mesma lógica em que se sustenta o discurso de “atraso” das frotas brasileiras: tais equipamentos visam não somente a melhor condição de trabalho, mas, principalmente, a maior capacidade de captura do pescado.

Podemos sustentar isso pois as tecnologias incorporadas no meio artesanal estão para além de equipamentos de geolocalização. Equipamentos como guinchos mecânicos, motores a combustão, tipos de malha de rede entre outros equipamentos, estão inseridos em um contexto de maior quantidade de pescado a ser capturado no menor tempo possível e com a menor quantidade de homens possível e, nosso entender, com a mão de obra menos qualificada, algo inerente em um contexto de facilitação prática de um trabalho majoritariamente manual.

Figura 10 – Pescadores desmalhando peixes puxados por guincho mecânico



Fonte: autoria própria (2025)

Há ainda outro fator que devemos destacar durante a narrativa de Pedro. Ao falar desse passado recente, quando conversado sobre as espécies e métodos de captura utilizados, Pedro afirma que era muito adepto a pesca de Garoupa através do método de espinhel. O que chama atenção é que, segundo Pedro, era muito mais fácil realizar a captura, mesmo com equipamentos mais limitados quando comparado ao presente:

[...] e na época dava bastante garoupa também apesar que a gente trabalhava com pouco espinhel, pouco anzol, trabalhava com pouco anzol mas dava bastante, teve dia da gente pegar [sic], uma largada só pegar 800 kg de garoupa uma largada, com 373 anzol nós tínhamos, agora pegar 800 kg de garoupa, hoje em dia eles vão 2500 anzol fica aí uma semana pra pegar 6...8 toneladas com 2500 anzol né, e nós com 373 anzol, teve dia de nós pegar 800 kg vê a diferença a gente pescava bem melhor do que hoje em dia porque poucas pessoas pescando, hoje em dia tem mais [...] teve uma diminuição de produção. (Pedro, 2025)

Essa afirmação de Pedro vai de encontro com algo reconhecido em outras narrativas dos pescadores: a oferta de peixe baixou. Os relatos referentes ao passado, principalmente de Pedro e João, pescadores mais velhos, apresentam um passado recente de maior fartura, do qual era possível realizar a captura de espécies de maneira “muito mais fácil”. Ao afirmar que mesmo com uma quantidade diminuta de espinheis, sete vezes menor que utilizado atualmente, era possível capturar quase uma tonelada em apenas um dia, Pedro está compartilhando sua

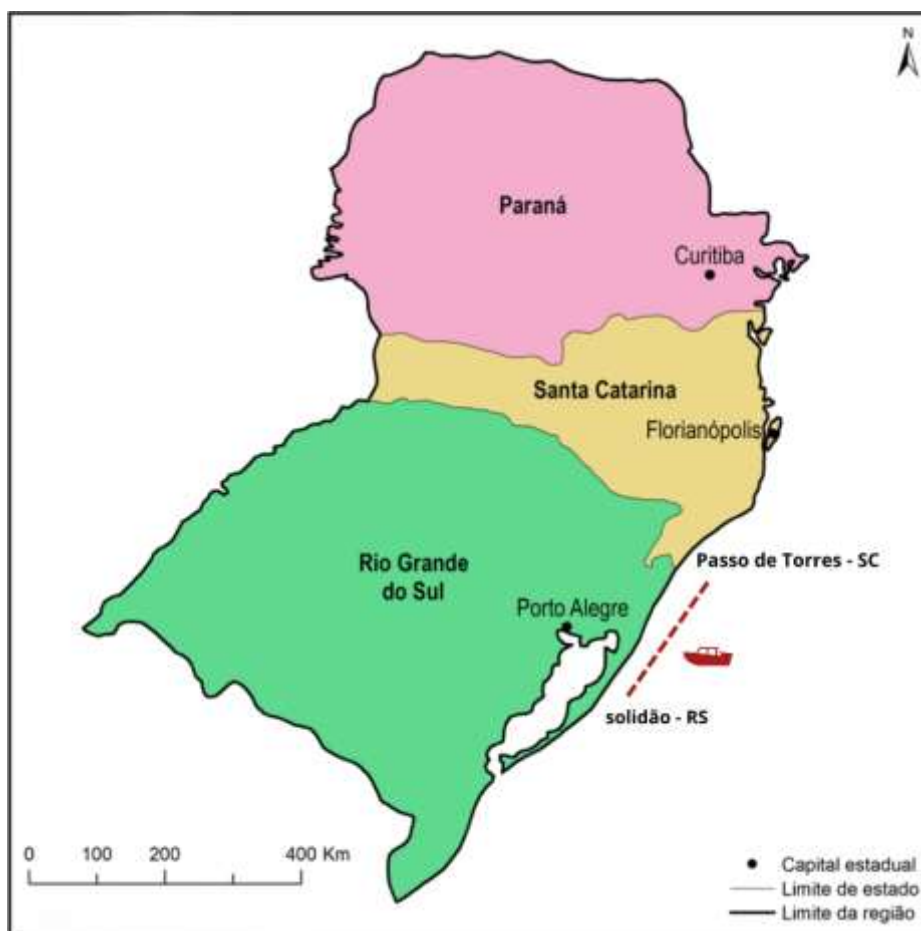
experiência ao passo que denunciando uma evidente mudança nas condições predatórias da região.

Partindo dessa perspectiva do pescador, podemos levantar algumas hipóteses relacionadas a esse desenvolvimento tecnológico das embarcações. O que devemos questionar é: se de fato a oferta produtiva de pescado baixou, o que levou a essa mudança? Os barcos se desenvolveram para aumentar as condições de captura em um contexto mais limitado? A pesca de média escala realizada na região com consideráveis informalidades tem influência nessa mudança? A pressão da pesca industrial com barcos maiores nacionais e estrangeiros atuando próximo a costa brasileira no sul tem, em um sentido mais amplo, impacto também na pesca da região? Fato é que a incorporação de novas tecnologias bem como o aumento do tamanho das redes, embarcações, espinheis, potencializa as condições de captura, o que não necessariamente garante essa captura.

Outra questão presente na narrativa de Pedro era a limitação da distância de atuação das embarcações no passado. Atualmente, é comum que embarcações um pouco maiores que botes e lanchas se direcionem mais para o sul para acompanhar a presença dos cardumes e as espécies que costumam serem mais frequentes no sul dependendo da época do ano.

A região de Solidão, pertencente ao município de Mostardas/RS, é frequentemente citada pelos pescadores como uma região conhecida para se realizar a pesca. Em uma das saídas de campo do qual acompanhei esses trabalhadores fomos até essa região que, apesar da distância e do tempo de viagem de ida e de retorno, segundo os trabalhadores, o gasto em óleo e demais questões relacionadas a translocação até lá são recompensados pela melhor captura.

Figura 11 – Mapa da área de atuação comum dos pescadores embarcados de Passo de Torres



Fonte: Adaptado de baixarmapas.com

Esse aumento da área de atuação é resultado, entre outros fatores, do aprimoramento das técnicas de pesca, mas, também, das tecnologias empregadas em embarcações artesanais, onde a estrutura do barco permite um maior período em mar e uma maior capacidade de captura e armazenamento do pescado.

João, que também começou na pesca anteriormente a tecnologias como sondas e radares, também cita a região de Solidão como sendo uma região de comum destino por conta dos recifes que formam, segundo ele, uma parede de até 3km.

Tu vai pra sul, passa das bordas de Tramandaí, na época nós passava Pinhal, já era tudo escuro pra lá. Então, era só na bússola, nós não tinha nem GPS, não tinha nada. Então, era na bússola. Nós não deixava os tripulantes levar, porque nós tinha medo, porque senão podia ir na praia, porque lá é uma praia muito perigosa. Então, passava lá, era tudo escuro. Então, na Solidão, ele tem um farol. Então, pra achar o parcel, nós primeiro achava esse farol, que ele tem uma sinalização. E daí, ó, chegamos no farol, agora vamos botar a popa do barco pra zero grau, pra ficar a proa 180. Andava uma hora e dez, largava um ferro, dava uma arrastadinha, vê se pegava a pedra, que é uma pedra no fundo, né? Tem três quilômetros de pedra, que é os parcel. Aí, aonde achava, largava um ferro com uma bandeira, ó, sinalização, pra nós pescar ali, porque nós não

tinha sonda, não tinha navegador, mas a Pescada Branca, hoje é muito pouca, mas tinha tanta, tanta, era abundante Pescada, Corvina, o Cação. (João, 2025).

Além da convergência relacionado a questão da localidade de solidão e dos **parcéis** presentes dessa região, se reconhece em sua fala dois elementos também presentes na narrativa de Pedro: a) as mudanças tecnológicas que separam a realidade da pesca da região do passado recente com o presente; e b) a ideia de uma diminuição da oferta de peixe, que se apresenta como mais abundante nesse relato sobre o passado.

Os desafios relacionados a ausência de tecnologia presentes em sua narrativa corrobora para a hipótese de um distanciamento do conhecimento técnico e prático dentro do ofício. Ao assumir que era perigoso andar no escuro sem as atuais tecnologias de navegação, João reforça que o conhecimento técnico e o uso da bússola eram necessários para se chegar até o local de realização da empreitada. É relevante destacar que esse processo hoje pode ser realizado sem qualquer dificuldade no caso das embarcações com esses equipamentos, isto é, basicamente todas que possuem qualquer tipo de casaria, com ou sem condições de pernoite em mar. Qualquer trabalhador com um preparo mínimo e com um breve aprendizado é capaz de saber se localizar e definir rotas através desses equipamentos.

É relevante destacar que não pretendemos qualquer tipo de romantização ou saudosismo ao destacar a árdua tarefa que é realizar a pesca sem certas tecnologias. Nossa intenção não é essa, se reconhece, como anteriormente dito, que tais tecnologias de navegação são instrumentos que potencializam a segurança desses homens no mar, facilitando sua tarefa cotidiana. Entretanto, não podemos ignorar os fatos, ou seja, desconsiderar que a presença dessas tecnologias em um ambiente de informalidade profissional potencializa uma precarização trabalhista fantasiada de facilitação e/ou segurança. Sustentamos isso a partir dos já citados acidentes e a alta taxa de entorpecentes presentes na realidade desses indivíduos.

Além disso, no caso das embarcações de firma, onde o barco tem um dono que negocia diretamente com o mestre e a tripulação, ter condições facilitadas de navegação representa também uma facilitação de acesso de mão de obra, considerando o alto índice de pescadores que, no papel ou para o Estado, não são pescadores.

Se tratando da questão citada por João de uma diminuição da fartura do pescado, é relevante destacar que das espécies citadas por João, uma é atualmente proibida, onde sua captura acarreta em multa de até 10 mil reais por quilo capturado, como no caso do cação que, a grosso modo, é uma categoria pejorativa das quais espécies de tubarões e arraias são chamados. A Corvina, também citada, apesar de ainda não ser proibida foi, em 2025,

considerada uma espécie vulnerável, algo que preocupa o setor em Santa Catarina já que isso indica a chance de proibição de sua captura. Já a Pescada Branca, que João teve ênfase em destacar que era abundante, apesar de não ser proibida, nenhum dos pescadores entrevistados disse capturar essa espécie, o que no mínimo indica uma possível diminuição da espécie na região.

Ainda sobre a questão acerca da presença dessas tecnologias no meio artesanal, não cabe a nós enquanto pesquisadores procurarmos definir o que é “bom” ou “ruim” para a pesca artesanal ou para os indivíduos que a fazem, e de forma alguma seria essa nossa intenção. Cabe, entretanto, buscar questionar os processos que ocorrem na história para uma caracterização das dinâmicas que cercam todo sujeito histórico envolvido nesses processos, no qual me incluo, pois nenhum sujeito é isento de suas tendências inalienáveis a sua existência social e política. É se pautando nisso que nos baseamos nos métodos para que essas tendências sejam aplicáveis a um plano científico, pois os processos por nós analisados e questionados surgem a partir de uma realidade indiscutível. É esforço nosso evidenciar tais processos inseridos nessa realidade.

Ao destacar as mudanças que ocorrem no desenvolvimento digital e tecnológico da pesca artesanal, estamos corroborando para a ideia de uma transição ativa e não isenta dos anseios do capital. Entendemos isso pois se trata de um desenvolvimento que se baseia majoritariamente em um progresso ilimitado pelo lucro, a pesca, seja industrial ou artesanal, não está alheia a essa condição, que é antes de tudo uma racionalidade, trata-se, portanto, de um processo amplo que envolve a apropriação da própria lógica da palavra “artesanal” dentro da pesca.

Ao reconhecer todas informalidades já citadas e as ainda não citadas nesse capítulo, estamos destacando justamente isso. Essa relação transforma a vida dos sujeitos inseridos nesse meio pois, antes de tudo, transforma o próprio papel de sua existência em um contexto baseado, majoritariamente, pelas respostas das crises socioeconômicas e políticas proporcionadas por essa mesma racionalidade do capital. Trata-se de criar soluções para futuros problemas que gerarão, de maneira cíclica, novas soluções e problemas, já que o capital e seu impacto na maneira de ser do homem o torna coadjuvante de sua própria história (Antunes, 2025).

Baseado nesse panorama, em paralelo com as fontes e a base teórica do qual nos apropriamos, propomos a seguinte hipótese: o avanço da implantação de algumas tecnologias dentro da pesca artesanal modifica as relações culturais do ofício, fazendo com que a facilitação de alguns processos, que outrora requeriam um maior conhecimento e experiência, potencialize a precarização do ofício. Isso se dá, em parte, a partir da falta de uma mão de obra qualificada – limitada pela ausência da dinâmica geracional na profissão – e inserção de trabalhadores sem

uma cultura ligada ao mar, atraindo sujeitos vulnerabilizados que se sentem atraídos pela oferta de emprego, mas que, nesse processo, encontram condições duras de trabalho, que corroboram para demais problemáticas, como o abuso de substâncias químicas e a falta de uma formalização de sua condição enquanto pescador.

3.2 A RELAÇÃO COMPLEXA ENTRE OS PESCADORES E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Devemos destacar também a relação complexa e informal dos pescadores com a legislação ambiental. No primeiro capítulo, quando entrevistamos o presidente da colônia, já se notou a presença de tensões entre a categoria e o Estado no que se refere a questão da fiscalização ambiental. A partir das narrativas dos outros pescadores entrevistados, se reconhece uma aproximação entre as narrativas do presidente e dos trabalhadores, isto é, de fato, existe, pelo menos em parte, uma resistência dos pescadores em relação as leis, e essa resistência se efetiva a partir de uma posição dura nos discursos desses sujeitos quando abordado o tema.

Desde questões relacionadas a área de atuação como, também, as próprias espécies capturadas, a questão ambiental faz parte do amplo e complexo panorama de informalidades presentes na região. Para parte desses trabalhadores, a legislação se apresenta como inimiga do pescador, onde a lei não busca beneficiar o trabalhador e, ao mesmo tempo, não condiz com as questões práticas do ofício observadas por esses trabalhadores. É comum nas narrativas estudadas a presença de uma lógica de “ignorância” do Estado para esses sujeitos, como espécies que são proibidas “na verdade” serem fartas, ou que alguns locais proibidos, como próximo a Ilha dos Lobos, não deveria ser pois não apresenta uma real ameaça as espécies protegidas pelo ICMBio¹⁹.

A partir da posição da própria colônia, órgão que representa a categoria na região, e também através das narrativas estudadas, buscamos compreender os processos que levam essa complexa e informal relação na comunidade de pescadores da região.

Em uma das minhas idas a campo presenciei de perto um pouco dessa informalidade. Os filés de cação, vendidos em grande quantidade nas várias peixarias da cidade, atraem os consumidores pela qualidade e sabor da carne. Entretanto, como já mencionamos, trata-se de

¹⁹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, entidade que enquadra a chamada Ilha dos Lobos de Torres/RS como um Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).

uma categoria do qual a maioria das espécies – entre tubarões e arraias – é considerada ameaçada e, portanto, tem sua pesca proibida.

Quando fui a campo pela primeira vez com alguns desses pescadores, presenciei a pesca da espécie *Squatina squatina*, conhecido popularmente como “cação-anjo”. Ocorre que essa espécie de cação é uma das mais ameaçadas do mundo, sendo chamado pelos pescadores de “peixe proibido”, termo utilizado para designar as espécies capturadas de forma ilegal na região. A multa ambiental pela captura pode passar de R\$ 5.000,00 por peixe, o que me faz questionar o valor de multa presente naquela embarcação, considerando que no final do dia todo convés do barco estava coberto por centenas de quilos dessa espécie.

Não pretendemos a partir dessas colocações e da análise das narrativas apresentar que os trabalhadores da pesca artesanal em Passo de Torres sejam os principais ou únicos culpados pela ameaça dessas espécies. Porém, assim como não pretendemos vilanizar tais sujeitos, de forma alguma pretendemos os vitimizar a ponto de os isentar dessas responsabilidades perante a legislação e, em um sentido amplo, perante o meio ambiente. Fato é que há uma disputa de narrativas entre o Estado e esses trabalhadores, o que potencializa, em nossa perspectiva, a continuidade de informalidades ambientais, como essa que relatei em minha experiência em campo.

Assim como a narrativa de Adriano, presidente da colônia, há a ideia de que o Estado “criminaliza” os pescadores. Esse discurso presente nas entrevistas estudadas é justificado pela lógica de que as condições impostas, isto é, as normas e leis, dificultam a pesca, obrigando os trabalhadores a trabalhar de forma informal para conseguir um bom retorno. É evidente que essa justificativa é baseada na perspectiva desses homens, mas mesmo com as diferenças e dos conflitos entre alguns desses pescadores e a colônia, no quesito legislação existe um sentimento uníssono de insatisfação e de crítica ao Estado.

Um exemplo que também foi citado pelo presidente da colônia está presente na narrativa de João. Segundo o pescador, algo que corrobora para a dificuldade perante a legislação é o fato de que a licença para a rede de emalhe deve ser ou de superfície ou de fundo, o que impede o pescador de ter as duas licenças e poder, portanto, capturar diferentes espécies de peixe que variam de acordo com o método. Segundo ele, como a pesca de fundo tem um período de defesa menor, isso acaba atraindo mais pescadores para a opção pela licença de pesca de fundo, cuja “segurança” de uma maior permanência na atividade durante o ano acaba sendo o principal parâmetro para a escolha:

Eu trabalhei muito Corvina, Garoupa, Pescada, Pescada Branca e Cação, né. Naquela época a gente tinha as licenças, hoje não, hoje, pra nós trabalhar a Anchova, nós temos que ter a licença boiada, eles não dão, ou tu tem a licença de fundo ou a boiada, tu tem que ter uma escolha, então, normalmente, tu não vai esperar uma safra de peixe pra depender de um mês, dois... uma incerteza, enquanto a rede de fundo só para um mês no ano, tem onze meses pra trabalhar, então hoje todo mundo optou por licença de fundo, trabalho corvina e pescada, hoje, né, então nós não. [...] antigamente tu tinha licença pra pesca, capturava tudo, hoje não, hoje não pode, hoje tem espécie que tu tem que jogar fora. (João, 2025)

A questão da licença é só um dos vários questionamentos que fazem parte das narrativas desses pescadores. Essa comparação realizada por João entre o passado recente e o presente, apresenta que a dinâmica da pesca e todos processos inseridos nesse meio necessitam, também, de uma reflexão sobre as mudanças jurídicas e ambientais que atuam diretamente no funcionamento da prática na região. Essas mudanças, mesmo que busquem um benefício para as espécies marinhas, inevitavelmente atuam como elementos transformadores do ofício, como a escolha por quais espécies a se capturar e aos meios para isso em geral.

O argumento que os pescadores sustentam é que as condições impostas pela lei impossibilitam a permanência formal da pesca na região. Questões relacionadas as espécies, ao método, as redes e a as licenças, fazem parte de um cotidiano de incertezas. É relevante considerar que o alto índice de informalidade cadastral de parte da categoria na região potencializa tal situação, pois se um pescador trabalha sequer sem carteira e sem saber seus direitos, o que podemos presumir sobre seu conhecimento jurídico e ambiental.

A ideia de ser visto como “bandido”, algo notado na narrativa de Adriano no primeiro capítulo, é citada também por João no decorrer da entrevista, quando questionado sobre sua opinião de como os demais setores da sociedade veem os pescadores:

Eu acho que nós ainda somos vistos como bandido mesmo, não só pra sociedade. Pra sociedade, hoje, tudo que é pescador, eles dizem que é vagabundo, é maconheiro, é drogado. Não é o caso. [...] Hoje, os órgãos que seriam pra ajudar nós, que é o que nós temos, IBAMA, CEAP, Marinha, já nem vou dizer o ICMBio, porque o ICMBio aqui é só pra cuidar do Recife. Mas temos vários órgãos que é pra ajudar nós. Antigamente, eles chegavam, eles te pegavam “ó, tu não tem isso, vou te dar 60 dias pra te comprar e lá”, hoje, as multas é tudo de 1 milhão, 900. Então, hoje, nós não temos mais nem como se defender. Tudo virou reserva, e tudo que tu tentar fazer, tu ainda tá errado. Que hoje, pelo mais que tu quer conseguir, tu não consegue. Uma licença de pesca é muito difícil. Muito, continua. De pesca embarcada. Se tu é um armador, não, eu quero botar o meu barco na linha. Não é fácil. Não é fácil. Porque a gente também quer trabalhar certinho. É uma profissão que a gente escolheu, né? Mas eles não querem. (João, 2025)

Se destacam dois elementos principais em seu discurso. O primeiro é o fato de, em sua opinião, os pescadores serem vistos como bandidos, onde não se trata somente da sociedade,

mas principalmente dos demais órgãos reguladores. A outra questão é a ênfase em afirmar que, mesmo que um pescador que queira a licença e atuar de forma correta, colocar o “barco na linha” é algo muito difícil, por que “eles” – o Estado representado por suas instituições – não querem.

Essa narrativa de João foi seguida do compartilhamento de uma experiência pela qual o pescador relata ter passado em um período recente, quando foi multado e teve seu pescado recolhido. Ainda, o pescador afirma que foi condenado a pagar uma multa de R\$ 43.601,00 devido ao seu rastreador PREPS²⁰, aparelho de rastreamento que toda embarcação com licença deve ter, estar, segundo ele, supostamente desligado, o que ele afirma ser uma mentira. O caso segue em debate na lei, mas ele afirma que suas contas foram bloqueadas e ele não pode adquirir bens por conta desse processo (João, 2025).

Não vamos aprofundar a questão do processo e não pretendemos tomar partido sobre a situação citada por João, entretanto, como parte de uma narrativa a partir das experiências desse pescador, seu relato por si só já demonstra a complexidade legal do qual a pesca na região está sujeita. Outro relato envolvendo um questionamento acerca das ações fiscalizadoras está presente na fala de André:

Cara, o que tem de problema, sim, que a gente vê é muito o peixe que eles dizem que tá em extinção e a gente não pode pescar. O peixe proibido né, que eles dizem que tá acabando, mas todo ano dá muito desse peixe. O que os pescadores pedem é pra fazer alguma pesquisa séria, e contínua, pra ver se realmente tá em extinção, pra liberar ou não esse peixe. Porque não tem como, numa rede, tu escolher o peixe que tu vai pegar. Às vezes tu pode estar numa rede com uma malha gigante e vai pegar um peixinho pequeno. Ou um peixe proibido. Não vai descartar um peixe fora, querendo ou não. Pode ser o alimento de alguém, né? E esse é o problema. É muito peixe proibido que a gente não sabe se tem estudo pra isso ou não. Que foi proibido há milhares de anos e hoje em dia dizem que não tem, mas todo ano dá muito desse peixe. E a gente sabe que dá, né? Porque tem alguns que pescam, mesmo sendo proibido. E é isso que eles encrencam com nós, né? Daí se pega, a multa é grande, não tem o que fazer. (André, 2025)

Talvez o que mais chama atenção em sua narrativa seja a contestação dos meios utilizados para caracterizar as espécies como peixes em extinção. Essa resistência e contestação sobre a legislação relacionada a algumas espécies se traduz em um negacionismo onde, ironicamente, o pescador pede por “pesquisas sérias e contínuas”, afirmando assim, inevitavelmente, que os atuais acompanhamentos ambientais não são sérios e contínuos.

Essa “apelação” para um meio científico é curiosa e se dá, ao nosso entender, pela mistura de fatores singulares a esse trabalhador em específico. André, como falamos, é o único

²⁰ Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite.

pescador entrevistado a ter uma formação básica completa e a ter contato com o ensino superior, o que talvez ajude a entender essa busca por uma solução “científica” para um problema relacionado a prática de seu ofício. Todavia, André ainda é um pescador, e como trabalhador dessa categoria ele reivindica questões que busquem suprir seus anseios, leia-se, não necessariamente sua vontade e experiência particular são suficientes para suplantar o trabalho de biólogos e pesquisadores ambientais que, em geral, utilizam de métodos contundentes e amplos para a compreensão dos níveis de ameaça das espécies marinhas.

Levando em consideração a relação predatória da pesca, não é novidade que estudos que busquem um manejo da pesca e conservação da biodiversidade acabem entrando em confronto com comunidades de pescadores, pessoas que por vezes vivem da captura de algumas dessas espécies. Trata-se de um choque inevitável, pois, é relevante destacar que esses estudos partem da análise de características biológicas da espécie, sua exposição a ameaças e sua capacidade de adaptação, ou seja, são estudos que buscam evitar que espécies sejam extintas, isto é, o enquadramento de vulnerabilidade parte de uma ideia de cuidado prévio dessas espécies. Ao afirmar que ainda é possível capturar algumas espécies tidas como ameaçadas, o pescador está desconsiderando que não adianta esperar que o último peixe de determinada espécie seja pescado para se pensar uma estratégia de sua preservação.

Além disso, em um possível paralelo com as narrativas de pescadores mais velhos, como João e Pedro, nota-se uma contradição na fala de André. O pescador afirma que deveria ser realizado estudos mais sérios e contínuos pois algumas espécies proibidas são capturadas na região, entretanto, como vimos em narrativas passadas dos outros pescadores, há uma ideia de diminuição da oferta de peixe, inclusive com a citação de peixes que já não tem mais sua captura na região, como o caso citado da Pescada Branca, ou que antes tinham sua captura formalizada e agora já não podem serem mais pescados. A recente notícia²¹ (2025) de que a Corvina pode entrar para essa lista corrobora para essa perspectiva.

Sendo assim, o relato de André contribui para a exposição de uma relação crítica envolvendo os pescadores e as questões ambientais. Essa condição é, como já abordamos, parte de uma ampla gama de irregularidade na região, entretanto, é relevante considerar que essa amplitude de informalidades é parte de um mesmo processo. Reforçamos: não podemos separar uma problemática da outra, entendemos que todas irregularidades, as quais os pescadores estão

²¹ Anúncio de inclusão da corvina como espécie ameaçada põe em risco plano de gestão. **Sindipi**, Itajaí, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://www.sindipi.com.br/post/anuncio-de-inclusao-da-corvina-como-especie-ameacada-poe-em-risco-plano-de-gestao> Acesso em 17 dez. 2026.

sujeitos e as quais, também, eles promovem, estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade onde uma proposta de solução teria que levar em consideração todo panorama da categoria na região e, considerando pressões amplas que envolvem o contexto do capital, se complementa a essa questão local todas outras possíveis questões externas relacionadas indireta ou diretamente a vida desses sujeitos.

Outra questão fundamental a levar em consideração é a seguinte: o distanciamento da compreensão ambiental de André não deslegitima sua posição enquanto trabalhador e pescador. André trabalha em um bote, tem carteira de pesca artesanal e pesca com sua família que já está na pesca há gerações. Posso afirmar sem qualquer dúvida que a culpa da ameaça de algumas espécies não é de André ou de qualquer pescador que atue nas condições em que ele atua. Tal posição nossa não exime André de suas responsabilidades, e reconhecemos isso, todavia, essa responsabilidade deveria ser compartilhada, em geral, por todos humanos que vivem na Terra e, em particular, por toda indústria de larga escala que captura pescado em quantidades infinitas vezes maiores que o bote de André.

Partimos do ponto que sua suposição é, ao mesmo tempo, um relato de ignorância e distanciamento de uma sensibilidade ambiental, mas, também, um relato baseado em sua experiência, experiência de um sujeito que sente, de diferentes formas, as pressões que atuam na sua maneira de existir, e isso inclui o seu trabalho e sua relação com o mar e as espécies advindas dele.

Se tivéssemos que estabelecer um esforço em compreender as motivações dessa tensão ambiental teríamos, como relatado, que levar em consideração diversos elementos da pesca na região. Seriam os principais, ao nosso entender, os seguintes:

I – A informalidade profissional, que se traduz com pescadores deslocados de uma condição que lhe garante amparo e, também, informações. Se sua própria existência enquanto pescador é informal, qualquer processo relacionado a sua prática pode ser e, para nós, isso potencializa questões como a captura de espécies proibidas e/ou outras irregularidades ambientais, principalmente com pescadores que atuam em barcos maiores de média escala através das empresas da região.

II – O distanciamento do Estado em relação a categoria. Como vimos na narrativa de André, parte desses trabalhadores pode não compreender as motivações que levam ao enquadramento de algumas espécies como ameaçadas. O devido esclarecimento e um contato mais próximo com aqueles que vivem desse ofício poderia, na nossa opinião, sensibilizar os pescadores através do conhecimento, já que a preservação de algumas espécies é, a longo prazo, a própria condição de existência da pesca.

III – A posição da colônia em relação a lei. Se o principal órgão de representatividade desses trabalhadores tem uma posição de enfrentamento e questionamento sobre a legislação ambiental, entendemos que isso atua diretamente em como esses trabalhadores lidam perante tais leis. Entendemos que a colônia deve representar os interesses dos pescadores, mas ainda se trata de um órgão com responsabilidade jurídica, tal posição pode ter relação direta com a falta de busca por esclarecimentos e enfrentamentos sobre práticas informais ocorridas pelos filiados.

IV – A apropriação da imagem de “bandido”. Ao dizer que o trabalhador da pesca atua de maneira informal cotidianamente, não podemos normalizar tal condição. A consolidação dessa imagem marginaliza a figura do pescador e retira uma identidade de respeito e orgulho de uma categoria que tem sua história concomitante a história do município. Além disso, essa posição é, ao mesmo tempo, uma resistência – independente de suas problemáticas – perante as condições legais que lhe são impostas. Toda crítica desses pescadores a legislação é um convite não só a questionar as ações desses homens, mas, também, a questionar em um sentido amplo a posição do Estado em relação a pesca de pequena, média e larga escala. Nesse sentido, ao questionar a legislação, os pescadores artesanais estão, em parte, contestando as pressões que privilegiam a pesca industrial em detrimento da pesca de média e baixa escala.

V – A mudança da lógica da pesca artesanal. Como diversas vezes destacamos, existe uma fronteira estreita que separa a pesca artesanal e industrial de média escala na região e, em nosso entendimento, essa relação tem incorporada a sua lógica uma transformação da dinâmica de captura do pescado. A pesca de média escala está para além da subsistência ou da manutenção da renda familiar dos sujeitos inseridos a ela, se baseia, portanto, na maior captura possível de pescado visando o lucro dos proprietários das empresas, que são, em grande parte das vezes, proprietários das embarcações.

3.3 BARRA DO MAMPITUBA: DA EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA ATÉ A REIVINDICAÇÃO COLETIVA

Como vimos no decorrer do trabalho e dos tópicos aprofundados, reconhecemos aproximações e distanciamentos em relação a elementos inseridos nas narrativas dos pescadores entrevistados. Esse distanciamento é perceptível também quando colocamos em perspectiva a posição da colônia com a situação dos pescadores e da pesca na região e, também, como alguns desses pescadores observam o papel dessa colônia. Entendemos que as motivações para os

possíveis distanciamentos em alguns aspectos se dão por diferentes processos, que vão desde a questão da idade desses pescadores como o tipo de pesca exercido por eles.

Entretanto, há um ponto de convergência que está para além de qualquer particularidade individual desses homens. Há uma experiência específica compartilhada por todos que atuam na pesca embarcada em Passo de Torres: o sentimento de insatisfação perante a estrutura limitada da barra do Mampituba.

Tanto a colônia como os pescadores foram objetivos quando questionados sobre, em sua opinião, qual seria o maior desafio dos pescadores e da pesca na região. Todos entrevistados, sem exceção, definem a barra como sendo a maior dificuldade, dando ênfase no perigo que envolve a entrada e a saída da barra, algo que limita a atuação dos pescadores já que essa situação envolve uma dependência da pesca na região perante as condições de possível acesso ou não da barra. Grande parte dos acidentes relatados ocorreram na barra, inclusive o último acidente fatal ocorrido já durante a produção dessa pesquisa.

A questão estrutural da barra unido as condições geográficas da costa local corroboram para um problema de assoreamento severo dentro da barra, fazendo com que o canal de navegação seja estreito e baixo. Essa condição dificulta e, por vezes, impossibilita a navegação das embarcações locais, criando condições graves para a ocorrência de acidentes, o que não só gera prejuízo como vimos, mas, também, é um risco cotidiano real para a vida desses trabalhadores.

O principal problema reivindicado pelos pescadores, colônia e comunidade local em geral, é o fato de a barra não ser extensa o suficiente para evitar o acúmulo de areia derivado da constante arrebatagem do mar. Além disso, o lado catarinense da barra, em Passo de Torres, é muito mais curto que o lado gaúcho, o que faz com que a única possibilidade de entrada e saída da barra seja a passagem extremamente próxima das pedras do lado sul, o que fortalece a gravidade dos riscos já que o mar pode acabar jogando as embarcações contra as pedras e/ou virar as embarcações que buscam evitar esse contato.

Figura 12 – Formação de assoreamento na barra do Mampituba.



Fonte: Adaptado da fotografia de Vagner Machado (2025)

Essa reivindicação, como vimos, parte de uma trajetória consolidada acerca das limitações da barra. Leia-se, não é novidade para ninguém do município, para o Estado nem para o meio acadêmico as problemáticas relacionadas a barra do Mampituba, na qual os discursos partem do debate de, ao mesmo tempo, uma limitação econômica, já que a barra atual impede um desenvolvimento de larga escala da pesca na região (Cardoso; Haimovici, 2023) e, também, a lógica de preservação ambiental, cujo o maior desenvolvimento econômico está diretamente ligado ao aumento predatório das espécies marinhas. Levando em consideração a já abordada relação complexa entre os pescadores e as leis ambientais mesmo nas atuais condições da barra, considerar essa possibilidade é relevante.

Como tratamos ainda na introdução deste trabalho, o discurso acerca das limitações da barra nasce concomitantemente à própria barra (Bertoletti; Bertoletti; Puhl, 1983). Trata-se de uma obra contestada em sua gênese, o que reforça ainda mais a relevância dessa ênfase dos pescadores perante a barra. Portanto, dada há já consolidada questão da barra e os debates acerca das limitações estruturais advindas dela, não procuramos aprofundar tais condições, ao entender que se trata de algo anterior a criação da colônia e a emancipação do município, portanto, anterior ao recorte temporal que aqui nos interessa.

Entretanto, como é parte dos objetivos de nossa pesquisa, procuramos compreender os processos relacionados à relação entre os pescadores e a barra, e como essa relação interfere nas experiências desses indivíduos no cotidiano de seu trabalho e, em um sentido mais amplo, na própria caracterização da pesca na região. Por se tratar de uma luta que está presente desde o começo da colônia, entender essa relação e a perspectiva dos trabalhadores sobre essa condição pode contribuir para a exposição de processos que estão para além de questões econômicas para a realização de obras e/ou sobre o debate ambiental acerca disso. Trata-se de uma condição que envolve, a partir das narrativas, um contexto de disputas potencialmente mais complexo que tais condições citadas.

Começando dos mais velhos para os mais jovens, Pedro quando questionado sobre a maior dificuldade e o principal desafio para a categoria afirmou o seguinte:

a maior dificuldade aqui é a barra essa barra, que nunca foi mexida, sempre a mesma coisa botaram uma draga pra dragar a barra ali, mas só dragava ali na frente do timor lá embaixo na ponta a draga não ia onde ficava abaixo, aí afundava ali, mas lá embaixo na entrada é abaixo até hoje, nunca deram jeito até parar de dragar porque não deram jeito, porque se eles aumentassem mais aquela barra ali, aumentassem mais uns 100 metros lá...uns 150 metros a parte do sul, lá aumentassem mais 100 metros a parte do norte ali e na parte do norte ali se fizessem umas voltas pro norte uma volta pro norte de uns 30 metros, 40 metros porque aí a água que saía a areia que saía do rio quando desce as coisas a areia ia lá por dentro, chegava lá pegava aquele vão que tinha ali, ela trancava aqui ela não ia pra dentro da barra porque se deixar reto toda a vida como tá a areia vem aqui, passa por aqui e entra pra dentro e se fizesse um troço assim ó a areia vinha aqui, escorava aqui aí não passava pra dentro da barra aí ficava bem melhor essa barra, mas nunca se interessaram em fazer isso aí, nunca teve um engenheiro que desse essa ideia então onde continua a mesma coisa aqui o pessoal tem dia que não tem como sair aquela barra ali a areia seca toda a vida, a areia seca toda a vida não tem como sair, quantas vezes o barco bate ali na saída, na entrada mesmo quando chega carregado mesmo quando sai quando sai abastecido bate direto ali naquela barra tem que sair com a barra bem lisinha pra não dar varia. (Pedro, 2025)

O relato de Pedro é acompanhado de uma série de gesticulações por parte do pescador, o que talvez deixe a leitura de sua narrativa um pouco confusa. Entretanto, presencialmente fica evidenciado a consciência de Pedro sobre cada detalhe problemático da barra, seu relato é rico pois demonstra a experiência e o conhecimento prático do pescador sobre a barra, que ao mesmo tempo que tenta expor os motivos da barra ser o principal desafio faz, também, um esforço em apresentar possíveis soluções práticas para mudar essa situação.

Esse conhecimento não é à toa, Pedro além de conhecer muitos pescadores que já passaram por acidentes na barra e de ter feito inúmeras vezes o caminho de entrada e saída do Mampituba, apresenta que ele mesmo já passou por um acidente na barra. Em seu relato ele afirma que em uma das empreitadas estavam retornando para dentro da barra com cerca de 800kg de pescado a bordo e mais 4 tripulantes ao todo. Quando estavam entrando seu barco

encalhou e a maré acabou virando o barco, onde todos tripulantes acabaram na água. Segundo ele, um ficou segurando na parte da proa que estava pra fora e outros dois seguraram em um pedaço de madeira, onde acabaram sendo puxados pela correnteza que os levou para dentro do mar. No fim, Pedro relata que os bombeiros apareceram e foram buscar os pescadores, ninguém ficou gravemente ferido, mas um dos pescadores teve que ir para o hospital por ter engolido muita água do mar já que, ironicamente, não sabia nadar (Pedro, 2025).

O fato de já ter passado por um acidente por conta das deficiências da barra reforça a consciência do trabalhador sobre a situação da barra, o que possivelmente nos ajuda a compreender o sentimento uníssono dos pescadores em relação a essa problemática. Além disso, sua narrativa apesar de ser enfática apresenta um tom de normalidade nas palavras, como quem está habituado a passar por tais desafios relacionados a essa característica. Levando em consideração que, como já apresentamos, a barra já nasce contestada, é relevante destacar que todo processo de evolução da pesca na região, com o aumento das embarcações e dos apetrechos tecnológicos, aconteceu com a barra sendo a mesma desde sua configuração inicial, apenas com a presença paliativa das dragas, algo também citado na narrativa de Pedro. Esse panorama faz com que a barra e todas as dificuldades acerca dela façam parte indissociável de um potencial caracterização não somente da pesca na região, mas dos próprios pescadores.

João, também veterano da pesca na região, destaca outro ponto além dos riscos de acidente: a vulnerabilidade econômica que a barra impõe aos trabalhadores. João foi um dos pescadores em que a narrativa acerca dos conflitos com a legislação ficou mais evidenciada, apesar disso, o pescador afirma, assim como seus pares, que a barra é um desafio ainda maior:

Olha, o nosso maior desafio, dificuldade, é a barra. A barra é o maior que temos, né? Assim, de vender o pescado, de trabalhar, isso aí é a coisa mais fácil. Mais do que a legislação. A barra hoje, nós até pra entrar a noite, o mar tem que ser um rio. Se é uma barra franca, uma barra melhor, a gente pode trabalhar e quando der vento forte, o cara corre. Agora não. Nós estamos um mês sem trabalhar, sem sair um dia pra fora, e o cara tem gasto. Temos aí, pau e pau, meu filho tá aí me ajudando, o cara tem que ajudar um aqui, outro ali, outro lá, e tu deixa de ganhar, né? Deixa de arrecadar. Então é um dinheiro que tu também vai gastar em outras coisas, por isso que eu digo, né? Isso todo mundo perde, não é só nós. A economia em si perde. Não é só eu. (João, 2025)

Além de ser um risco a saúde e a vida dos pescadores, a narrativa de João destaca uma condição relevante, que é a dependência das condições da barra para a efetivação da pesca. Na data da entrevista João afirmou que estava a um mês sem poder trabalhar por conta das condições da barra, pode ser uma hipérbole por parte do pescador, mas fato é que o tempo em

terra para esses trabalhadores significa a ausência de recursos financeiros e, no que se trata de uma subsistência inerente a pesca, de comida à mesa.

As condições de efetivação da pesca em Passo de Torres misturam a conveniência das necessidades financeiras com as condições naturais possíveis diante não somente da inevitável relação com a natureza do ofício, mas, também, com as condições das quais a barra é provida a partir dessa relação. Leia-se, a pesca em Passo de Torres sofre uma imposição que está para além das condições climáticas mais ou menos favoráveis, pois o estado da barra é um elemento inerente para a possibilidade ou não da prática.

Ainda assim, mesmo quando supostamente há condição, o risco é real, pois trata-se de um problema consolidado na região que não dá condições para essa entrada e saída caso esteja muito baixa ou perigosa. O que estamos defendendo é que todos acidentes que aconteceram e acontecem, se dão, em tese, quando há essa possibilidade de entrada e saída, ou pelo menos quando se acha que dá, pois o contrário disso não levaria pescadores nem donos de embarcação a arriscarem suas vidas e bens materiais de alto valor. Um exemplo que corrobora para essa afirmação é a própria narrativa de João, que afirmou estar quase um mês sem poder pescar e, sendo assim, caso fosse possível, ele com certeza teria ido ao mar, pois não é por falta de vontade e necessidade, mas sim por consciência dos riscos.

Reconhecer a barra como elemento ativo na pesca em Passo de Torres ajuda-nos a compreender a convergência dos discursos estudados no que se refere a esse tema. Para além dos conflitos geracionais, para além da dinâmica da lógica da pesca e, também, para além das divergências entre a colônia e os pescadores que ela representa, a questão da barra é unânime para a categoria na região. Em um contexto heterogêneo, a reivindicação de melhorias da barra surge como um ponto de resistência comum, fortalecida a partir de uma consciência compartilhada por esses homens. Entendemos que essa experiência coletiva se traduz como a principal ação coletiva de confronto na região, algo que ainda não caracteriza um movimento social, mas que potencializa as condições para sua efetivação (Tarrow, 2009).

Essa ideia parte também de um fato destacado ainda na introdução desse trabalho: a manifestação realizada pela categoria no ano de 2023 após um acidente com vítima fatal ocorrido na barra. Essa manifestação foi um dos motivos que despertou o interesse por essa pesquisa, entendemos que por si só isso já denota que a manifestação teve relevante impacto, pois chamou atenção da comunidade local e influenciou, em certa medida, um trabalho acadêmico sobre o tema.

Figura 13 – Manifestação dos pescadores pelo prolongamento da barra.



Fonte: Passo de Torres (2023)

Como destacamos, está para além de uma reivindicação dos pescadores mais velhos. Quando questionado sobre o maior desafio e/ou dificuldade para a pesca na região, Tiago foi objetivo: “Aqui é a barra. A barra aqui é muito complicada, né? Perigosa, já morreu gente. Já morreu conhecido nosso, amigo nosso. Isso aqui é o maior desafio, mas a gente já tá acostumado, né?” (Tiago, 2025). O tom de naturalidade em sua fala ainda tem o acréscimo do “a gente já tá acostumado”, que endossa uma realidade em que essa tensão já é rotina. Como vale para outros contextos também analisados neste trabalho, o tom de normalidade dos pescadores diante certas dificuldades não minimiza os riscos dos quais esses sujeitos estão inseridos, isto é, Tiago, ao nosso entender, não está normalizando a morte de seus colegas, mas sim denunciando uma condição do qual esse risco é real e inerente à prática.

André, pescador mais jovem entrevistado, também destaca que a barra é o maior desafio. Em sua narrativa ele afirma que não é somente os barcos maiores e com casaria que sofrem com a barra, em sua opinião botes e lanchas são até mais vulneráveis:

Um dos nossos desafios ali é a barra, a saída da barra. Outro dia que a gente tava ali a gente quase virou. Mesmo de bote. Ainda mais perigoso, né? Por causa que ele não tem convés. A água que pega fica dentro dele e leva o fundo. Quando é barco, a água bate no convés e espalha. Daí ela sai pra fora. O nosso é mais perigoso ainda pra sair ali do que um barco. Aí tem a saída. Lá fora, de vez em quando, passa esse temporal assim do nada. Tá de boa, daqui a pouco tudo preto, aí começa as ondas. E é perigoso, cara. (André, 2025)

Essa narrativa é importante pois destaca que não é somente embarcações com maior tamanho e arqueação bruta que ficam a mercê da barra. A experiência compartilhada de André sobre os riscos ocorridos no caso de seu bote apresenta que a questão dos bancos de areia são somente um dos problemas ocasionados com a barra curta. A ausência de um canal mais longo faz com que a maré atinja diretamente os barcos e, quanto mais leve, maiores os riscos de ser carregado/empurrado pela maré e, também, de virar a embarcação e/ou vir a fundo.

No decorrer da narrativa, quando questionado sobre o futuro da barra e como, na sua opinião, vai andar esse processo de reivindicação, André não é otimista:

Cara, eu acho que não vai acontecer. Porque... ali do Passo, as firmas que são fortes, que tem bastante dinheiro mesmo, que são ali de bilhões, pra eles não é lucrativo a barra ser boa. Porque iria outros barcos pra cá, né? Então pra eles é melhor deixar do jeito que tá. E eu acho que eles têm muita força na política ali do Passo. Daí eu acho que por conta disso nunca vai sair. Vai ser uma briga, até tem uns pescadores ali que brigam pra isso, que é o Mateus. Já tá uns bons anos querendo ajudar, tentar ver se consegue um dinheiro. Mas eu acho que vai ser muito difícil conseguir. Eu acho que eu vou talvez morrer e eles não vão aumentar aqueles molhes. [...] É triste, né, cara? Porque teve já de gente que morreu ali naquela barra por causa disso. Virou, perdeu o barco, prejuízo material, às vezes até a vida humana que teve agora há pouco tempo. E a pessoa não querer ajudar nessa parte é triste. É pra ser sempre esse problema. (André, 2025)

O relato de André talvez seja o mais relevante. Além de falar das dificuldades que foram também presentes nas narrativas dos outros pescadores, quando questionado sobre essa trajetória pelo aumento da barra, seu pessimismo parte de um diagnóstico que serve também para nós como uma potencial denúncia: o prolongamento dos molhes, apesar de ser uma reivindicação permanente dos pescadores do município, não está alinhado com os interesses dos empresários da pesca na região.

Trata-se de uma afirmação baseada apenas na compreensão de André sobre a situação política envolvendo o tema. Destacamos isso pois não cabe em nosso trabalho tirar qualquer conclusão definitiva e fazer acusações baseadas somente em narrativas de sujeitos que são, antes de tudo, providos por interesses. Todavia, tal afirmação expõe uma clara disputa na região acerca do prolongamento dos molhes.

Mesmo não tendo apresentado qualquer prova que sustente sua afirmação, não devemos descartar a relevância dessa hipótese defendida pelo pescador, pois somente o fato dele ter levantado essa hipótese já parte de uma busca mais ampla para compreender as problemáticas relacionadas a barra; reconhecemos isso como uma posição de resistência e de consciência de classe por parte do trabalhador. Além disso, existem alguns elementos que propiciam, em nosso entendimento, a suposição de André, são eles: a) a abertura dos molhes aumentaria as condições

de desenvolvimento da pesca, potencialmente atraindo maiores embarcações e maiores empresas para atuar na região (Cardoso; Haimovici, 2023), o que significaria uma concorrência para as empresas atualmente fixadas no município; b) o aumento do desenvolvimento da pesca na região interfere diretamente em uma presença mais ativa de órgãos fiscalizatórios, seja no sentido trabalhista, com a presença de empresas consolidadas na pesca industrial, seja no sentido ambiental, e, se tratando do alto índice de informalidade na região, principalmente nos barcos que atuam de maneira industrial com pescadores artesanais e/ou sem nenhum tipo de registro, isso representaria uma ameaça a sua atual configuração; c) além da força econômica, a força política já consolidada de pessoas ligadas a pesca na região poderia ser ameaçada, com a participação de novos indivíduos em um setor com alta relevância econômica e cultural para o município.

De modo geral, dadas as circunstâncias complexas que envolvem uma gama de informalidades e irregularidades, a atual configuração da pesca na região se apresenta como potencialmente confortável para os donos das empresas. Entendemos que essa situação corrobora, ao mesmo tempo, para a degradação da pesca artesanal e para a precarização da pesca industrial. Portanto, levar em consideração a afirmação de André é reconhecer tal narrativa como parte de todo panorama que buscamos evidenciar no decorrer de nossa pesquisa.

Em uma situação hipotética – mas não distante – onde a posição de André parte de um fato, esse jogo político de poder coloca os interesses de uma elite local acima da vida de centenas de trabalhadores que vivem da pesca e, para além disso, coloca esses interesses acima dos interesses do próprio município, onde é negligenciada uma real condição de desenvolvimento social e econômico. Estamos falando de centenas de trabalhadores diretamente atingidos com essa posição e, de forma indireta, milhares de pessoas, levando em consideração as famílias desses pescadores bem como todos demais setores da sociedade possivelmente beneficiados com a expansão dos molhes.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO PESCADOR PASSOTORRENSE

O esforço de se estabelecer uma caracterização do perfil dos pescadores de Passo de Torres está para além dos dados quantitativos levantados pelos órgãos federais e demais instituições, e isso se dá principalmente por dois motivos. O primeiro é o caráter qualitativo necessário para análise de questões tão particulares como são as relações humanas inseridas em um processo, como vimos, complexo. O outro é uma realidade onde os dados são baseados, em parte, de uma falácia, leia-se, os dados e estatísticas acerca desses trabalhadores não devem ter

uma leitura fria pois são consideravelmente equivocados, dada a falta de confiabilidade provida pela informalidade.

Como debatemos e aprofundamos no decorrer da pesquisa, se reconhece uma taxa considerável de informalidades que não se limitam à prática do ofício propriamente dito. Algo fundamental em levarmos em conta ao se propor fazer uma caracterização de um perfil do pescador passotorrense é que, em priori, muitos desses pescadores sequer são providos de qualquer registro. Além disso, quando providos de algum registro, isso se limita, na maioria das vezes, a carteira de pesca profissional artesanal, o que no caso da pesca em barcos não é, em tese, suficiente. Destacamos isso pois, como veremos, ao analisar os dados levantados podemos constatar que basicamente não existe pesca embarcada em Passo de Torres segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Nossa metodologia para a caracterização desse perfil irá, portanto, se basear no diálogo entre três fontes principais: a) o Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira disponibilizado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (2025). Esse painel apresenta dados extraídos dos dois sistemas existentes, o PesqBrasil Pescador e Pescadora Profissional e o Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SISRGP; b) a pesquisa de dissertação de Renata Montalvão Gama, *Caracterização da pesca e situação dos estoques pesqueiros a partir da percepção dos pescadores de Passo de Torres/SC e Torres/RS, sul do Brasil*, que contribui com entrevistas semiestruturadas e posições dos pescadores perante algumas questões; c) as entrevistas de história oral realizadas por nós, reconhecendo que a memória desses homens, suas narrativas sobre si e seus pares, contribui para ampliarmos a compreensão sobre a categoria na região.

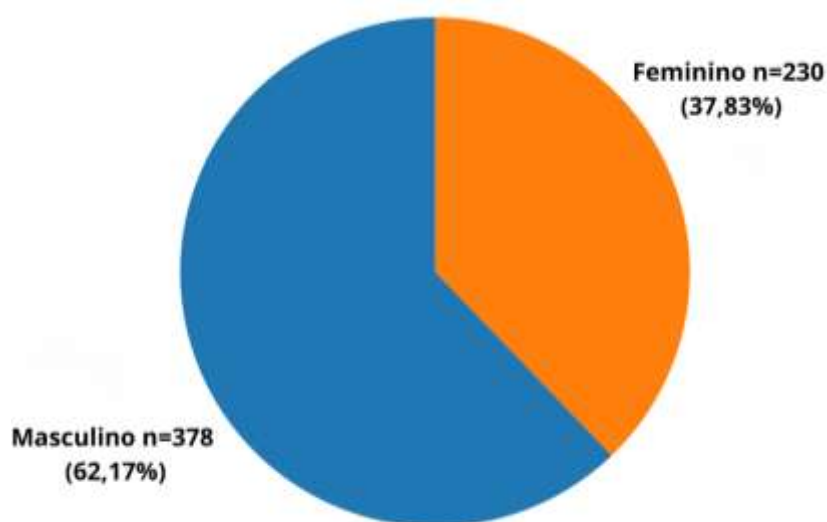
Partiremos da análise dos dados atualizados do Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira disponibilizado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. A partir dessa análise, buscamos problematizar e aprofundar esses dados em paralelo com as demais fontes, onde o objetivo foi reconhecer as possíveis aproximações e os distanciamentos.

Segundo o Painel Unificado do RGP, existem em Passo de Torres 608 pescadores, todos artesanais. Esse dado por si só já proporciona uma série de questionamentos. Como reconhecemos nos discursos e narrativas no decorrer de nossa pesquisa, seja da colônia ou dos pescadores entrevistados, a informalidade é algo consideravelmente presente na região, o que incorpora a esse dado do painel um valor potencialmente subestimado.

Defendemos essa ideia a partir de dois elementos fundamentais para se considerar ao fazer o esforço de caracterização: a) a presença dos dois sexos na estatística; e b) o distanciamento de uma realidade sobre a pesca embarcada do município. O primeiro elemento

destacamos, pois, esse número (n=608) leva em consideração homens e mulheres com cadastro, entretanto, o cadastro dessas mulheres não condiz com a realidade de pescadores ativos no ofício na região. Não pretendemos com isso deslegitimar o papel das mulheres para a pesca do município, que está para além da prática em si, nem desconsiderar que de fato podem existir mulheres pescadoras, todavia, seria ingenuidade e imprudência considerar o número de mulheres nessa estatística como sendo condizente com a realidade da pesca (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Sexo dos/as pescadores/as em Passo de Torres segundo o Painel Unificado do RGP



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Painel Unificado do RGP.

Segundo os dados do RGP, 4 em cada 10 pescadores são mulheres em Passo de Torres, e isso não condiz com os fatos. Esse número, que buscamos problematizar, não se dá por um erro cadastral, mas sim pela forma das quais os sujeitos inseridos na pesca utilizam tal cadastro. A alta taxa de informalidade cadastral não atinge somente os pescadores que atuam de maneira industrial e com carteira de pesca artesanal, mas, também, aqueles indivíduos que tem carteira de pesca, mas que na prática não são pescadores. Queremos com isso dizer que grande parte dessas mulheres que constam no Painel como pescadoras são, na realidade, mulheres, mães e irmãs de pescadores, que estão enquanto família inseridas em um mesmo contexto, mas de diferentes formas. Isso ocorre por que a carteira, como destacamos, proporciona a principal política pública para a categoria: o seguro defeso. Portanto, o requerimento da carteira de pesca artesanal para mulheres pertencentes a família de pescadores é prática comum da categoria, visando um valor de arrecadação maior durante os períodos de defeso quando ocorre a pausa, por lei, da prática da pesca.

Defendemos essa afirmação se baseando no trabalho de Gama e em nossa pesquisa. Ao caracterizar os pescadores e pescadoras da região, Gama realizou 3 entrevistas, sendo que na entrevista A foram entrevistados 26 pescadores, todos homens. Na entrevista B, foram entrevistadas 8 pessoas, sendo 7 homens e 1 mulher. Por último, na entrevista C, Gama procurou entrevistar somente mulheres para fazer uma caracterização de seu papel na pesca do município, e nesse processo entrevistou 4 mulheres.

Ocorre que dessas 4 mulheres, que ela se refere como pescadoras, somente uma trabalha, de fato, na captura do pescado, sendo que outra trabalha no beneficiamento do pescado e, as duas restantes, como secretárias da colônia (Gama, 2023). Fato é que, em nossa perspectiva, Gama amplia demais uma interpretação sobre “ser pescador” ao considerar tais mulheres como pescadoras, pois, aos olhos da lei, pescador ou pescadora são aqueles que atuam diretamente na captura do pescado. Atuar no beneficiamento ou, principalmente, como secretárias da pesca – se é que necessário destacar isso – não faz de alguém pescador ou pescadora, apenas um trabalhador ou trabalhadora ligado/a à pesca.

Essa caracterização destacada na pesquisa de Gama é, ao nosso entender, parte do reflexo amplo de informalidade relacionado ao cadastro dessas pessoas. Como destacamos no gráfico, para o RGP, 37,83% dos pescadores são mulheres, algo que deveria ser compreendido e substituído por: 37,83% das pessoas com carteira de pesca profissional são mulheres. Ao fazer essa constatação não pretendemos atacar a categoria ou, principalmente, atacar as mulheres inseridas nesse contexto. É dever considerar relevante o papel dessas mulheres para a pesca e para a família dos pescadores, no qual muitas atuam na parte de beneficiamento do pescado como, também, na manutenção das embarcações e na gestão das famílias. Todavia, ainda assim, no que se refere a legislação acerca do seguro defeso, tais mulheres ou homens que atuam dessa forma, independentemente de sua relevância ou não para a pesca, não tem direito a ter a carteira de pesca profissional artesanal bem como os direitos de quem possui (Brasil, 2003).

Como reforçamos, não é intenção nossa utilizar tal afirmação como contestação moral dessas comunidades, ao contrário, entendemos que em um contexto familiar, onde todo núcleo depende do provimento da pesca, um salário mínimo é pouco. É relevante destacar que a pesca se faz no litoral, lugar onde a especulação imobiliária ganha cada vez mais espaço e, com isso, os custos de vida, que já são altos normalmente, são potencialmente maiores do que o interior do país ou centros urbanos.

Portanto, nossa compreensão parte da ideia de que não há desvio de conduta moral com a inclusão dessas mulheres para complemento de renda durante os períodos de defeso, trata-se da lógica de obtenção do mínimo de dignidade para manter uma família, em que constatar que

um salário mínimo é suficiente para a manutenção de uma família seria, em geral, um distanciamento da realidade das famílias brasileiras e, em particular, das famílias de pescadores passos-torrenses.

Ao sustentar essa nossa interpretação devemos reconhecer que, em um amplo contexto de problemáticas e informalidades que vulnerabilizam esses trabalhadores, temos a consolidação de um panorama que impõe a limitação de oportunidades e, também, restrições políticas perante esses pescadores. Para isso buscamos fazer paralelo entre os conceitos de Tarrow e Thompson, ao afirmar que a incorporação da carteira de pesca às mulheres familiares desses pescadores são um ato de resistência de classe (Thompson, 2004), sendo uma ação de adaptação e manutenção de sua própria existência; ao mesmo tempo, potencializa o confronto político dentro das condições possíveis dada as restrições políticas e limitadas oportunidades de sujeitos que não tem recursos próprios (Tarrow, 2009).

O outro elemento que utilizamos para sustentar nossa contestação perante os dados do Painel Unificado do RGP se refere a modalidade exercida pelos pescadores. O dado presente na estatística apresentada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) apresenta que, dos 608 pescadores, 606 atuam desembarcados. Somente dois pescadores, 0,33% do total, são pescadores apresentados como embarcados. Esse dado reforça nosso discurso acerca dessa informalidade, como destacamos anteriormente, a maioria dos pescadores que trabalham nos barcos de Passo de Torres atua como “desembarcados”, o que ajuda a entender esse número apresentado pelo Painel Unificado.

Podemos afirmar a partir desses dados que a pesca embarcada em Passo de Torres simplesmente, para o Estado, não existe. Não pretendemos com isso superestimar os dados, mas também não podemos ignorar os fatos: compreender essa relação é fundamental para o reconhecimento das informalidades da região e nos ajuda, em parte, a esclarecer o porquê de falta de uma fiscalização mais ativa na região. Entendemos essa informalidade banalizada como cíclica, onde a tendência das irregularidades presentes – sejam trabalhistas ou ambientais – proporciona uma retroalimentação de problemáticas, que não se traduzem em números por serem invisíveis aos olhos do Estado.

Realizada nossa contestação, ainda sim utilizamos os dados do Painel pois entendemos que, de uma forma ou de outra, é uma fonte relevante para se traçar paralelos e construir assim uma caracterização do perfil desses pescadores. Partimos disso reconhecendo que, por bem ou por mal, esses dados são esclarecedores, isto é, seu caráter problemático por si só já é uma fonte relevante no que se refere a sua compreensão enquanto parte do processo histórico. Além disso, veremos que há dados condizentes com a dinâmica da pesca local.

A partir dos dados do Painel Unificado do RGP, a idade média dos pescadores de Passo de Torres é de 47,7 anos, considerando o cálculo baseado no ano médio de nascimento de 1978. É relevante destacar que nosso cálculo leva em consideração somente o ano de nascimento, pois é o dado presente no Painel Unificado. Nessa estatística o pescador ativo mais velho tem 75 anos (1951), enquanto o mais jovem tem 20 anos (2006), além disso, a faixa etária predominante entre os pescadores é entre 50 a 60 anos.

Tabela 3 – Faixa etária dos pescadores em Passo de Torres

Faixa Etária	Idades	Quantidade de Pessoas	Porcentagem
20 a 30 anos	1996 a 2006	55 pessoas	12,00%
30 a 40 anos	1986 a 1995	63 pessoas	13,80%
40 a 50 anos	1976 a 1985	114 pessoas	24,90%
50 a 60 anos	1966 a 1975	178 pessoas	38,80%
60 a 70 anos	1956 a 1965	42 pessoas	9,20%
70 a 80 anos	1946 a 1955	6 pessoas	1,30%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Painel Unificado do RGP.

Apesar dos diferentes métodos e da diferença da quantidade de pescadores para a elaboração dos dados, é relevante destacar a aproximação entre os dados do Painel Unificado e do trabalho de Gama. Em sua primeira coleta, Gama elaborou a média a partir de 26 pescadores, onde o resultado foi uma idade média de 41 anos em sua primeira entrevista. Em uma segunda coleta, com 8 pescadores (sendo 7 homens e 1 mulher), a faixa etária ficou em 47,1 anos (Gama, 2023).

Em nosso entendimento, essa aproximação valida essa faixa etária como sendo um dado relevante para a caracterização da idade desses trabalhadores. Todavia, é relevante destacar – insistimos - que esses números são majoritariamente de pescadores que apresentam cadastro artesanal. Levando em consideração a alta taxa de informalidade, e o possível perfil desse trabalhador informal, é relevante considerar que a presença desses pescadores nessas pesquisas poderia influenciar, em menor ou maior taxa, a estimativa dessa faixa etária.

Se tratando do nível de escolaridade da categoria na região o trabalho de Gama não apresenta dados relativos a essa informação, considerando que em sua escolha ao produzir os formulários a pesquisadora priorizou informações relativas à prática da pesca propriamente dita. Portanto, os dados que utilizaremos serão os disponíveis no Painel Unificado.

Tabela 4 – Nível de escolaridade dos pescadores em Passo de Torres

Nível de Escolaridade	Número de Pescadores	Percentual Aproximado
Ensino Médio Completo	137	22,53%
1º ao 4º Ano Completo	133	21,87%
5º ao 9º Ano Completo	107	17,60%
5º ao 9º Ano Incompleto	97	15,95%
1º ao 4º Ano Incompleto	73	12,01%
Ensino Médio Incompleto	41	6,74%
Ensino Superior Completo	12	1,97%
Sem Escolaridade	5	0,82%
Ensino Técnico Incompleto	2	0,33%
Ensino Técnico Completo	1	0,16%
Total	608	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Painel Unificado do RGP.

Partindo desses dados se observa que o maior grupo da lista individualmente são os pescadores com Ensino Médio Completo (22,53%). Entretanto, quando observamos o segundo maior grupo da lista, 1º ao 4º Ano Completo, fica evidenciado um nível consideravelmente alto de baixa instrução, já que 21,87% dos pescadores se encontra nessa faixa de ensino. Somadas as porcentagens de ensino básico restantes, temos a seguinte configuração geral: 75,33% dos pescadores não tem o Ensino Médio Completo e, somados Ensino Médio Completo, Ensino Técnico e Ensino Superior, apenas 24,67% dos pescadores se encontram nessa faixa de formação educacional, o que caracteriza a categoria como sendo majoritariamente formada por indivíduos com baixa instrução educacional.

Quando comparamos com os indivíduos entrevistados, apesar de ser uma quantidade baixa de pescadores para um possível paralelo direto, os dados são condizentes, pois os pescadores mais veteranos (Pedro e João) tinham apenas a formação básica inicial, tendo os dois abandonados a escola ainda cedo. Se tratando de Tiago, o pescador terminou o Ensino Médio e, como vimos, André está cursando o Ensino Superior.

Entendemos esse panorama como fruto de uma mudança na dinâmica da pesca e da geração de pescadores, isto é, essa diferença de acesso ao ensino observado entre os pescadores mais jovens em relação aos mais velhos está inserida em um contexto mais amplo de transformação da categoria e, também, da ressignificação das relações culturais e econômicas desses trabalhadores mais jovens em relação a pesca.

Afirmamos isso nos baseando nas experiências compartilhadas por esses pescadores que apresentaram uma realidade onde o abandono do estudo estava diretamente ligada ao começo de sua trajetória profissional na pesca. Isso se dá, em certa medida, pela relação cultural e familiar desses trabalhadores, onde desde cedo observando seus pais, irmãos, tios e avós o contato com a pesca se torna algo mais próximo e, por vezes, mais almejado para seu desenvolvimento econômico e social do que a formação tradicional, muitas vezes deslocada da realidade desses sujeitos.

Se tratando da renda da categoria, é possível realizarmos um paralelo direto entre a faixa de renda e a taxa de escolaridade para compreendermos melhor o perfil da categoria na região. A faixa de renda apresentada pelo Painel Unificado fortalece o caráter legitimador das informalidades relativas à presença de carteira de pesca por parte das mulheres nas famílias desses pescadores, pois o valor médio de renda é, segundo os dados apresentados, muito baixo.

Tabela 5 – Faixa de renda dos pescadores em Passo de Torres

Faixa de Renda Mensal	Nº de Pescadores	Frequência Relativa (%)
Menor que R\$ 1.045,00	432	71,05%
R\$ 1.045,00 a R\$ 2.000,00	148	24,34%
R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	16	2,63%
Acima de R\$ 3.000,00	5	0,82%
Não Informado	7	1,15%
Total	608	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Painel Unificado do RGP.

Partindo dessa estatística e considerando que atualmente o salário mínimo do Brasil é R\$ 1.621,00, entre 70% a 80% dos pescadores potencialmente recebem menos que um salário mínimo mensal, considerando a faixa menor que R\$ 1.045,00 (71,05%) e a faixa R\$ 1.045,00 a R\$ 2.000,00 (24,34%). Essa estimativa alerta para a vulnerabilidade econômica desses trabalhadores, levando em consideração que a relação entre taxa de escolaridade e faixa de renda é indissociável, principalmente quando destacamos que desses únicos 5 pescadores (0,82%) que recebem mais que R\$ 3.000,00, 3 deles pertencem ao grupo minoritário de pescadores com Ensino Superior Completo.

Tendo como base essa relação entre taxa de escolaridade e faixa de renda, podemos fazer paralelo direto entre a porcentagem dos trabalhadores sem formação básica completa (75,33%) e dos pescadores que recebem até R\$ 1.045,00 (71,05%). Esse paralelo

potencialmente demonstra que a mudança da lógica educacional no mundo profissional tem impacto na vida desses trabalhadores, que outrora se viam tentados em abandonar os estudos para se dedicar o mais cedo possível exclusivamente ao ofício da pesca. Essa hipótese possivelmente ajuda a compreender a mudança de interesse no grau de instrução entre os pescadores mais velhos e os mais novos.

Todavia, é necessário contestar esses números. Como destacamos no início dessa caracterização, ao traçar o perfil dos pescadores em Passo de Torres temos que, a todo momento, levamos em consideração a alta informalidade presente na região. Tendo isso como base, destacamos que segundo o Painel Unificado existem apenas 2 pescadores embarcados na região. A realidade é que existem centenas de pescadores embarcados, com e sem carteira de pesca artesanal, o que inevitavelmente nos leva a questionarmos os dados relativos a faixa de renda do RGP.

É difícil chegarmos a um número ou valor médio determinado para essa categoria de pescadores embarcados, levando em consideração todo esse panorama complexo que insistimos em evidenciar. Entretanto, podemos fazer alguns questionamentos levando em consideração as entrevistas e o contato com esses trabalhadores proporcionado com a pesquisa em campo. Primeiramente, é relevante questionar: dadas todas circunstâncias que envolvem a dificuldade do ofício, como a considerável taxa de acidentes e a presença do uso de substâncias químicas e demais drogas, faria sentido um trabalhador assumir todos esses riscos por menos de um salário mínimo? Ocorre que é exatamente o valor pago a esses homens que os atraem para o mar.

Durante as narrativas com os pescadores, ficou evidenciado que, ainda que existam muitos desafios, o rendimento proporcionado pela pesca é, quando comparada as outras formas de renda, potencialmente atrativo. Como vimos, André mesmo com uma formação em andamento na área da saúde afirma cogitar permanecer na pesca por conta de sua relação familiar, mas, principalmente, por conta da renda advinda desse ofício.

Além disso, João afirma que atualmente está cada vez mais difícil conseguir tripulantes, e que os donos de barcos da região costumam a pagar “vales” entre R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 para pescadores antes mesmo deles irem ao mar, como uma forma de atrair trabalhadores para a empreitada. A renda provida do mar é variável, leia-se, depende do quanto se capturar em mar, mas fato é que os pescadores que atuam em barcos que pernoitam no mar passam dias até que o retorno seja rentável para a distribuição das partes advindas da divisão de lucros.

Dito isso, existem desafios que envolvem a caracterização da renda da pesca embarcada em Passo de Torres. O primeiro é o fator da informalidade, ou seja, os dados relativos à renda de pescadores que atuam nos barcos como “desembarcados” não viram estatística oficial, sendo

um trabalho informal. O outro é que essa renda é, como vimos, variável, sendo de acordo com a captura e, também, com o papel exercido pelo pescador dentro das hierarquias no mar. Ainda assim, baseado nas conversas realizadas com esses trabalhadores e em meu contato com a categoria no decorrer da pesquisa, nosso esforço em levantar essa estimativa nos levou a uma possível média dos valores obtidos por pescadores embarcados, que varia entre R\$ 3.000,00 a R\$ 10.000,00, dependendo de fatores como quantidade de peixe capturado, tipo de peixe capturado, tamanho da embarcação, cargo exercido na embarcação e gastos relacionados a saída.

É relevante destacar que essa média de valor se trata de uma hipótese levantada por nós com base no nosso contato com esses trabalhadores e em narrativas limitadas, entretanto, levando em consideração os fatores que já destacamos relacionados aos desafios desse ofício, entendemos que é impossível determinar um dado exato relacionado a esses provimentos, mas a realidade, pelo menos da pesca embarcada, é distante dos dados de renda extraídos do Painel Unificado do RGP.

Tendo como base os paralelos realizados entre as fontes, isto é, as entrevistas realizadas por nós bem como os dados do RGP e demais bibliografias complementares, reafirmamos nossa interpretação de uma configuração de perfil heterogênea do pescador passotorrense. Para além de singularidades previstas a cada indivíduo e sua realidade específica, existem, ao nosso ver, dois perfis distintos de pescadores em Passo de Torres.

O primeiro nos referimos como os pescadores tradicionais. Esses pescadores são, em geral, mais velhos e experientes. A grosso modo, todos têm carteira de pesca profissional artesanal, entretanto, aqueles com carteira de embarque são exceção. Esse perfil é formado geralmente pelos mestres de embarcação, que atuam nos barcos maiores das empresas e/ou de terceiros, ou são donos de sua própria embarcação, como lanchas e botes. Quando não mestres, atuam em posições que requerem maior experiência e responsabilidade. Esses pescadores têm a pesca como tradição familiar, sendo todos filhos e, na maioria dos casos, netos de pescadores, sendo a pesca um elemento com forte ligação a sua identidade cultural. Portanto, para esse pescador a pesca é sua principal fonte de renda, mais que isso, a pesca movimentava todo círculo familiar próximo desses sujeitos. Esse perfil de pescador está ameaçado com as mudanças ocorridas na dinâmica da pesca local.

O outro perfil são os pescadores de ocasião. Esses pescadores são, em geral, mais jovens que os pescadores tradicionais, mas isso não é regra. Nesse perfil a taxa de informalidade é alta, cuja a maioria dos pescadores não tem carteira de pesca artesanal e muito menos a carteira de embarque. Os pescadores desse perfil geralmente atuam nos barcos maiores como mão de obra

para compor a tripulação e ajudar na empreitada, não sendo donos de suas próprias embarcações já que atuam, de forma geral, em barcos de terceiros. Esses pescadores majoritariamente não tem uma relação familiar com a pesca, sendo atraídos para o ofício na busca de um trabalho e geração de renda. A pesca geralmente não é a única fonte de renda para esses indivíduos, que atuam por vezes na construção civil e/ou em outros setores econômicos. A pesca pode ser interpretada como um complemento de renda para esses sujeitos, que em muitos casos são indivíduos socialmente mais vulneráveis, sendo a demanda por mão de obra das embarcações atrativas quanto ao possível retorno financeiro para sujeitos que, a grosso modo, apresentam uma baixa instrução educacional.

Algo relevante de se destacar é que a identidade cultural desse segundo perfil é diferente da dos pescadores tradicionais, e isso contribui para uma maior dificuldade de acesso a esses trabalhadores. No decorrer da pesquisa foi constatado a necessidade de entrevistar sujeitos pertencentes a esse perfil, o que se provou ser algo mais difícil de ocorrer quando comparado aos demais pescadores. Entendemos que essa dificuldade está relacionada diretamente a esse senso de identidade, isto é, prestar uma entrevista como pescador, ao considerar que muitos desses sujeitos podem não se reconhecerem como pescadores e, portanto, não se sentirem a vontade de contribuir como tal. Além disso, existem outros fatores, como o tempo e disponibilidade, já que ao entrar em contato com esses indivíduos alguns não retornaram e, aqueles que o contato ocorreu, as datas e horários limitados impossibilitaram a realização de uma entrevista.

Entendemos que essa maior dificuldade de acesso e contato com esses trabalhadores está inserido dentro do processo complexo que destacamos, que envolve informalidade e marginalização desses sujeitos muitas vezes socialmente vulneráveis. Destacamos que a ausência dessas narrativas é uma limitação chave de nossa pesquisa e, para além disso, cabe reforçar a necessidade de mais pesquisas acadêmicas sobre esse perfil que entendemos estar para além da pesca, trata-se de uma configuração social de precarização trabalhista. Ao reconhecer essa limitação convidamos a comunidade acadêmica para esse aprofundamento de questões que estão para além dos dados quantitativos econômicos e ambientais, tão comumente destacados em trabalhos relacionados a pesca.

Todavia, para além do reconhecimento das limitações científicas, reconhecemos o esforço de nossa pesquisa e de sua caracterização como de potencial contribuição e impacto social para esses trabalhadores. Constatamos o perfil – ou os perfis – do pescador de Passo de Torres levando em consideração, durante todo processo, a ampla gama de complexidades e

desafios dos quais esses trabalhadores e trabalhadoras tem no cotidiano de seu trabalho e, em um sentido amplo, de sua existência.

Afirmamos isso reforçando que as contestações realizadas em nossa pesquisa são, também, uma denúncia de uma realidade invisível para o Estado e, em certa medida, para a própria comunidade de Passo de Torres, que outrora tinha os pescadores como maior símbolo cultural e econômico do município. Essa conjuntura, sustentada por nós de maneira quase que exaustiva durante a escrita deste trabalho, busca levar em consideração que não podemos separar uma ou outra informalidade da região de um contexto plural de precarização, isto é, a realidade desses indivíduos está diretamente ligada a lógica produtiva global, que atinge a classe trabalhadora em todas esferas dos mundos do trabalho. Defendemos isso reforçando que durante a realização dessa pesquisa homens morreram realizando seu ofício, o que é, ao nosso entender, esclarecedor quanto a problemáticas evidenciadas aqui por nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer um retorno prévio ao início dessa dissertação, voltamos as reivindicações realizadas pelos pescadores de Passo de Torres em 13 de junho de 2023, quando ocorreu no município a manifestação pela abertura e expansão dos molhes do Mampituba. Esse retorno se dá pelo seguinte: essa manifestação marca não somente o início dessa pesquisa como, também, se apresenta como expressão da vulnerabilidade desses trabalhadores perante não somente a questão da barra, mas sobre diversos outros elementos que aprofundamos no decorrer de nosso trabalho.

Foi a partir dessa manifestação que levantamos as primeiras interrogações e hipóteses ainda no projeto da pesquisa, pois essa posição dos pescadores já evidenciava uma insatisfação da categoria. A partir disso, levantamos diversos questionamentos que se efetivaram no projeto final com a busca em compreender como se processam as relações de trabalho desses pescadores, como é o dia a dia desses trabalhadores com sua família, seus pares e a demais setores da sociedade, e quais são as tensões e dinâmicas da pesca no município.

A partir desses questionamentos iniciais buscamos elaborar objetivos que buscassem ter o fôlego necessário para suprir os problemas que, no decorrer da pesquisa, foram se evidenciando como algo mais complexo do que os desafios impostos pelas limitações dos molhes. No que se refere a esse fôlego, a partir da apropriação teórica e do estudo bibliográfico prévio a escrita do trabalho, constatamos que seria relevante compreender os questionamentos apresentados com a análise das experiências desses trabalhadores, isto é, as experiências dos pescadores artesanais que atuam embarcados em Passo de Torres. Nossa escolha metodológica se deu a partir da elaboração desse objetivo central e dos objetivos específicos.

Sobre essa base teórica, a apropriação dos conceitos de Thompson sobre experiência e classe, fundamentaram essa escolha metodológica, sendo indissociáveis a separação dos elementos teóricos e metodológicos apresentados por nós. Junto a isso, a apropriação da racionalidade de resistência, presente em Thompson, foi enriquecida com a contribuição de conceitos de Gramsci, algo que fortaleceu a base teórica marxista de nossa pesquisa. Essa inclusão resultou em um aprimoramento e sensibilização de perspectiva ao estudar as experiências desses pescadores em um contexto fundamentalmente hegemônico.

Apesar das inevitáveis escolhas particulares que envolvem qualquer processo humano - mesmo o acadêmico - tais motivações pessoais estão inseridas em um contexto de autoconsciência, fator inalienável a esse processo. Leia-se, não escrevemos a história que queremos pois não escolhemos, também, os resultados evidenciados. Com base nisso, a

apropriação do conceito de movimento social de Tarrow aprofundou e contribuiu para a caracterização das formas de resistência reconhecidas na pesquisa. Trata-se da coalizão entre reconhecer as experiências desses sujeitos, mas, ao mesmo tempo, não esvaziar os conceitos inseridos nesse processo. Nesse ponto, a base teórica de Tarrow deu fôlego à análise do contexto sócio-político dos trabalhadores estudados do mesmo modo que evidenciou as ausências necessárias para elevar tal resistência ao patamar de movimento social. Isso não invalida as movimentações desses trabalhadores apresentadas por nós, mas sim fortalece a vulnerabilidade de representatividade política desses sujeitos.

No que se refere ao primeiro desses objetivos, isto é, contextualizar o desenvolvimento das atividades pesqueiras - pesca artesanal e pesca industrial - ocorridas em Passo de Torres, os resultados apresentados evidenciam a relevância da pesca para a história de Passo de Torres e como o pescador foi uma figura chave na construção de uma identidade prévia à emancipação do município.

Além disso, evidenciamos também que a relevância de Passo de Torres dentro do mercado da pesca se dá em um processo concomitante a relevância do Estado de Santa Catarina dentro do contexto nacional, onde os resultados apontam uma posição hegemônica do mercado catarinense no setor. Essa relevância é influenciada em menor ou maior escala pelo aumento populacional do município, algo que, quando colocado em perspectiva com a alta taxa de informalidade, esses elementos potencialmente estão em coalizão.

Ainda no primeiro capítulo, a questão da barra e outras informalidades já foram evidenciadas, cujo o resultado é a consolidação das limitações da barra como um problema histórico do município. Não só pelas questões relacionadas a vulnerabilidade dos trabalhadores, algo que aprofundamos no último capítulo, mas por conta das limitações do desenvolvimento da atividade no município impostas pela configuração problemática dos molhes.

Para compor a contextualização da pesca no município foi realizado uma aproximação com a colônia de pescadores Z-18 de Passo de Torres, onde através da história oral reconhecemos a perspectiva do representante da instituição em relação ao desenvolvimento da atividade no município. Evidenciamos que se por um lado a colônia tem uma relevância histórica para a comunidade local, por outro se apresenta como um órgão com fragilidades no que se refere a sua representação no presente, algo que se evidenciou na análise da entrevista com o presidente e se fortaleceu com as narrativas posteriores dos pescadores entrevistados.

Em nosso segundo objetivo específico buscamos evidenciar as experiências desses pescadores artesanais. Para isso, no segundo capítulo do trabalho evidenciamos as experiências da categoria, onde os resultados evidenciam um panorama heterogêneo desses trabalhadores.

Esses sujeitos estão inseridos em um contexto de informalidade cuja a fronteira entre pesca artesanal e industrial é cada vez menor, algo que é indissociavelmente ligado as suas experiências dentro do ofício.

Os resultados apontados caracterizam a pesca da região como altamente informal, algo que está para além das questões trabalhistas, envolvendo o próprio senso de identidade desses trabalhadores. Destacamos que as informalidades trabalhistas, a falta de registro e cadastro, a dependência química, entre outras problemáticas, não se efetivam de maneira isolada, leia-se, tais questões são ligadas umas as outras dentro de um mesmo plano, onde essas fragmentadas informalidades são representações de um mesmo e amplo problema. Trata-se de uma conjuntura que se retroalimenta e, portanto, tais problemas não devem ser interpretados com alheios a uma mesma realidade.

Ainda se tratando dessas experiências estudadas por nós, evidenciamos o processo da dinâmica da pesca envolvendo uma mudança de interpretação da lógica da pesca entre os pescadores mais jovens em relação aos mais velhos. Essas mudanças se dão, em parte, como integradas ao panorama das informalidades que modificam as experiências desses trabalhadores, mas, também, motivadas por interesses particulares dentro de um contexto de modificação das relações profissionais e familiares.

Nosso terceiro objetivo específico foi caracterizar o perfil dos trabalhadores da pesca artesanal de passo de torres e evidenciar como a categoria se relaciona com as dinâmicas características da pesca na região, como a incorporação de tecnologias, a questão ambiental e a questão da barra. A partir disso, os resultados apresentados no terceiro capítulo destacam que a implantação de tecnologias dentro da pesca artesanal modifica as relações trabalhistas de um ofício que é majoritariamente manual e que tem uma forte ligação cultural com sua prática.

Se por um lado as mudanças advindas dessa implantação podem auxiliar na segurança dos trabalhadores inseridos na pesca, por outro potencialmente pode influenciar na transmissão dos saberes e práticas pertencentes à categoria. Além disso, a facilidade de acesso as condições da prática da pesca potencializam a precarização trabalhista quando essa facilidade se traduz em um acesso facilitado por parte dos empresários da região a uma mão de obra mais barata e desqualificada.

A complexidade envolvendo a pesca e a legislação ambiental também foi evidenciada por nós. Um dos resultados destacados é a disputa das narrativas do Estado e da categoria, algo que entendemos que não deve ser interpretado a partir de uma leitura que, como insistimos, não leve em consideração todas outras questões relacionadas à pesca na região. Isso se dá, pois, a resistência dos pescadores em aderir a certas legislações não deslegitima suas posições de

questionamento em um contexto onde a categoria é cada vez mais vulnerabilizada. Se por um lado a informalidade ambiental é um elemento presente na região, os processos que levam a essa informalidade e a posição de resistência por parte da categoria devem ser considerados, já que a pesca Passo de Torres não está alheia as pressões e mudanças que ocorrem em um âmbito mais amplo, isto é, a responsabilidade da degradação do meio ambiente e da diminuição dos estoques pesqueiros não deve recair somente sobre esses trabalhadores, sendo uma resistência legítima ou não, trata-se da luta pela permanência de uma forma de existência.

Se tratando de resistência, os resultados apontam que apesar de um contexto de fragmentados discursos, a posição contra a atual configuração da barra é uníssona. Seja entre os pescadores mais jovens e mais velhos, ou entre a categoria e a colônia que a representa, a barra é um elemento comum de reivindicação, algo que lhe denota como sendo a principal expressão de compartilhamento de experiência e de consolidação de uma consciência coletiva.

Os resultados não apontaram a presença de um movimento social por parte desses trabalhadores na região, todavia, a ação coletiva de confronto está presente e a reivindicação pela barra é o maior exemplo disso. Dada as dinâmicas presentes e uma posição cada vez maior de resistência em relação a barra, que inclui um apoio da comunidade local, essa ação coletiva potencialmente pode desencadear as condições necessárias para um movimento social e, assim, para a efetivação de uma mudança na atual configuração da barra e da pesca em Passo de Torres.

Por fim, a partir dos resultados levantados, propomos uma caracterização dos pescadores de Passo de Torres. Destacamos que a informalidade presente na região é um elemento integrante desse esforço, todavia, essa caracterização cabe em um contexto onde os sujeitos são, por vezes, invisíveis aos olhos do Estado. O resultado desse esforço foi uma caracterização não homogênea, onde destacamos dois perfis distintos de pescadores em Passo de Torres: os pescadores tradicionais e os pescadores de ocasião.

Os pescadores tradicionais são aqueles ligados a pesca pelos laços hereditários e culturais, onde o ofício está para além de sua atividade econômica, é, também, sua forma de existência, onde o trabalho extrapola o campo do dia-a-dia da atividade e se mistura com as relações e processos sociais terceiros da vida desses trabalhadores. Nesse perfil de trabalhador o pescador é inserido desde cedo no ambiente da pesca, onde a transmissão de conhecimento se traduz em uma experiência ampla com fortes ligações culturais.

Os pescadores de ocasião são, ao nosso entender, fruto das pressões do capital e da crise trabalhista advinda desse processo. São majoritariamente trabalhadores que precisam de um trabalho e que ingressam na pesca não necessariamente por interesse familiar ou cultural, mas sim pela necessidade de um emprego. Esses trabalhadores geralmente não são nascidos no

litoral e nem pertencem a uma família de pescadores, são muitas vezes pessoas vulnerabilizadas e desempregadas que longe dos centros urbanos – geralmente seu local de origem – observam na pesca uma chance de ganhar dinheiro morando na praia. Esses trabalhadores são geralmente os mais vulnerabilizados pois, em parte considerável dos casos, sequer apresentam carteira de pesca.

É relevante destacar que a caracterização desses perfis é limitada. Primeiro por uma limitação na gênese dos dados, algo corroborado pela informalidade. Além disso, a quantidade de pescadores entrevistados bem como outras possíveis fontes para cruzamento de dados também. A maior limitação se dá, ao nosso entender, pela ausência de narrativas diretas por parte dos trabalhadores que integram o perfil dos pescadores de ocasião.

Essa limitação evidenciou potenciais elementos que proporcionariam um aprofundamento desta pesquisa ou o desenvolvimento de outras. Um exemplo a se destacar são as relações de gênero que envolvem o ofício. Em um contexto de tantas informalidades, a questão da presença da carteira de pesquisa artesanal por parte das mulheres dos pescadores é, ao nosso entender, uma condição de resistência e permanência na atividade por parte de famílias onde as mulheres tem papel fundamental na manutenção do lar. Trata-se de reconhecer a relevância dessas mulheres para o ofício de seus companheiros e elevar tal papel ao patamar de trabalhadoras da pesca, mesmo que de maneira indireta, como no beneficiamento do pescado e/ou no condicionamento dos processos que estão para além da captura em mar

No que se refere aos problemas que nortearam nossa pesquisa, nosso trabalho apresentou resultados sólidos, atingindo os objetivos propostos no decorrer dos capítulos através das evidências apresentadas. Ao atingir os objetivos, apresentamos uma resposta as problemáticas centrais de nossa pesquisa, algo que, como destacamos no início das considerações finais, remontam desde aquele 13 de junho de 2023.

A limitação estrutural e metodológica é reconhecida, destacamos que uma maior quantidade de sujeitos entrevistados poderia dar mais fôlego para os resultados apresentados. O maior aprofundamento de questões apresentadas nas narrativas poderia, também, validar em maior ou menor escala as hipóteses levantadas pelo trabalho. Ainda, é fundamental destacar as demais limitações aplicáveis a um trabalho acadêmico, como a de ordem teórica, que se sustenta a partir de uma base determinada em detrimento de outras e, também, as limitações de ordem pessoal, pois apesar das técnicas pertinentes a um trabalho científico, todo pesquisador está fadado ao questionamento e superação de suas escolhas e resultados, algo indissociável do fazer científico.

Destacamos, portanto, a necessidade de uma continuidade de pesquisas sobre o tema, suplantando as fragilidades evidenciadas e, assim, apresentando possíveis caminhos não apresentados por nós. Além disso, reforçamos a necessidade de pesquisas que levem o contexto da pesca a partir das experiências dos trabalhadores que a fazem, pois entendemos que, em um sentido amplo de consciência de classe, as pressões que os pescadores sofrem são, em certa medida, representações de uma racionalidade do modelo econômico que atinge os trabalhadores em todos setores dos mundos do trabalho.

Em suma, esta dissertação demonstrou que a experiência dos pescadores de Passo de Torres é forjada na tensão entre a tradição e a modernização excludente. O reconhecimento de sua identidade de classe e a superação da informalidade são passos fundamentais não apenas para a garantia de direitos previdenciários, mas para a própria sobrevivência digna dos “homens do mar” frente às pressões do capital.

REFERÊNCIAS

FONTES LEGAIS

BRASIL. Lei Nº 10,779 de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 25 nov. 2003.

BRASIL. Lei Nº 11,699 de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 jun. 2008.

BRASIL. Lei Nº 11,959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 9 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). **Painel Unificado do RGP**. Brasília, DF: MPA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira> . Acesso em: 12 jan. 2026.

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO (Brasil). Ministério Público Federal. **Pesca Artesanal Legal: pescador da região sul/sudeste: conheça seus direitos e deveres!**. 1. ed. Brasília: MPF, 2017. 59 p. v. 1.

EPAGRI, Notícias. Mais de 42 mil pescadores catarinenses celebram o Dia do Pescador, comemorado em 29 de junho. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/mais-de-42-milpescadores-catarinenses-celebram-o-dia-do-pescador-comemorado-em-29-de-junho/> Acesso em 21 dez. 2025.

EPAGRI. Observatório Agro Catarinense. In: Painel Interativo disponibiliza dados sobre o setor pesqueiro de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2024/08/19/painel-interativo-disponibiliza-dadosobre-o-setor-pesqueiro-de-santa-catarina/> Acesso em 21 dez. 2025.

FACISC. Mapa do Agro catarinense, 2025. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:f8d62ca6-044b-4dd6-a0ce-aec7f5668b53> Acesso em: 18 dez. 2025

FAO/ONU. ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA MUNDIAL 2022. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/9df19f53-b931-4d04-acd3-58a71c6b1a5b/content/sofia/2022/fishing-fleet.html> Acesso em: 20 dez. 2025.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). **Perfil da Indústria de Santa Catarina 2023**: Setor de Alimentos e Bebidas. Florianópolis: FIESC, 2023. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/observatorio>. Acesso em: 3 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Anual (PIA-Produto)**: Valor de transformação industrial por classes de atividade. Rio de Janeiro: IBGE, 2014-2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 fev. 2026.

Ministério da Agricultura e Pecuária. **Cadastramento e recadastramento de pescador profissional**. Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/cadastro-registroe-monitoramento/cadastramento-e-recadastramento-de-pescador-profissional> Acesso em 30 de junho de 2023.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DE SANTA CATARINA. Governo aprova repasse de R\$ 28 milhões para o fortalecimento da pesca no estado. Disponível em: <https://www.agricultura.sc.gov.br/governo-aprova-repasse-de-r-28-milhoes-para-fortalecimento-da-pesca-no-estado/> Acesso em: 21 dez. 2025

SANTA CATARINA (Estado). Corregedoria Geral de Justiça. Decreto nº 138, de 26 de junho de 1985. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**: Poder Judiciário, Santa Catarina, ano 52, n. 12775, p. 15, 20 ago. 1985.

FONTES ORAIS

ADRIANO. Entrevista concedida à Lucas de Castro Itapoan da Costa. 13 de fevereiro de 2025. Entrevista.

ANDRÉ. Entrevista concedida à Lucas de Castro Itapoan da Costa. 13 de dezembro de 2025. Entrevista.

JOÃO. Entrevista concedida à Lucas de Castro Itapoan da Costa. 22 de agosto de 2025. Entrevista.

PEDRO. Entrevista concedida à Lucas de Castro Itapoan da Costa. 23 de agosto de 2025. Entrevista.

TIAGO. Entrevista concedida à Lucas de Castro Itapoan da Costa. 10 de maio de 2025. Entrevista.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

Anúncio de inclusão da corvina como espécie ameaçada põe em risco plano de gestão. **Sindipi**, Itajaí, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://www.sindipi.com.br/post/anuncio-de-inclusao-da-corvina-como-especie-ameacada-poe-em-risco-plano-de-gestao> Acesso em 17 dez. 2026.

BERTOLETTI, Jeter Jorge; BERTOLETTI, Ana Clair; PUHL, José. Aspectos sócio-econômicos da comunidade pesqueira da bacia inferior do Mampituba - RS/SC. **Comunicações do Museu de Ciências da PUC-RS**, Porto Alegre, v. 14, ed. 1, p. 1-39, 1983.

BOHN, Luís. **Expressões de conhecimento de grupos sociais locais para a gestão de recursos hídricos na bacia do rio Mampituba**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental), Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

BRANDÃO, Marcelo. **André de Paula assume o Ministério da Pesca e Aquicultura**. [S. l.], 03 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/andre-de-paula-assume-o-ministerio-da-pesca-e-aquicultura>. Acesso em: 28 out. 2024.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. PESCA ARTESANAL ENTRE CRISE ECONÔMICA E PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS DE GAROPABA E IMBITUBA (SC). **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 14, ed. 2, p. 15-33, 2011.

CARDOSO, Luiz Gustavo; HAIMOVICI, Manuel. CARACTERIZAÇÃO TECNOLÓGICA, SOCIAL, ECONÔMICA E ECOLÓGICA DA ATIVIDADE PESQUEIRA SEDIADA EM PASSO DE TORRES, SANTA CATARINA, BRASIL. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 37, ed. 3, p. 275-288, 12 out. 2023.

DAI PRÁ, Luísa Gonçalo; D'AGOSTINI, Adriana. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PESCA ARTESANAL REALIZADA NO BRASIL À LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n° 46, p. 1-20, 2023.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Revista Etnográfica*, v.3, n.2, p.361-375, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

DOS SANTOS, Gilson Leonel. **A pesca no litoral de Santa Catarina: origem e evolução das indústrias pesqueiras**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2025.

DOS SANTOS, Gilson Leonel. **Pesca no litoral de Santa Catarina: da pequena produção mercantil a maior produtor de pescados de origem marinha do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

GAMA, Renata Montalvão. **Caracterização da pesca e situação dos estoques pesqueiros a partir da percepção dos pescadores de Passo de Torres/SC e Torres/RS, sul do Brasil**.

Dissertação (Mestrado profissional em Ambiente e Sustentabilidade), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2023.

GONÇALVES, Yasmin Carmargo; OTT, Paulo Henrique. A Visão dos Pescadores sobre a Importância da Participação dos Botos na Pesca Artesanal de Tarrafa em Dois Estuários do Sul do Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n° 5, p. 128-150, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia da práxis. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1981.

KELLERMANN, Aline. et al. Conhecimento Ecológico Local (CEL) na Avaliação do Estado de Conservação de Espécies de Interesse Socioeconômico: Integrando Saberes na Gestão do REVIS Ilha dos Lobos. **Biodiversidade Brasileira**, v. 10, n° 3, p. 41-55, Brasília, 2020.

MACHADO, Vagner. “Rio Mampituba” [foto]. Disponível em: <https://torres.rs.gov.br/viva/rio-mampituba/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MILMAN, Guilherme. **Pescador morre afogado após embarcação virar em Torres**: Homem de 46 anos se acidentou enquanto acessava a barra do Rio Mampituba. [S. l.], 22 maio 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/05/pescador-morre-afogado-apos-embarcacao-virar-em-torres-clhzm2bnn004101656toqnnhk.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

MORENO, Ignacio Benites; TAVARES, Maurício; DANILEWICZ, Daniel; OTT, Paulo Henrique; MACHADO, Rodrigo. DESCRIÇÃO DA PESCA COSTEIRA DE MÉDIA ESCALA NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: COMUNIDADES PESQUEIRAS DE IMBÉ/TRAMANDAÍ E PASSO DE TORRES/TORRES. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 35, ed. 1, p. 129-140, 2009.

PASSO DE TORRES (Santa Catarina). Prefeitura. Manifestação pela abertura e extensão dos Molhes de Passo de Torres para acesso das embarcações ao Rio Mampituba. In: **Manifestação pela abertura e extensão dos Molhes de Passo de Torres para acesso das embarcações ao Rio Mampituba**. [S. l.], 14 jun. 2023. Disponível em: <https://passodetorres.sc.gov.br/manifestacao-pela-abertura-e-extensao-dos-molhes-de-passo-de-torres-para-acesso-das-embarcacoes-ao-rio-mampituba/>. Acesso em: 21 set. 2023.

RIBEIRO, Adriano. Pescador morre após cair de embarcação no Litoral Norte: Acidente ocorreu em alto-mar na altura de Balneário Quintão, município de Palmares do Sul. **Terra** [S. l.], 18 out. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/pescador-morre-apos-cair-de-embarcacao-no-litoral-norte,8e62cb5d26f16f3a21072af9d45c9c5b9csnbjg7.html>. Acesso em: 10 jun. 2024

SOUZA, José. **Acidente com embarcações de pesca em banco de areia em Torres deixa uma vítima desaparecida**. [S. l.], 5 set. 2024. Disponível em: <https://terra.com.br/noticias/acidente-com-embarcacoes-de-pesca-em-banco-de-areia-em->

[torres-deixa-uma-vitima-desaparecida,8197b7f67b35feac99df84b41c05ec1ej316ruow.html](https://www.torres-deixa-uma-vitima-desaparecida,8197b7f67b35feac99df84b41c05ec1ej316ruow.html)

Acesso em: 27 out. 2024.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: e outros ensaios**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. 563 p. v. 1. ISBN 9786557131220.

WALTER, T.; UMPIERRE, M.B.; Verly, J.F. & LONGARAY, A.S. Educação no processo de gestão ambiental: uma leitura sobre os(as) pescadores(as) artesanais enquanto sujeitos do processo educativo, p. 714-726. In: Anais do IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental – EDEA: Educação Ambiental como Espaço de Resistência. Rio Grande/RS: Editora FURG, 761 p., 2018.